

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS

Raíssa Cota Pales

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESIGUALDADES
SOCIAIS ENTRE AS MACRORREGIÕES DE PLANEJAMENTO
DE MINAS GERAIS

Montes Claros - MG
Março/2014

Raíssa Cota Pales

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DESIGUALDADES
SOCIAIS ENTRE AS MACRORREGIÕES DE
PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Desenvolvimento
Social/PPGDS– UNIMONTES, como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Desenvolvimento Social.**

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos
Santos

**Montes Claros - MG
Março/2014**

Pales, Raíssa Cota.

P157d Desenvolvimento regional e desigualdades sociais entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais [manuscrito] / Raíssa Cota Pales. – 2014.

136 f. : il.

Bibliografia: f. 129-136.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos.

1. Desenvolvimento regional – Minas Gerais (MG). 2. Desigualdades sociais. 3. Macrorregiões. I. Santos, Gilmar Ribeiro dos. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

Raíssa Cota Pales

Dissertação intitulada: **Desenvolvimento Regional e Desigualdades Sociais entre as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais**, de autoria da mestranda Raíssa Cota Pales, examinado em ___ / ___ / _____, por uma banca constituída pelos professores:

Prof. Dr. Gilmar Ribeiro dos Santos – UNIMONTES (orientador)

Prof. Dr^a. Maria da Luz - UNIMONTES (examinadora)

Prof. Dr. Eduardo Salomão Condé– UFJF (examinador)

Montes Claros - MG
Março/2014

Dedico este trabalho à minha querida filha Ísis. Razão da minha vida e minha fonte de motivação e equilíbrio.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada, agradeço em primeiro lugar a Deus, por me fortalecer ao longo desses dois anos de mestrado.

Agradeço ao meu querido Graziano, pelo seu companheirismo, pelas valiosas discussões e troca de experiências. E ainda por me proporcionar incontáveis momentos de alegrias nas horas de aflição.

À minha filha Ísis que, com seu amor, sorriso e ternura, tornou essa caminha mais leve. E ainda por ser constantemente fonte de inspiração para eu buscar todos os meus objetivos.

Agradeço à minha mãe, Íris, pelo incentivo e apoio incondicionais não só nestes dois anos, mas em toda a minha vida. Obrigada pela confiança que sempre depositou em mim.

Ao meu pai, José Carlos, que sempre vibrou com as minhas conquistas.

Agradeço aos meus sogros, Mariana e Hermane, pelo apoio dado a mim desde a graduação, imprescindível para a conclusão de mais esta etapa da minha vida.

Aos meus queridos sobrinhos, Laira e Caio, pelo amor e pelos momentos de alegria e desconcentração proporcionados por suas visitas.

Agradeço à minha madrinha, Rosany, e às primas Daiane e Cidinha pelo apoio indispensável durante a realização da pesquisa.

Ao amigo querido, Lucas, pelas valiosas sugestões. Obrigada por ter demonstrado, mais uma vez, que a distância não existe para uma verdadeira amizade.

Agradeço a toda minha família pelo incentivo durante o mestrado.

Ao meu orientador, Professor Gilmar Ribeiro dos Santos, pela paciência, generosidade e atenção. Obrigada por estar sempre presente, contribuindo para o meu crescimento intelectual.

À professora Luciene, pelas sugestões dadas desde o início da pesquisa. Obrigada pelo carinho.

A professora Maria da Luz pelas contribuições feitas na qualificação e por ter aceitado o convite em compor a banca examinadora.

Ao professor Eduardo Condé pela atenção de sempre e por ter aceitado participar da banca examinadora da dissertação.

Agradeço ao professor Marcos Esdras e ao estagiário do laboratório de geoprocessamento, Cássio, por me fornecerem os mapas da dissertação.

Aos colegas de mestrado, pelas experiências compartilhadas e momentos de desconcentração.

À querida colega Ana Paula pelo auxílio imprescindível na finalização da dissertação.

À Fernanda e à Vanessa pela presteza no atendimento.

Ao PPGDS pelo trabalho brilhante que tem desenvolvido, contribuindo para tornarmos profissionais preparados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, pelo financiamento desse trabalho, por meio da Bolsa de Mestrado recebida durante o período em questão, fundamental para realização desse trabalho.

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para a conclusão dessa pesquisa. Em alguns momentos, simples palavras de apoio fizeram toda a diferença.

RESUMO

O sistema capitalista em seu processo de reprodução produz concentração de renda e de riqueza, privilegiando neste processo determinados espaços, tanto no âmbito mundial, entre países, quanto dentro dos próprios países, criando diferenças entre as porções territoriais. Esse processo é marcado pelo crescimento econômico desigual entre as regiões, bem como a reprodução das desigualdades sociais, marginalizando determinados espaços. Nesse contexto, em maior ou menor grau, a movimentação do capital é peça fundamental no desenvolvimento desigual das regiões. O processo de busca pelo lucro acentua, em muitos casos, as diferenças regionais, ao se investir em regiões onde a riqueza já é abundante. Minas Gerais segue essa lógica, as regiões mais desenvolvidas economicamente atraem mais investimentos em relação às demais. As regiões menos dinâmicas economicamente também recebem investimentos, contudo, em muitos casos, insignificantes, quando muito geram empregos precários e de baixa remuneração. O estado de Minas Gerais é considerado o estado síntese do Brasil em termos de desenvolvimento. Assim como o Brasil, o estado possui desequilíbrios evidentes entre suas regiões. Ao questionar o desenvolvimento em Minas Gerais, não se pode pensar em uma forma predominante em todo o estado. Exemplo ilustrativo é o Índice de Desenvolvimento Humano. Os IDH menos significativos do Estado se encontram, em sua maioria, nas cidades das macrorregiões Norte e Jequitinhonha, com índices entre 0,568 a 0,707; e são nas macrorregiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Sul de Minas que se concentram a maioria das cidades com IDH mais elevados, entre 0,744 a 0,841.

Dessa forma, o desenvolvimento regional possui uma conotação importante quando se analisa as desigualdades em Minas Gerais. O estado teve seu desenvolvimento marcadamente heterogêneo, resultando em diferenças significativas nas dinâmicas socioeconômicas das macrorregiões do estado. A presente dissertação tem o propósito de contribuir para a análise da questão regional em Minas Gerais, para tanto, foram analisados alguns dados sociais e econômicos das dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, sendo elas: Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Central, Triângulo, Sul, Alto Paranaíba, Noroeste, Zona da Mata e Centro-Oeste. Contudo, as análises privilegiaram a comparação entre as macrorregiões de Minas Gerais historicamente mais desenvolvidas econômica e socialmente, Central e Triângulo e as macrorregiões menos desenvolvidas historicamente, Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Para desenvolver a pesquisa, as análises foram feitas a partir do banco de dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG) realizada pela fundação João Pinheiro em 2011, do censo 2010 sintetizado pela fundação João Pinheiro e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional, Desigualdades Sociais; Macrorregiões.

ABSTRAT

The capitalist system in its process of reproduction promotes concentration of income and wealth, favoring certain spaces in this process, both at the global level, between countries, and within countries themselves, creating differences between territorial portions. This process is marked by uneven economic growth between regions, as well as by the reproduction of social inequality, marginalizing certain spaces. In this context, to a greater or lesser degree, the movement of capital is instrumental in the uneven development of regions. The search for profit, by investing in regions where wealth is already abundant, deepens, in many cases, regional differences. This logic is at work in Minas Gerais, where the most economically developed areas attract more investment. Investment in the least economically dynamic regions, while negligible in many cases, generates mostly precarious and low-paid jobs. The state of Minas Gerais is thus, in terms of development, representative of Brazil as a whole, reflecting the same degree of regional imbalances.

The Human Development Index illustrates why, in assessing development in Minas Gerais, we cannot think of a predominant pattern throughout the state. We find the lowest HDI levels, ranging from 0.568 to 0.707, mostly in the cities of the Norte and Jequitinhonha macro-regions, while the macro-regions of the Triângulo, Alto Paranaíba, and Southern Minas concentrate most cities with highest HDI levels, between 0.744 and 0.841. Thus, regional development constitutes an important reference when analyzing inequalities in Minas Gerais, a state where a markedly heterogeneous development pattern resulted in significant differences in the socioeconomic dynamics.

Aiming to contribute to the analysis of the regional asymmetries in Minas Gerais, this thesis reviews social and economic data of the ten Minas Gerais planning macro-regions, namely: Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Central, Triângulo, Sul, Alto Paranaíba, Noroeste, Zona da Mata and Centro-Oeste. However, the analysis focused on the comparison between the historically most economic and socially developed Central and Triângulo, and historically less developed Norte and Jequitinhonha / Mucuri. Research relied on the database of the Sample Survey of Households (PAD-MG) performed by João Pinheiro Foundation in 2011, the 2010 census (synthesized by João Pinheiro Foundation) and the Atlas of Human Development in Brazil 2013, released by the United Nations Program for Development.

Keywords: Regional Development; Social Inequalities; Macro-regions.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Número total de estabelecimentos ou unidades locais e pessoal ocupado em Belo Horizonte – Indústria	80
TABELA 2 Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade	91
TABELA 3 Renda <i>per capita</i> das macrorregiões de Minas Gerais - 2000 - 2010.....	94
TABELA 4 Dez municípios de Minas Gerais com menores Rendas <i>per capita</i> – 2000-2010	95
TABELA 5 Dez municípios de Minas Gerais com maiores Rendas <i>per capita</i> – 2000-2020..	96
TABELA 6 Famílias beneficiárias do PBF por macrorregião, em percentual.....	103
TABELA 7 Forma de escoadouro do banheiro, em percentual	107
TABELA 8 VA por setores de atividade econômica e PIB <i>per capita</i> a preços correntes - 2010	109
TABELA 9 Posse de bens duráveis.....	112
TABELA 10 Existência de calçada em frente à residência e tipo de rua onde se localiza o domicílio.....	115
TABELA 11 Infraestruturada Residência	117
TABELA 12 Dez municípios com os maiores índices de Gini a renda <i>per capita</i>	121
TABELA 13 Os dez municípios com os menores índices de Gini renda <i>per capita</i>	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 FAIXAS DO IDHM.....	98
Figura 2 IDHM Minas Gerais 1991, 2000 e 2010.....	99
Figura 3 Mortalidade Infantil nos Municípios de Minas Gerais, 2000 e 2010.....	104
Figura 4 Índice de Gini.....	120

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Macrorregiões de Minas Gerais.....	65
Mapa 2 Macrorregião Norte	66
Mapa 3 Macrorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri.....	71
Mapa 4 Macrorregião Central.....	77
Mapa 5 Macrorregião Triângulo.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	64
Quadro 2 IDHM X IDH Global.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

DIT – Divisão Internacional do Trabalho.

EUA – Estados Unidos da América.

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

JK – Juscelino Kubitschek.

LULA – Luís Inácio Lula da Silva.

PAD – Pesquisa por Amostra de Domicílios.

PIB – Produto Interno Bruto.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte.

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

VA – Valor Adicionado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESIGUALDADES SOCIAIS.....	20
1.1. Considerações sobre o sistema capitalista de produção	20
1.2. Movimentação de capital	26
1.3 – Globalização.....	28
1.4.Divisão internacional do Trabalho	31
CAPÍTULO 2 DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	36
2.1. Desenvolvimento capitalista no centro e na periferia.....	37
2.2. A Questão Regional no Brasil.....	42
2.3. Teorias do Desenvolvimento Regional	46
2.4. Estratégias de desenvolvimento regional	50
2.5. Intervenção do Estado	53
CAPÍTULO 3 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MINAS GERAIS: MACRORREGIÕES NORTE, JEQUITINHONHA/MUCURI, CENTRAL E TRIÂNGULO..	61
3.1. Norte de Minas	66
3.2. Vale do Jequitinhonha e Mucuri	71
3.3. Macrorregião Central	77
3.4. Triângulo Mineiro	82
CAPÍTULO 4 DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS MACRORREGIÕES	89
4.1 Analfabetismo	89
4.2. Renda <i>per capita</i>	92
4.3. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.....	96
4.4. Beneficiários do Programa Bolsa Família.....	101
4.5. Saneamento Básico	105
4.6. Produto Interno Bruto (PIB).....	108
4.7. Condições de Moradia.....	112
4.8. Índice de Gini	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

O século XX, mais precisamente a década de 1950, pode ser visto, em perspectiva, como a origem das discussões sobre questão regional no Brasil. Com o país, neste momento, voltando sua industrialização para o mercado interno, os desequilíbrios de desenvolvimento entre as regiões brasileiras ficaram mais evidentes. A partir deste momento até a atual década, o Brasil passou por quatro fases distintas, em que ora havia uma concentração do desenvolvimento, ora havia uma modesta desconcentração, em outras palavras, uma atenuação da questão regional.

Minas Gerais é o estado síntese do Brasil em termos de desenvolvimento. Minas Gerais, assim como o Brasil, possui desequilíbrios evidentes entre suas regiões. Ao questionar o desenvolvimento em Minas Gerais, não se pode pensar em uma forma predominante em todo o estado. Dessa forma, o desenvolvimento regional possui uma conotação importante quando se analisam as desigualdades em Minas Gerais. O estado teve seu desenvolvimento marcadamente heterogêneo, resultando em diferenças significativas nas dinâmicas socioeconômicas de suas macrorregiões. Nesse contexto, Dulci (1999) salienta o conceito de sistema-mundo, unidades evoluindo de forma heterogênea. Segundo este autor, essas unidades abrem uma oportunidade para a análise comparativa como meio de explicar as diferenças entre as unidades e desvendar a dinâmica do todo.

As diferenças entre as macrorregiões mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do estado são muito acentuadas, tanto no que diz respeito à oportunidade de emprego e renda quanto no acesso à educação, saneamento básico, água tratada, dentre outros serviços. Em média, a renda *per capita* de Minas Gerais, em 2010, era pouco menor que a brasileira, R\$773,41 e R\$830,85, respectivamente. No entanto, dentre as macrorregiões de planejamento, temos regiões com renda *per capita* equivalente a dos estados mais pobres do país, assim como macrorregiões com renda *per capita* muito próxima da renda dos estados mais dinâmicos economicamente. Dessa forma, analisar o desenvolvimento regional é importante para entender a persistência histórica de enormes desigualdades entre as macrorregiões de Minas.

O desenvolvimento de Minas Gerais foi, até este momento, marcadamente heterogêneo. Em Minas Gerais, coexistiram três formas principais de desenvolvimento, uma delas se deu de forma praticamente natural, outra foi induzido e a outra, um modelo híbrido. Dulci (1999, p.192) afirma “que não é aí [nos dois modelos acima citados] que se encontra a

marca característica do desenvolvimento mineiro. Ela residiu de longa data, na busca de uma via própria, o que significava empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado”.

Santos e Silva (2011) apresentam esta condição híbrida no desenvolvimento do Norte de Minas na última metade do século XX. Exemplo deste modelo foi quando houve em 1953 uma significativa mobilização das elites na busca de incentivos para região, como a isenção de impostos/incentivos fiscais; facilidade de crédito aos investidores, qualificação da força de trabalho; estímulo às potencialidades econômicas e regional.

Em Minas Gerais, a persistência dos desequilíbrios regionais, mesmo com a ascensão econômica verificada nas últimas décadas, evidencia a manutenção da lógica capitalista, na qual, uma região já dinâmica atrai sempre mais investimentos que as demais, refletindo na qualidade de vida de grande parte da população. A situação de intensa desigualdade regional existente no estado é exemplificada pelo IDH dos municípios das macrorregiões mineiras. É notável a diferença entre os municípios, com a maioria dos municípios das macrorregiões Norte e Jequitinhonha-Mucuri com IDH considerados baixos e grande parte dos municípios do Triângulo Mineiro e macrorregião Central com IDH alto e médio.

A diversidade no grau de desenvolvimento no estado mesmo após vários investimentos da SUDENE no Norte de Minas e tentativas de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha e Mucuri através do eucalipto é preocupante. Essas macrorregiões mantiveram indicadores sociais e econômicos muito precários, principalmente, se comparado às demais macrorregiões do estado. As diferenças em termos econômicos no estado continuam persistentes, todavia, as desigualdades sociais, apesar de ainda fortemente presentes em todas as macrorregiões do estado, têm diminuído gradativamente, nos últimos dez anos. A última década do século XX foi marcada por uma acentuação das desigualdades sociais, enquanto na primeira década do século XXI o estado de Minas Gerais, assim como o Brasil, obteve um declínio acentuado na redução das desigualdades sociais, intimamente ligado à desconcentração de renda.

A presente dissertação tem o propósito de contribuir para a análise da questão regional em Minas Gerais, para tanto, foram analisados alguns dados sociais e econômicos das dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, sendo elas: Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Central, Triângulo, Sul, Alto Paranaíba, Noroeste, Zona da Mata e Centro-Oeste. Contudo, as análises privilegiaram a comparação entre as macrorregiões de Minas Gerais historicamente mais desenvolvidas econômica e socialmente, Central e

Triângulo e as macrorregiões menos desenvolvidas historicamente, Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Para desenvolver a pesquisa, as análises foram feitas a partir do banco de dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PAD-MG) realizada pela fundação João Pinheiro em 2011, do censo 2010 sintetizado pela fundação João Pinheiro e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O governo de Minas Gerais dividiu, em 1985, o estado em macrorregiões de planejamento para melhor administrar as diferenças regionais; dessa forma agrupou os municípios de acordo com as características comuns. A presente dissertação utiliza desta divisão para realizar as análises condizentes das dez macrorregiões do estado, entendendo o espaço, como coloca Giddens (1989), não como referência geográfica, mas definido pelo social.

Minas Gerais constitui um estado com altos níveis de desigualdades sociais, tanto no que se refere à renda, PIB, IDH, escolaridade, dentre outros, configurando-o como um campo fértil para o estudo das desigualdades sociais. O estado possui uma área de 588.344 km² e é o estado com o maior número de municípios do país, somando 853. Apresenta uma grande diversidade de clima, relevo e vegetação, sendo também culturalmente diversificado, além de possuir grande diversidade econômica e social.

Diante do apresentado, o foco da dissertação é analisar o desenvolvimento regional em Minas Gerais através de alguns dados sociais e econômicos das macrorregiões do estado historicamente mais desenvolvidas econômica e socialmente e das macrorregiões menos desenvolvidas historicamente. Dessa forma, têm-se como objetivos específicos, também, demonstrar algumas desigualdades, como renda, escolaridade, PIB, dentre outras, das regiões de planejamento a partir de dados econômicos e sociais; identificar alguns condicionantes das disparidades de desenvolvimento observados entre as macrorregiões de planejamento mais desenvolvidas e entre as menos desenvolvidas; avaliar a amplitude dessas diferenças entre as macrorregiões; e ainda, avaliar se as desigualdades socioeconômicas são menores nas regiões mais desenvolvidas de Minas Gerais.

Para alcançar os objetivos propostos, a dissertação foi alicerçada em três momentos: primeiro, entender as características do desenvolvimento capitalista e especificamente do desenvolvimento regional; segundo, compreender os modelos de desenvolvimento vivenciados, principalmente no século XIX, pelas macrorregiões de planejamento que tiveram desenvolvimento superior, Central e Triângulo, e que tiveram desenvolvimento inferior às demais regiões de Minas, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, através

de uma retomada histórica, buscando nas bibliografias referentes ao tema o arcabouço necessário para atender o objetivo proposto; e terceiro, foi feita a análise de dados secundários, contidos na PAD-MG 2011, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 e na síntese de dados do censo 2010 realizado pela Fundação João Pinheiro, a fim de analisar as desigualdades regionais e sociais do estado de Minas Gerais atualmente.

Os dados referentes à PAD-MG 2011 foram coletados entre outubro e novembro de 2011 e abrangeram 428 municípios. A alocação da amostra total foi de 1.200 setores e 18.000 domicílios. A fonte de informação utilizada na operação é direta, ou seja, a informação é recolhida diretamente nas unidades de observação em que todos os moradores dos domicílios particulares permanentes são entrevistados, direta ou indiretamente, por meio de questionários aplicados por entrevistadores e com auxílio de um computador portátil. O informante preferencial é o responsável pelo domicílio, e, secundariamente, o cônjuge do responsável. A amostra da PAD-MG 2011 foi feita através de uma amostragem probabilística.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 é uma plataforma de consulta com dados extraídos dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 referentes à educação, habitação, saúde, trabalho, renda, vulnerabilidade e mais especificamente, ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM. O Atlas nos oferece uma gama de opções para observar a situação dos municípios brasileiros, como mapas, tabelas, *rankings* e síntese de cada município. Uma vantagem considerável da plataforma é observar a evolução dos dados através dos anos, uma vez que tem a opção de visualizar, grande parte dos dados referentes aos anos de 1991, 2000 e 2010.

Para alcançar os objetivos propostos é indispensável o uso do método comparativo para se fazer uma análise mais profunda dessas macrorregiões. O método comparativo nos permitiu compreender a heterogeneidade das macrorregiões de Minas, assim como explicar os motivos da desigualdade regional e por fim, foi uma ferramenta fundamental para interpretar a realidade socioeconômica das macrorregiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo.

Segundo Sartori (1994), ao usar o método comparativo na investigação social é fundamental responder a três perguntas: O que comparar? Por que comparar? Como comparar? Dessa forma, pretendemos comparar o desenvolvimento socioeconômico das dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais para entender a persistência de significativos desequilíbrios regionais no estado, para confirmar com relativa segurança a hipótese de que estas desigualdades inter-regionais verificadas têm relação direta com o modelo de desenvolvimento adotado por elas. Para tanto foi feita uma retomada histórica do

desenvolvimento das macrorregiões e utilizados dados econômicos e sociais dessas regiões de planejamento.

A análise proposta nesse estudo é de caráter descritivo-explicativo. Descritivo na medida em que tem como objetivo descrever as características das diferentes regiões mineiras; “uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (GIL, 2008, p.28)

E explicativo, pois pretende também identificar alguns fatores que podem contribuir para o agravamento da desigualdade social e regional em Minas Gerais. Segundo Gil (2008, p. 28), “este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados”.

Gil (2008) ressalta que as pesquisas descritivas-explicativas são, em sua maioria, feitas por pesquisadores preocupados com as atuações práticas provenientes das informações presentes na pesquisa. Essa é, sem dúvida, uma característica marcante dessa pesquisa, pois fornece instrumentos para conhecer a situação regional em Minas Gerais e assim, pensar alternativas para amenizar os desequilíbrios regionais presentes no estado.

Quanto aos procedimentos, realizamos este trabalho por meio de análise estatística, na qual através de uma seleção de variáveis que contribuem nos estudos das desigualdades, verificamos a intensidade das desigualdades entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais e as desigualdades sociais e econômicas intra-regionais.

As análises foram feitas no *software StatisticalPackage for the Social Sciences* (SPSS). O banco de dados foi explorado com técnicas estatísticas apropriadas, possibilitando uma discussão mais aprofundada do objeto de estudo. Para melhor compreensão, os dados foram expostos em tabelas e mapas. Os temas analisados foram: analfabetismo, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - DHM, renda *per capita*, Produto Interno Bruto (PIB) e VA por setores de atividade econômica, Programa Bolsa Família, saneamento básico, condições de moradia e índice de gini.

A dissertação está estruturada em quatro capítulos que quando articulados irão auxiliar na apreensão da realidade regional de Minas. O primeiro e o segundo capítulos possuem caráter teórico, enquanto o terceiro tem como característica a retomada histórica. O quarto capítulo, por vez, é de ordem empírica.

O primeiro capítulo, intitulado “Desenvolvimento Capitalista e Desigualdades Sociais” trouxe a discussão sobre a concentração de riqueza no sistema capitalista, processo

este inerente ao capitalismo que tem como consequência a intensificação das desigualdades. Dessa forma, discutimos, de maneira resumida, as formações econômicas que antecederam o capitalismo e a transição a este sistema. Procuramos também distinguir as fases deste sistema, com ênfase na fase atual, do mundo globalizado; além disso, são elucidadas as suas principais características.

Enfatizamos neste capítulo a problematização do desenvolvimento capitalista no mundo atual, a movimentação do capital, bem como os efeitos da globalização e o novo mapa mundial em relação à divisão do trabalho. Karl Marx aprofundou como nenhum outro autor nos contornos tomados pelo sistema capitalista de produção, suas características e entraves. Portanto, seguir o pensamento deste autor é um caminho frutífero para o início de uma compreensão das desigualdades, tanto regionais quanto sociais, dessa forma, o primeiro capítulo terá como base as discussões feitas pelo cientista Karl Marx.

Quanto ao segundo, o foco é o desenvolvimento regional, neste momento objetivamos discorrer acerca do desenvolvimento capitalista nos países do centro e da periferia, discutir sobre a questão regional no Brasil. Destacamos também algumas das teorias sobre o desenvolvimento regional e as estratégias articuladas no Brasil por diversos estudiosos para amenizar as diferenças regionais, traço este tão marcante no contexto brasileiro. Por fim, fizemos a abordagem de algumas correntes de pensamento que discutem o papel do Estado no mundo capitalista.

As abordagens feitas neste capítulo nos auxiliam, de forma incomparável, para construir um arcabouço que nos possibilite analisar o desenvolvimento entre as macrorregiões de Minas Gerais. Sobretudo, as discussões sobre as teorias do desenvolvimento regional e o papel da intervenção do Estado numa sociedade capitalista foram imprescindíveis nas análises dos dados econômicos e sociais presentes no capítulo quatro.

O terceiro capítulo “Estratégias de Desenvolvimento nas macrorregiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo” tem como finalidade expor as modalidades de desenvolvimento vivenciadas nas macrorregiões de planejamento de Minas Gerais historicamente mais desenvolvidas, Central e Triângulo e nas regiões menos desenvolvidas, Norte e Jequitinhonha/Mucuri. Esse capítulo é fruto da necessidade de demonstrar a correlação existente entre a forma hegemônica de desenvolvimento verificada outrora por tais macrorregiões com a situação socioeconômica verificada hoje nessas macrorregiões. Tal discussão é necessária para demonstrar que a realidade atual dessas macrorregiões se deve, em certa medida, à influência dos modelos de desenvolvimento adotados por elas.

No capítulo quatro “Desenvolvimento em Minas Gerais: uma análise comparada das macrorregiões” foram expostos, descritos e analisados dados de caráter econômico e social referentes às macrorregiões de planejamento. Para melhor compreender as desigualdades entre as macrorregiões de planejamento e as desigualdades intra-regionais de Minas Gerais consideramos não somente indicadores econômicos, como renda *per capita*, PIB *per capita*, dentre outros, mas também indicadores sociais, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, educação, saneamento básico, condições de trabalho, etc. Estes dois indicadores possuem uma complementaridade de sentido e permitiram uma análise mais profunda sobre a diversidade socioeconômica do estado.

Em suma, o desenvolvimento da pesquisa nos possibilitará comparar as características socioeconômicas das dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, em especial aprofundar na compreensão das disparidades existentes entre as macrorregiões mais distintas econômica e socialmente do estado de Minas Gerais. Acreditamos que conhecer a população, identificar as condições de vida, suas características e a realidade social e econômica de um estado são fundamentais para avaliar os efeitos das políticas públicas de combate à pobreza e para descobrir novas alternativas de enfrentamento das desigualdades.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E DESIGUALDADES SOCIAIS

Este capítulo apresenta alguns contornos do desenvolvimento capitalista e sua relação com as desigualdades sociais. São abordadas, de forma sumária, as formações econômicas anteriores ao capitalismo e a transição para este modo de produção. Marx (1985) enfatizou a importância de se conhecer essas formações anteriores para melhor entender o funcionamento do sistema capitalista de produção. Procuramos, também, distinguir as fases deste sistema, com ênfase na realidade atual, do mundo globalizado. Enfatizamos neste capítulo a problematização do desenvolvimento capitalista na atualidade, bem como os efeitos da globalização e o novo mapa mundial da divisão internacional do trabalho.

Muitos autores discutiram particularidades do sistema capitalista. Pensadores como Marx e Ianni se debruçaram sobre o tema em algumas situações particulares, mas, principalmente, na tentativa de compreensão deste sistema de forma geral. Estes autores foram fundamentais para nosso entendimento do desenvolvimento regional no sistema capitalista.

1.1. Considerações sobre o sistema capitalista de produção

Com o advento do sistema capitalista, várias características da relação do homem com o trabalho foram diluídas. Há também uma dissolução da relação do homem com a terra. Gradativamente, o homem passou a não ser mais proprietário do instrumento de trabalho. Por fim, as condições de trabalho se alteraram e os trabalhadores deixaram de serem escravos e servos, mas continuaram dependentes, porém, agora do capital. (MARX, 1985).

O trabalho assalariado passou a ser condição *sine qua non* do sistema capitalista, em que os indivíduos são forçados a trocar a sua força de trabalho para suprir suas necessidades cotidianas. O capitalismo se caracteriza como tal, ao reunir meios de produção, matéria-prima e trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho, tudo sob o domínio do capital.

Dessa forma, Hirano (1988, p.83) ressalta que,

para que haja produção capitalista e, como decorrência, as classes fundamentais de capitalistas e proletários, é necessário que haja, como pressuposto histórico, a

separação entre os produtores e os meios de produção. Esta separação é o resultado de um processo histórico de dissolução de vínculos, que atam os trabalhadores às condições objetivas da produção. Estes trabalhadores não podem estar submetidos a uma condição *servil* ou *escrava*.

Em suma, com a transformação do dinheiro em capital, as antigas relações existentes entre homens e propriedades e entre homens e instrumentos de trabalho são extintas. Em seu lugar são incorporados, de um lado, trabalhadores assalariados, vendedores de sua força de trabalho, de outro, capitalistas, compradores dessa força de trabalho, com um único propósito: a produção de mais-valia.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, o trabalho artesanal, na sua forma mais pura, é destruído. Há o desligamento da pequena propriedade do trabalhador e a destruição do capital por ele mesmo, na medida em que destrói o pequeno capital e os modelos híbridos, encontrados nos modos de produção antigos e no modo de produção clássico do próprio capital (MARX, 1985). O modo de produção capitalista possui duas características principais que o distinguem de outros sistemas já existentes (IANNI, 1996). A primeira delas é o caráter de mercadoria dado ao produto por esse regime e a segunda é a produção da mais-valia como finalidade da produção.

Em outros sistemas anteriores ao capitalismo, o produto também era transformado em mercadoria, porém, tinha o valor de uso, era produzido como forma de subsistência imediata para o produtor. No sistema capitalista de produção, a mercadoria assume um contorno mais complexo, o qual é meio para se obter mais capital.

No capitalismo, o valor de uso da mercadoria não é a meta imediata. O motor deste sistema é o movimento incessante da produção de mercadorias objetivando o seu valor de troca. A mais-valia permite a multiplicação constante do valor ao colocá-lo sempre em circulação. Dessa forma, “ele [o valor, ou dinheiro em processo, ou capital] provém da circulação, entra novamente na produção, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentando dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo” (MARX, 1996, p.275).

Na mercadoria, e principalmente na mercadoria como produto do capital, já vai implícita, ademais, a materialização das determinações sociais da produção e a personificação de seus fundamentos materiais, que caracterizam todo o regime de produção capitalista (IANNI, 1996, P.77).

Dessa forma, na mercadoria já vêm imbricada todas as características do sistema capitalista: a exploração, a divisão de classes, a venda e apropriação da força de trabalho e claro, a produção da mais-valia. Esta última é justamente a segunda característica essencial do capitalismo, a produção da mais-valia como finalidade da produção. No modo de produção

capitalista, o lucro está intrínseco ao processo, constituindo o objetivo primeiro desse sistema, sendo assim, a reprodução se apresenta como um valor que se valoriza. O lucro é a mais-valia, uma renda proveniente do capital e serve apenas ao capitalista.

A mais-valia é gerada no momento em que o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, e este trabalhador produz um excedente. Desse modo, a mais-valia é o valor que o trabalhador cria além do necessário para a reprodução da força de trabalho. Nessa perspectiva, Marx (1980, p.200) esclarece como ocorre este processo de reprodução simples do capital.

se essa *revenue* [mais-valia] serve ao capitalista apenas como fundo de consumo ou é despendida com a mesma periodicidade com que é ganha, então tem lugar, permanecendo constantes as demais circunstâncias, reprodução simples. Embora esta seja mera repetição do processo de produção na mesma escala, essa mera repetição ou continuidade imprime ao processo certas características novas ou, antes, dissolve as características aparentes que possui como episódio isolado.

Portanto, é o trabalhador que concede ao processo de reprodução a transformação do capital em mais capital, através da produção de mais-valia. E essa mais-valia pode ser contraída pelo aumento de tempo de trabalho, chamada de mais-valia absoluta e através da incorporação de tecnologia, a mais-valia relativa. Apesar de existirem duas formas de obtenção da mais-valia, a força de trabalho em ambas continua sendo o motor para criá-la.

Nessa perspectiva, a produção capitalista produz e reproduz a relação inerente a este sistema. De um lado o capitalista, apropriando constantemente da mais-valia, do outro, o trabalhador assalariado, que sai desse processo como entrou, sem os meios de subsistência, apenas com sua força de trabalho como meio para garantir-lhe seus bens elementares. Desta forma pode-se concluir, de acordo com Marx (1980, p.206), que

Do ponto de vista social, a classe trabalhadora é, portanto, mesmo fora do processo direto de trabalho, um acessório do capital, do mesmo modo que o instrumento morto de trabalho. Mesmo seu consumo individual, dentro de certos limites, é apenas um momento do processo de reprodução do capital.

O trabalhador é para o capital um ser descartável, que pode ser substituído a qualquer momento, como um acessório. E ainda, segundo Karl Marx, mesmo quando o trabalhador está, por exemplo, alimentando-se em seu domicílio, este fato faz parte do processo de reprodução capitalista, favorecendo o capital.

O capitalista vive da exploração do trabalhador assalariado, e este por sua vez vive à mercê do capital, com a falsa aparência de que é independente e livre. A classe trabalhadora “pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho” (MARX, 1980, p.210).

Em suma, essas são as características essenciais do sistema capitalista, independentemente do seu contexto histórico. Contudo, desde a gênese do capitalismo até os dias de hoje, várias transformações ocorreram dentro do próprio modo de produção capitalista. É possível distinguir três momentos os quais foram se sobressaindo um em relação ao outro no decorrer dos séculos: o capitalismo comercial, o industrial e o financeiro.

O capitalismo comercial foi a primeira forma assumida pelo capitalismo, solidificando-se entre os séculos XV e início do século XVII. Nesta fase, acumulavam-se riquezas através do comércio de escravos, de metais preciosos e da exploração de terras recém-descobertas. As grandes potências neste período eram Portugal, Holanda, França e Espanha.

O comércio atingiu seu auge entre 1590 e 1620, depois deste período entrou em colapso, decaindo até a década de 1650, quando conseguiu se recuperar e permaneceu estável até 1650 (HOBBSAWN, 1975). O comércio era o setor no qual mais se detinha riqueza, uma vez que, grande parte do lucro concentrava-se nos mediadores entre os produtores e os consumidores, ou seja, os comerciantes. Neste momento, o trabalho assalariado começou a ganhar espaço, porém ainda era predominante a figura do produtor autônomo.

Hobsbawn (1975, p.111) destaca três estímulos ocorridos para que o capitalismo entrasse em sua nova fase, a fase industrial.

Primeiro; como vimos, o comércio de todos os países estava amplamente concentrado direta ou indiretamente, nas mãos dos mais avançados industrialmente. Segundo: esses países – Inglaterra em especial – geraram uma demanda ampla e em expansão dentro de seus mercados locais. Terceiro: (e talvez o mais importante), um novo sistema colonial, baseado principalmente na economia rural de mão-de-obra escrava, produziu sua própria sucção forçada especial, que provavelmente foi decisiva para a indústria inglesa do algodão, que foi a verdadeira indústria pioneira.

Não se sabe qual desses pontos foi o mais importante na transição do capitalismo comercial para o industrial, porém, certamente estes sinais proporcionaram a metamorfose da produção capitalista, tornando possível a industrialização. O capitalismo industrial teve início em meados do século XVIII, através da revolução industrial iniciada na Inglaterra.

É na Inglaterra que historicamente se conjugam os elementos econômicos, sociais e políticos, que resultaram na revolução industrial das três últimas décadas do século XVIII, prenunciando o advento do modo capitalista de produção e, embutidas nele, as classes sociais. O capital, acumulado na fase anterior, passava neste momento a ser investido na produção, dominando a partir de então o processo de circulação e acumulação de riquezas (HIRANO, 1988, p.103).

Esta fase é marcada pelo estabelecimento categórico do trabalho assalariado em detrimento dos produtores individuais, como os mestres artesãos. Nesse momento, a divisão entre capitalistas e proletários ficou ainda mais clara.

A revolução industrial iniciou-se na Europa, se expandindo mais tarde à América do Norte, em seguida na Ásia, e no início do século XX se tornou realidade em quase a totalidade dos países do mundo. A expansão da industrialização teve implicações distintas nos países do centro e da periferia, “a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões [centrais e periféricas], fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

O capitalismo industrial vem sofrendo, desde sua gênese, modificações significativas; após a Segunda Guerra Mundial o processo de produção obteve novos contornos, em que se enfatizou, desde então, a produção para o consumo internacional. Nesse contexto, até a metade do século XX, a exploração de petróleo se dava a todo vapor, devido, principalmente, ao aumento da utilização de automóveis. Contudo, depois da Segunda Guerra Mundial, os governos dos países onde se encontravam as jazidas de petróleo suscitaram o interesse em controlar a exploração em seus países. Sendo assim, na década de 1970, estes países resolveram diminuir o escoamento do petróleo devido ao seu caráter não renovável. Neste momento, o preço do barril do petróleo aumentou consideravelmente, contribuindo para o capitalismo deixar de ser de demanda e passar à condição de capitalismo de oferta, acirrando a competição e criando de fato o fenômeno da globalização.

Nessa perspectiva, desde o final do século XX, diversas empresas estão se unindo de forma mais contundente para terem melhores chances de competir no mercado em prejuízo de empresas pequenas, controlando, dessa forma, matérias-primas e preços. São as chamadas multinacionais ou transnacionais. Como salienta Furtado (1998, p.74) “vivemos uma fase de concentração de poder, que favorece as grandes empresas”.

No capitalismo financeiro, ou monopolista, há uma expressiva aceleração da mobilidade do capital, facilitado com os recursos da informática, em um mundo globalizado, em que o capital financeiro a cada dia fica mais desligado das atividades produtivas. “A

tecnologia moderna estimula esse processo, mas não é de desconhecer que foram forças políticas que moldaram a fisionomia do mundo atual” (FURTADO, 1998, p.74).

O capitalista neste novo contorno do capitalismo “não participa diretamente da produção; mas, como detentor de parte de alíquota do capital social, ele é, muitas vezes, a personificação oculta do capital produtivo, enquanto o capitalista industrial é o personagem visível do capitalismo produtivo” (HIRANO, 1988, p. 131). O capitalista, neste momento, “produz e reproduz mais-valia”, sem participar de forma direta da produção de mercadorias e da circulação. Deste ponto de vista, pode-se dizer que é uma figura invisível no mercado financeiro.

Furtado (1998, p.7) pontua que “com o avanço da globalização, esses são os mercados que apresentam as taxas mais altas de rentabilidade. Daí que a distribuição da renda em escala mundial seja crescentemente determinada por operações de caráter, efetuadas na esfera financeira”. O capitalismo financeiro é uma manifestação intensa da realidade imposta pelo capitalismo global, mas com importância expressiva nos sistemas de produção.

O desenvolvimento desta fase do capitalismo desencadeia vários ônus, como por exemplo, “a globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social” (FURTADO, 1998, p. 33), além de uma crescente vulnerabilidade externa. Nessa perspectiva, com o aumento da internacionalização dos circuitos financeiros, tecnológicos e econômicos, os sistemas econômicos dos países ficam debilitados; limitando, assim, o poder de ação dos Estados nacionais na solução de seus problemas de forma geral.

O grande desafio dessa fase atual do capitalismo é reduzir os problemas causados pela perda de comando, com políticas que levem em consideração as especificidades dos países. Segundo Furtado (1998, p. 33), “os novos desafios, portanto, são de caráter social, e não basicamente econômico como ocorreu na fase anterior do desenvolvimento do capitalismo. A imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano”.

O desenvolvimento capitalista trouxe consigo consequências sentidas em grande parte dos países capitalistas, e, principalmente, naqueles em desenvolvimento, como o Brasil. O grande desafio da gestão pública nos países capitalistas de forma geral é conseguir gerir seus países, apesar da perda de autonomia originada pela fase atual do capitalismo e, ainda diante das exigências do capital de forma geral. Assim, o desafio é apresentar condições de potencializar o desenvolvimento regional mesmo com o comando e autonomia reduzidos.

A movimentação do capital está intrinsecamente ligada à dinâmica do desenvolvimento regional, na medida em que o capital segue o fluxo da maior rentabilidade, e

esse processo interfere diretamente no desenvolvimento de uma região em detrimento de outra, ao privilegiar o fluxo de investimento em determinada região; na fase capitalista vivida hoje, a movimentação do capital assumiu contornos ainda não presenciados, em que a modernização dos meios de comunicação e de transporte é fundamental para concretizar este processo.

1.2. Movimentação de capital

O sistema capitalista de produção é produtor de desigualdades sociais e regionais na medida em que é concentrador de renda. A busca incessante pelo lucro inerente a este sistema confere esta característica ao capitalismo, ou seja, o capitalista tende a investir onde o fluxo de capital está efervescente. Destarte, todas as consequências desse processo são ignoradas em detrimento das vantagens obtidas.

As decisões sobre o desenvolvimento capitalista sempre visam à maximização do retorno sobre o capital investido na atividade econômica. Como essas decisões afetam os trabalhadores, as outras empresas e os consumidores das mercadorias não são levados em consideração (SINGER, 2004, p.10).

Os investimentos capitalistas visam à obtenção máxima de lucro, para tanto, no momento de investir capital são pensados em elementos tais como, força de trabalho mais barata, localização privilegiada, recursos disponíveis, isenção fiscal, dentre outros. Estes elementos favorecerão ou não a concentração de capital numa região em prejuízo de outras. Dessa forma, “a circulação do capital implica também movimento espacial. O dinheiro é reunido em alguma região e levado para um lugar especial para utilizar os recursos de trabalho que vêm de outro lugar” (HARVEY, 2011, p.43).

Nessa perspectiva, as relações de produção capitalistas geram uma concentração espacial-geográfica do capital, dos meios de produção e do uso de força de trabalho; esses elementos são reunidos em um determinado local, onde mercadorias são produzidas. A facilidade no acesso a meios de produção, seja máquinas, recursos naturais, ou qualquer outro, a força de trabalho e a mercados de consumo reduz custos na produção e aumentao lucro em locais privilegiados (HARVEY, 2011).

Nessa perspectiva, o movimento de ganho incessante é inerente ao sistema capitalista e gera a concentração de renda em determinadas regiões do mundo, agravando o problema das desigualdades sociais e regionais. A questão que se coloca então é esboçar a

peculiaridade deste sistema, ou seja, o sistema capitalista reproduz inexoravelmente as desigualdades na sociedade ao ter como meta primeira o lucro. Harvey (2011, p.133) reforça essa ideia ao colocar que,

o capital altamente móvel presta muita atenção até mesmo nas pequenas diferenças nos custos locais porque geram lucros mais elevados. O fato de os capitalistas serem atraídos e sobreviverem melhor em locais de lucro máximo muitas vezes leva à concentração de muitas atividades em lugares particulares.

Apesar da escolha do local ainda ser algo expressivo, ao longo da história do capitalismo não é mais apenas a escolha de um lugar privilegiado que garantirá o domínio de um capitalista sobre o outro, em termos lucrativos. Nesse contexto, na fase atual do capitalismo, há três elementos que influenciam diretamente nos rumos dessa competitividade. O avanço da tecnologia virtual, a modernização da indústria e a ação do Estado neoliberal são determinantes no capitalismo atual para o domínio do capital privado.

Ao longo da história do capitalismo tem havido uma tendência para a redução geral das barreiras espaciais e a aceleração. As configurações do espaço e do tempo da vida social são periodicamente revolucionadas (lembre-se do que aconteceu com a chegada das ferrovias no século XIX e do impacto atual da *web*). O movimento torna-se ainda mais rápido e as relações no espaço cada vez mais estreitas (HARVEY, 2011, p.43).

Os três elementos supracitados influenciam diretamente nos rumos da competitividade entre as empresas capitalistas. O avanço tecnológico no ramo da informática possibilitou uma extraordinária aceleração da movimentação do capital e da informação; decisões são tomadas e ações são realizadas num curto espaço de tempo.

A modernização da indústria permite cada dia mais o aumento do lucro do capitalista ao favorecer o aumento da mais-valia relativa, uma vez que a incorporação gradual de tecnologias avançadas permite a maximização da força de trabalho do trabalhador e melhor aproveitamento do tempo. Fator importante também é a ação do Estado neoliberal abrindo novos leques de expansão para as empresas, reduzindo tarifas alfandegárias e promovendo incentivos fiscais para instalações de novos complexos de produção.

Contudo, estes elementos associados ao desenvolvimento capitalista podem trazer consequências relativamente negativas, como perda de autonomia dos governos locais, desemprego estrutural e concentração do capital. O avanço tecnológico teve implicações positivas e negativas no cenário global capitalista. Nessa perspectiva, Boron (2001, p.40) ressalta que,

A fenomenal aceleração experimentada pela velocidade de rotação do capital – graças ao desenvolvimento da microeletrônica, das telecomunicações e da computação – foi pródiga em consequências de todo tipo. Por um lado, porque estas modificações no desenvolvimento das forças produtivas tiveram uma influência considerável – em combinação com outros fatores, naturalmente – na hora de definir a luta hegemônica em favor do capital financeiro em detrimento dos outros setores da burguesia. Em segundo lugar, porque a ascensão do capital especulativo aprofunda as tendências recessivas da economia mundial, agudiza o problema do desemprego nas economias industrializadas e acentua ainda mais o peso da dívida externa nos países da periferia. Terceiro, porque essas transformações precipitaram a irreversível globalização dos processos econômicos e financeiros outrora relativamente contidos no âmbito dos estados nacionais.

Ainda que o avanço tecnológico tenha dinamizado a economia mundial, os efeitos colaterais foram sentidos em várias regiões do globo, problemas sociais e econômicos foram desencadeados por este fenômeno. O modelo de Estado neoliberal não foi capaz de minimizar consideravelmente as desigualdades nos países em que se fez presente.

Podemos reconhecer que na América Latina as conquistas econômicas e políticas foram muito modestas ou, como no caso do México, um verdadeiro fracasso. O êxito monetarista e reorganizador do neoliberalismo não resolveu os graves e cada vez mais intensos problemas econômicos e sociais nesses países. Isto começa a ser reconhecido de maneira relativamente ampla. Um recente artigo do ex-economista e chefe do Banco Mundial para a América Latina, Sebastian Edwards, admite que, em termos de crescimento e eliminação da pobreza, as reformas neoliberais não conseguiram quase nada.

Partindo desse balanço, estamos diante de uma lógica inerente ao sistema capitalista de produção, em que a concentração de renda está no cerne deste sistema. Realmente, trata-se de uma lógica férrea, mas, que é pressuposição básica do capitalismo. Todos estes elementos expostos favorecem a concentração e a reprodução de capital, contudo, a acumulação de capital aprofunda as desigualdades regionais, e mesmo nas regiões onde se dá esta concentração as desigualdades são reproduzidas ou ampliadas.

Nessa perspectiva, o processo de globalização da produção favoreceu a maximização das desigualdades regionais, mesmo passando uma falsa ideia de homogeneização da produção, o que realmente acontece é o aprofundamento das desigualdades sociais nos países em desenvolvimento, gerando, por exemplo, precariedade nos empregos.

1.3 – Globalização

A globalização é uma expressão fundamental do capitalismo recente; é proveniente de transformações, principalmente, nos meios de comunicação e transportes. A rápida propagação de informações entre instituições financeiras e empresas só foi possível a partir das inovações tecnológicas imprescindíveis para o atual estado de globalização, em que os mercados mundiais estão interligados.

Desde que a sociedade global começa a ser uma realidade histórica, geográfica, econômica, política e cultural, modifica-se o contraponto, parte e todo, singular e universal. Também alteram-se as modalidades de espaço e de tempo, pluralizados pelo mundo afora. (IANNI, 2002, p.84).

As distâncias não são mais significativas, os mercados estão interligados e há uma universalização do consumo de bens, cultura e etc. Segundo Marx (1848), o processo de “globalização” é uma decorrência lógica do capitalismo, uma vez que a burguesia conduzida pela necessidade de buscar novos mercados invade todo o globo. Através da conquista do mercado mundial, os capitalistas produzem um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

A conquista do espaço, do tempo e da natureza tem papel central na consciência das sociedades capitalistas, levando a lógica do capital a uma tendência inexorável de rápida movimentação de capital e de distâncias cada vez mais reduzidas (HARVEY, 2013).

Esse processo de globalização reforçou o princípio inerente ao sistema capitalista de produção, a concentração de renda.

A imbricação dos mercados e o subsequente debilitamento dos atuais sistemas estatais de poder que enquadram as atividades econômicas estão gerando importantes mudanças estruturais que se traduzem por crescente concentração da renda e por formas de exclusão social que se manifestam em todos os países (FURTADO, 1998, p.26).

Apesar da concentração e da exclusão refletir em todos os países capitalistas, nos países “em desenvolvimento” esses problemas são mais percebidos que nos países “desenvolvidos”. A globalização favorece principalmente os países desenvolvidos, na medida em que facilita a expansão de seus mercados e a obtenção de lucro. “Quando as relações, os processos e as estruturas econômicas mundializam-se, as economias nacionais transformam-se em províncias da economia global” (IANNI, 2002, p.79).

Os países com expressiva heterogeneidade cultural ou econômica ficam a mercê de constante pressão de forças desarticuladas, uma vez que, a internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, enfraquece os sistemas econômicos

nacionais, restringindo a atuação dos estados nacionais nas áreas sociais e culturais (FURTADO, 1998). As condições para a formulação e implementação de projetos nacionais são drasticamente afetadas pela *globalização*, uma vez que só se tornam possíveis na medida em que considerem as determinações globais do mercado (IANNI, 2002).

Nessa perspectiva, Santos (2002, p.75) reforça que “neste mundo globalizado de redes, o local, o regional e o nacional aparecem simplesmente como um dos elementos destas redes, que penetram por todos os lados estabelecendo as relações que, do ponto de vista global, lhe interessam”.

Partindo deste ponto de vista, podemos afirmar que a globalização não trata apenas da interligação dos mercados mundiais de forma harmônica, mas que ocorrem mudanças com este fenômeno que reforçam “as desigualdades sociais e regionais do sistema, produto do fato que, pela primeira vez na história, o capital é o pressuposto e o resultado do processo produtivo em todos os rincões do planeta” (BORON, 2001, p.41)

Essa busca pelo capital, em escala planetária, transfigurou o processo de produção de mercadorias nessa atual fase do capitalismo globalizado, em que a supremacia do mercado dá-se não para quem tem o melhor preço, mas para quem traz as melhores inovações mercadológicas. Não obstante, nesse processo, é fundamental a disseminação dos produtos em nível mundial e informatizado. Nesse sentido, Santos (2002, p.76) coloca que

não interessa a produção de valores, nem mesmo a distribuição de valores, interessa dominar os sistemas em que estes valores são produzidos porque é na dominação desses sistemas que poderá se captar o máximo dos excedentes disponíveis dos recursos da força, da influência. (...) Através do domínio dessas redes domina-se a ligação entre as várias partes do mundo. Talvez seja uma ideia, um produto de superimaginação, mas é por aí que a *globalização* passa.

No mundo globalizado, os produtos não devem ter apenas o melhor preço, condições e tecnologia, precisam ser universalizados, estar ressonantes nas diversas partes do mundo, principalmente, através do ciberespaço.

O capitalismo tem uma dimensão tão complexa que, mesmo em regiões onde não se verifica tal forma de produção, ou acontece de maneira branda, as consequências negativas deste modo de produção são sentidas. Nas palavras de Singer (2004, p.11):

as áreas em que ele não ocorre ou ocorre apenas debilmente também são atingidas, porque as empresas localizadas nelas perdem competitividade em relação às empresas portadoras das novas forças produtivas. Os países, regiões e localidades excluídas do desenvolvimento perdem participação na renda global, seja porque seus produtos perdem compradores, seja porque os preços dos mesmos caem em relação

aos seus custos, deprimindo lucros e salários, bem como o ganho dos produtores simples de mercadorias e dos autogestionários.

Dessa forma, no mundo globalizado em que vivemos hoje não se tem o poder de escolher participar ou não dos processos intrínsecos a este sistema. Mesmo que haja países que não desejam participar do mercado globalizado, se sentem pressionados devido ao ônus da não-participação. É surpreendente o alcance da informação, da tecnologia e do capital no mundo globalizado, porém esse processo reforçou as desigualdades sociais e regionais já típicas do capitalismo.

A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que se configura hoje no mundo, onde não se tem uma divisão da produção tão clara como antes, é um reflexo, em grande parte, da produção em escala planetária, característica da globalização.

1.4.Divisão internacional do Trabalho

A Divisão Internacional do Trabalho (DIT) se configura como a distribuição geográfica da produção global de alimentos, equipamentos, tecnologias, dentre outros. Singer (1976, p.49) pontua que

A Divisão Internacional do Trabalho é um conceito derivado de divisão social do trabalho, pelo qual se designa a especialização produtiva e o intercâmbio conseqüente entre unidades econômicas, sejam estas empresas ou indivíduos. Na divisão Internacional do Trabalho (DIT), as unidades são países ou nações, supondo-se que estas também se especializam na produção de determinadas mercadorias destinadas à troca entre elas, ou seja, ao comércio internacional.

Essa é a característica básica da Divisão Internacional do Trabalho, porém a DIT passou por mudanças inexoráveis desde a ascensão do sistema capitalista; essas mudanças foram reações do contexto econômico e político do período em questão. Ao longo das fases do capitalismo, a DIT também foi se modificando de acordo com esses momentos. Durante o capitalismo comercial, o cenário foi um, na era industrial o cenário se modificou, e claro, no capitalismo financeiro que vivemos desde o final do século XX a configuração mundial da produção se alterou novamente.

Durante o capitalismo comercial, período marcado pelo predomínio da manufatura, extração de minérios e metais preciosos, os países colonizadores desempenhavam a função de produzir, a partir de matérias-primas, extraídas das colônias, estas por sua vez,

tinham a única função de fornecer matéria-prima. Nessa perspectiva, a DIT nesta fase, se dava hegemonicamente entre países colonizadores, produtores, e colônias, fornecedoras de matérias-primas, metais e minérios. Esta grande divisão entre colonizador e colonizado foi expressiva até a segunda metade do século XX.

Na era industrial essa divisão passou por discretas mudanças. Os países em desenvolvimento começaram a se dedicar à exportação de produtos agrícolas. A industrialização, nesse contexto, era atividade secundária. Neste momento, no Brasil, predominou a plantação de cana-de-açúcar e a exploração de ouro. Ao mesmo tempo, nos países desenvolvidos, predominava a transformação de matérias-primas em produtos industrializados. Assim, os países em desenvolvimento eram extremamente dependentes da monocultura agrícola para a exportação, pois era através dessa via que financiavam as importações de produtos industrializados dos países centrais.

Nessa perspectiva, as mudanças ocorridas desde o final do século XX refletiram na DIT; a globalização do capital e a expansão das multinacionais pelo mundo são exemplos dessas transformações. Logo, os países em desenvolvimento passaram cada vez mais a industrializar-se, porém essa industrialização era, na maior parte das vezes, em consequência da divisão do processo produtivo realizado pelas multinacionais, em que distribuíam a produção pelo mundo.

Na década de 1970, uma nova onda de expansão das empresas multinacionais foi estimulada pela elevação dos preços de petróleo e de matérias-primas. Dessa forma, a ampliação dos investimentos na construção de filiais nas economias periféricas e, sobretudo nos países semi-periféricos proporcionou, de um lado, o reforço adicional na estratégia pró-sistêmica de industrialização em países de *per capita* intermediária. De outro lado, constituiu uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como forma de construção de vantagem competitiva por porte das empresas. Assim, as empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo, inclusive, jurisdições nacionais (POCHMANN, p. 12).

Aos países em desenvolvimento que compartilham dessa forma de industrialização restam as piores colocações, com renda baixa e condições precárias de trabalho. Um exemplo ilustrativo é o caso da Índia, comportando algumas empresas multinacionais imponentes, mas com condições de trabalho impostas aos trabalhadores não condizentes à importância da empresa, e que não respeitam a dignidade humana.

Na área da computação, por exemplo, um trabalhador da Índia e um trabalhador da matriz, ambos de uma mesma empresa americana recebem salário muito divergentes.

Segundo dados publicados no Computer Professionals for Social Responsibility – CPSR, enquanto os trabalhadores indianos recebem US\$ 8.500,00 por ano, os trabalhadores americanos recebem cerca de US\$ 80 mil (DIEESE, 2007).

A divisão configurada hoje não é tão definida como se verificava outrora. Os países em desenvolvimento apresentam, no século XXI, um parque industrial significativo aliado à agricultura para exportação, enquanto nos países desenvolvidos a exportação de produtos industrializados e a alta tecnologia são características marcantes. “O que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que este se tornou realmente global. Na mesma escala da globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho (IANNI, 1994, p.2)”. Este mesmo autor ainda nos aponta as consequências dessa nova Divisão Internacional do Trabalho.

Ainda que incipiente, esse [novo] mundo do trabalho e o conseqüente movimento operário apresentam características mundiais: são desiguais, dispersos pelo mundo, atravessando nações e nacionalidades, implicando diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, religiosas, linguísticas, raciais e outras. Inclusive apresentam peculiaridades de cada lugar, país ou região, por suas características históricas, geográficas e outras. Entretanto, há relações, processos e estruturas de alcance global que constituem o mundo do trabalho e estabelecem as condições do mundo do trabalho (IANNI, 1994, p.3).

Pochmann ainda ressalta que os países periféricos e semi-periféricos¹, ao oferecer estímulos para atrair as empresas-indústrias transnacionais, acabam por provocar uma desvalorização do custo do trabalho e a desregulamentação dos mercados de trabalho. Pontua também, a piora na distribuição de renda e a falta de garantias de deslocamento do processo produtivo para outra localidade.

Nessa perspectiva, Pochmann sintetiza a configuração recente da Divisão Internacional do Trabalho da seguinte forma:

Nesses termos, a nova Divisão Internacional do Trabalho parece referir-se mais à polarização entre a produção de manufatura, em parte nos países periféricos, e a produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticados e de serviços de apoio à produção no centro do capitalismo. Nas economias semi-periféricas, a especialização em torno das atividades da indústria de transformação resulta, cada vez mais, proveniente da migração da produção de menor valor agregado e baixo coeficiente tecnológico do centro capitalista, que requer a utilização de mão-de-obra mais barata possível e qualificação não elevada, além do

¹Como países semi-periféricos, POSCHMANN considera: Austrália, Nova Zelândia, Grécia, Portugal, Turquia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Romênia, Rússia, Iugoslávia, Argentina, Brasil, Chile, México, Venezuela, China, Índia, Irlanda, Coréia, Taiwan, Egito e África do Sul.

uso extensivo de matéria-prima e de energia, em grande parte sustenta em atividades insalubres e poluidoras do ambiente, não mais aceitas nos países ricos.

São muitos os problemas abarcados pela nova DIT, em que os países periféricos e semi-periféricos, como coloca Pochmann, são mais uma vez impostos a condições que levam a dualidade estrutural, “exploração” da força de trabalho, dentre outros problemas. Ainda tem os Estados nacionais, com seu poder de ação limitado, frente a essa nova configuração mundial.

Dentre as ideias dominantes nestes tempos de hegemonia neoliberal, está a da desaparecimento do Estado nacional, o que significaria, de alguma forma, a desaparecimento do Estado. A globalização das relações internacionais esvaziaria um de seus elementos constituintes – as fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, a desregulamentação econômica teria reduzido sua ação à impotência, diante da livre circulação dos capitais. Por sua vez, as obras de infra-estrutura e os serviços sociais passam gradualmente a ser responsabilidade do capital privado, seja pela sua privatização, seja pela privatização da vida das pessoas, que, quando podem, se acolhem a serviços de saúde privados, assim como de educação, de correio, de segurança, de transporte, etc (SADER, 2001, p.125).

Diante desse cenário, há quem celebre esse processo e há quem lastime a perda de autonomia dos Estados Nacionais. Para Sader (2001) existem argumentos plausíveis para invalidar esses dois pensamentos; segundo este autor, mesmo que a globalização fosse limitada à universalização do capital financeiro, o espaço nacional ainda assim continuaria debilitado e a redução da intervenção do Estado seria refletida apenas na deterioração das políticas sociais, geração do desemprego, no enfraquecimento da educação pública, da saúde pública, dentre outros.

Emir Sader pontua que os Estados Nacionais estão se enfraquecendo em proveito dos “monopólios que controlam o mercado mundial oligopolizado”. Diante desse contexto, é necessário que o Estado democrático apresente uma perspectiva de superação da internacionalização neoliberal, agindo em prol da construção de um poder internacional democrático (SADER, 2001).

O novo mapa do mundo traz consigo uma nova dinâmica para as relações de produção mundial. Essa nova DIT mais uma vez reforça as desigualdades regionais existentes no mundo, reproduzindo assim, as desigualdades sociais, deterioração dos termos de troca e precariedade nos serviços.

A discussão apresentada neste capítulo possibilitou a compreensão de como as relações de produção, e assim, as relações entre as regiões do mundo são constituídas no sistema capitalista de produção. Bem como auxiliou na compreensão da lógica de

movimentação do capital, processo este fundamental na determinação do desenvolvimento regional, tanto em escala planetária, quanto em nível nacional.

Dessa forma, todos estes processos levaram inexoravelmente a uma diferenciação em termos de desenvolvimento entre os países, como no caso dos mais, dos menos e dos poucos desenvolvidos. Contudo, é fundamental, a discussão não somente desse fosso planetário, mas também o fosso existente dentro dos próprios países, sobretudo naqueles em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No primeiro momento deste capítulo é discutido o desenvolvimento capitalista nos países do centro e da periferia. Tratamos de um relato sobre o desenvolvimento regional de uma forma mais ampla, a nível mundial. Num segundo momento destacamos a questão regional no Brasil. Aqui é apontada a emergência das discussões sobre a questão regional no Brasil, suas implicações e determinadas peculiaridades.

Em seguida, são selecionadas as cinco teorias principais para entender o desenvolvimento regional, dando ênfase à teoria de Prebisch-Cepal. Além disso, discorreremos sobre as estratégias de desenvolvimento regional e minimização das desigualdades sociais pensadas e colocadas em prática no Brasil. Por fim, destacamos o papel do Estado no sistema capitalista no tocante ao desenvolvimento regional e à redução das diferenças socioeconômicas.

As discussões de Celso Furtado sobre o tema são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento regional no Brasil. Segundo Furtado (1974) o sistema capitalista passou por um processo de homogeneização e integração do centro no último quartel do século passado, gerando uma ampliação das diferenças entre o centro e a periferia. Esta ampliação das diferenças, ainda segundo o autor, também se replicou na periferia entre um pequeno grupo de “privilegiados e as grandes massas de população”.

Ao narrar a dinâmica capitalista entre os países centrais e os periféricos, Furtado (1974) argumenta que os processos entre estes e a dinâmica capitalista inter-regional são processos dependentes, seguem a mesma lógica: a lógica do capital. Nessa perspectiva, o desenvolvimento econômico regional está em consonância com a dinâmica da movimentação do capital, sem que necessariamente implique em desenvolvimento social para toda a população.

Para entender as peculiaridades do processo de desenvolvimento regional, é necessário, primordialmente, compreender a concepção de região adotada na presente dissertação. Lima e Simões (2009) entendem região

como unidade de análise, é representada por um conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao resto do mundo. Mais ainda, contextualizando esta definição com o conceito de urbano – *locus* da produção diversificada e integrada do capitalismo –, pode-se definir uma região como um

conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao resto do mundo, composto por centros urbanos com grau de menor integração com os primeiros” (LEMOS,1988 apud LIMA e SIMÕES, 2009).

Dessa forma, região é entendida, neste estudo, não como meramente uma delimitação de território, mas sim, como algo mais complexo, cuja região é definida como pontos em comum, neste caso, as cidades mineiras, que foram agrupadas por possuírem semelhanças econômicas e sociais.

2.1. Desenvolvimento capitalista no centro e na periferia

A discussão acerca do desenvolvimento regional não é exclusividade do Brasil, ou mesmo dos países em desenvolvimento. Os problemas regionais existem em todas as partes do mundo, salvaguardando suas especificidades históricas e estruturais.

Na Itália, por exemplo, a questão regional é um tema de bastante repercussão, chamando atenção para as diferenças significativas entre o Norte e o Sul. Putnam (2006, p.190) aponta para os determinantes dessas diferenças regionais. Segundo este autor, “no Norte, as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica corporificaram-se em confrarias, guildas, sociedades de mútua assistência, cooperativas, sindicatos e até clubes de futebol e grêmios literários”. Esse capital social propiciou então, conforme o autor, um desempenho econômico e institucional significativamente mais elevado que no Sul do país. Isso porque, para Putnam (2006, p.191) os “Estados e os mercados funcionam melhor em contextos cívicos”.

Na dimensão mundial, a questão regional aparece com destaque na divisão entre “países desenvolvidos” e “países em desenvolvimento”. É um debate de caráter mais amplo, em que o foco central é o desenvolvimento capitalista nestes países. “Em termos Mundiais, para além do *New Deal*², o tratamento da questão regional está relacionado às teorias do Desenvolvimento-Subdesenvolvimento, com incorporações teóricas substantivas de autores como Myrdal, Perroux, Hirschmann, Singer e Nurkse” (COSTA LIMA, 2011, p.123).

² O “*New Deal*”, além de controlar o progresso econômico, tinha como proposta ações que conciliavam questões econômicas e sociais. Mesmo alcançando bons resultados, perdeu espaço, no final da década de 1970, quando renovadas perspectivas do liberalismo começaram a emergir.

O desenvolvimento capitalista pressupõe países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, ou seja, a existência de um implica a existência do outro. O desenvolvimento do sistema capitalista teve consequências diversas nestes países, principalmente após a fase industrial, uma vez que a industrialização emergiu nestas sociedades de forma diferenciada, e, portanto, teve impactos distintos.

Os países hoje considerados desenvolvidos foram ocupados de forma diferente aos países tidos, atualmente, em desenvolvimento. As populações que migravam da Europa para os países que hoje são desenvolvidos levavam consigo as técnicas e os hábitos de consumo de seus países e se estabeleceram apenas em regiões onde as condições econômicas eram excelentes; enquanto, nos países hoje chamados de “países em desenvolvimento”, a migração não tinha o objetivo de ser definitiva, mas se interessavam em comercializar e extrair matérias-primas, sendo o resultante desta ação a criação de estruturas híbridas, na qual uma parte se caracterizava como sistema capitalista e a outra permanecia dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de estruturação colaborou para o fenômeno do subdesenvolvimento (FURTADO, 1961).

Nessa perspectiva, os países da América Latina ainda enfrentaram, segundo Fernandes (1981, p.26), duas realidades que dificultaram o desenvolvimento no sistema capitalista de produção:

1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real.

Além da condição de subdesenvolvimento oriunda do tipo de estrutura que originou os países da América Latina, essas duas questões dificultam ainda mais o desenvolvimento dos países na ordem capitalista, deixando evidente a condição de dependência dos países latino-americanos em relação aos do centro capitalista.

Nesse contexto, entre as décadas de 1950 e 1970 em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil, foram elaboradas políticas que visavam superar o subdesenvolvimento através da industrialização, chamada de desenvolvimentista³ (LIMA e SIMÕES, 2009). De acordo com Bielschowsky (2000), essa política teve sua origem em 1930

³ Ideologia de superação do subdesenvolvimento através de uma industrialização capitalista, planejada e apoiada pelo Estado (BIELSCHOWSKY, 2000).

e atingiu seu auge na década de 50. Devido à polêmica em torno da origem da teoria desenvolvimentista este autor argumenta a veracidade dessa afirmação.

Em primeiro lugar, o desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50. No período de 1930-1945, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930. (...) Em segundo lugar, e mais importante, o período é de “origem” do desenvolvimentismo porque é o momento da história brasileira em que surgem, mais ou menos simultaneamente, quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que se sobrepõem e ultrapassam os limites do ideário industrialista anterior: a) Gera-se a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais. (...) b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. (...) c) Paralelamente à formação da ideia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, que acompanhou o processo de centralização de poder pós-1930, a ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país. (...) d) O nacionalismo econômico, até então pouco expressivo no país, ganha nova dimensão (p.250).

Combinando estes quatro fatores, o Brasil, a partir de então, suscitou a ideia de um desenvolvimento na base industrial. Segundo Lima e Simões (2009) a industrialização era tida como a única maneira de acabar com a pobreza e o subdesenvolvimento dos países periféricos, para tanto, acreditava-se que o Estado teria de assumir o papel de único planejador.

A industrialização latino-americana é conhecida em toda parte como um processo de substituição de importações. Trata-se na realidade, de um processo de modificação da estrutura produtiva, o qual permite reduzir a participação das importações na oferta global sem reversão a economia pré-capitalista. Reduzem-se ou eliminam-se certos itens das importações - os quais são substituídos nos mercados por produção interna - e ampliam-se aqueles itens de substituição mais difícil. (FURTADO, 1966, p. 72).

Tanto no Brasil quanto em grande parte dos países do continente Latino-Americano o processo de substituição de importações foi um desejo dos países tornarem-se auto-sustentáveis e livres da dependência de capitais estrangeiros.

Em nome do desenvolvimento são feitas grandes atrocidades. Na pretensão da acumulação de capital não foram levadas em conta as possíveis consequências desse processo, como as grandes metrópoles com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos

serviços públicos, fuga da juventude na anti-cultura, dentre várias outras conseqüências (Furtado, 1974). Sem falar no impacto ao meio físico e a agravação das disparidades internas nos países em desenvolvimento.

Furtado (1974, p.71) argumenta que não se pode aceitar a hipótese de que “os atuais padrões de consumo dos países ricos tendem a generalizar-se em escala planetária”. Pois o modelo de desenvolvimento capitalista orienta-se no sentido de excluir as massas que vivem nos países periféricos dos benefícios provenientes do desenvolvimento. O processo de acumulação de capital presente no centro tende a aumentar o distanciamento entre este, em crescente homogeneização, e inúmeras periferias, onde as desigualdades continuam a agravar-se (FURTADO, 1974).

Contudo, a ideia de desenvolvimento econômico adotada pelos países na atual sociedade industrial fundamenta-se no princípio de que o padrão de vida de uma minoria que vive nos países altamente industrializados pode refletir na maioria da população que vive nos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974).

Nessa perspectiva, Bonente e Corrêa (2009, p.47) reforçam que

o subdesenvolvimento se apresenta como um fenômeno necessário à reprodução do capital. Nesse sentido, como posto por André Gunder Frank (1969), o desenvolvimento capitalista é também o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. O desenvolvimento capitalista implica a reprodução da condição de dependência; implica a reprodução de pobreza, miséria, marginalização, etc., enfim, a reprodução do que se chamou “subdesenvolvimento”.

Sendo o subdesenvolvimento e todas as suas implicações como pobreza, desigualdade, dentre tantas outras, condição *sine qua non* do capitalismo, é ilusão pensar que o modo de vida de uma minoria abastada pode um dia generalizar-se.

É necessário salientar também que a industrialização nos países cênicos se deu de forma distinta à vivenciada hoje nos países periféricos. Segundo Furtado (1974), enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital foi consequência da entrada de novos produtos e da elevação dos salários, com equidade na distribuição da renda, funcional e social, nos países periféricos a industrialização vem gerando crescente concentração de renda com o propósito de que uma minoria possa reproduzir o padrão de consumo dos países do centro do capitalismo.

Entretanto, “é mais importante o fosso que a atual orientação de desenvolvimento cria dentro dos países periféricos que o outro fosso que existe entre estes e o centro” (FURTADO, 1974, p.72). Pois é apenas uma minoria da população que vive nos países

periféricos que reproduz o padrão de vida dos países cêntricos e sua grande massa vive apenas com o mínimo vital. Nessa perspectiva, o processo de industrialização tem fracassado na tentativa de realizar uma transformação radical deste cenário.

Furtado (1974) ressalta ainda a impossibilidade de se generalizar o padrão de consumo que prevalece nos países cêntricos ao restante dos países do sistema, isso porque, caso acontecesse, o mundo entraria em um colapso. Dessa forma, o modelo ideológico de desenvolvimento econômico, “ideia de que toda a população poderá algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos” (p.75), seria um mito, irrealizável. Porém, essa ideia de desenvolvimento tem sido conveniente para movimentar as massas da periferia e convencê-las a aceitar grandes sacrifícios. Graças a esse mito do desenvolvimento tem sido possível desviar as atenções da saúde, alimentação, habitação e do acesso à educação de qualidade, para concentrar em objetivos abstratos como, por exemplo, investimentos, exportações e crescimento econômico.

Celso Furtado, a princípio acreditava que o fato de o Brasil passar de um país exclusivamente agroexportador e se dedicar mais à industrialização seria suficiente para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração de renda, as desigualdades regionais. Porém, a realidade se mostrou diferente, pois a industrialização substitutiva provocou, em sua fase mais avançada, elevação relativa nos preços dos equipamentos e maior concentração da renda.

Portanto, industrialização e o progresso econômico nem sempre são sinônimos de bem-estar social para todos. Um exemplo expressivo deste fato é a economia brasileira, que conseguiu alcançar níveis de industrialização consideráveis sem abandonar as principais características de um país subdesenvolvido, as quais são: “grande disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc” (FURTADO, 1974, p.95).

Dessa forma, a política de desenvolvimento do Brasil, que foi orientada para atender os altos níveis de consumo de uma parcela mínima da população, tende a intensificar as desigualdades sociais e a aumentar o custo social proveniente do sistema econômico (FURTADO, 1974).

Diante dessa realidade, a partir da década de 1970 o conceito de desenvolvimento sofreu alterações, incitadas pelo insucesso do processo de industrialização e do crescimento econômico em promover a igualdade social entre os povos e tirar os países periféricos do subdesenvolvimento. Com isso, novas discussões sobre desenvolvimento emergiram e o

conceito tornou-se mais fragmentado, com o objetivo de incorporar outros aspectos que não fossem apenas econômicos (BONENTE e CORRÊA, 2009). Nesse contexto, a noção de desenvolvimento regional ganha força, e políticas públicas são articuladas levando em consideração a diversidade regional do país.

2.2. A Questão Regional no Brasil

O debate em torno da “questão regional” ganhou força no Brasil no século XX, mais precisamente em meados da década de 1950. Este fato se deve a mudanças ocorridas nesse período, inclusive em consequência das políticas adotadas no governo JK. Nesse momento, o Brasil passou de um país quase que exclusivamente primário exportador para um país de base industrial expressiva. Dessa forma, o mercado interno passa a comandar a dinâmica econômica do país. “Até essa data, a questão regional estava parcialmente circunscrita – no âmbito do discurso político e da tomada de decisões– às chamadas medidas de combate às secas do Nordeste” (CANO, 2000, p.102-103).

Nessa transformação ocorrida no Brasil, as relações comerciais antes feitas predominantemente com o exterior, passaram a ser articuladas entre as regiões do país, tornando essas relações cada vez mais intensas, ocasião em que começa a surgir a chamada “questão regional” brasileira. É nesse momento que as diferenciações regionais ficam mais aparentes, evidenciando a heterogeneidade das dinâmicas das regiões brasileiras, principalmente quando se compara o desempenho da região Sudeste com o Nordeste brasileiro.

A questão regional brasileira pode ser distinguida em quatro momentos: o primeiro vai da década de 1920 até início de 1970, período este, como já foi dito, que a chamada “questão regional” ganhou força; de 1970 a meados de 1980, momento de uma modesta desconcentração no Brasil e a partir de 1990, momento em que o Estado centra sua atividade na esfera financeira e a “questão regional” é deixada em segundo plano.

Porém, no período que corresponde ao regime militar, 1964-1985, a preocupação em torno do desenvolvimento regional, segundo Oliveira (1993) não passou de meros planos da administração.

Na ditadura, a Questão Regional, enquanto tal, deixou de existir e foi rebaixada a planos administrativos, banhados em crocodílicas lágrimas de generais-presidentes nas épocas das secas. Entre um regime carente de legitimidade e políticos faltos de representatividade, os planos regionais foram abastardados como moeda de troca que, de um lado, ajudava a manter a fachada das instituições representativas e, de

outro, a fazer de conta que o regime era racional, para lograr empréstimos e financiamentos dos Bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento (OLIVEIRA, 1993, p.43).

No Brasil, de 1920 a 1970, a produção industrial dominou a dinâmica regional, localizando com mais vigor na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Dessa forma, “a intensificação das relações entre a principal região industrial do país e as outras tem, inicialmente, um impacto negativo na maioria das regiões e vai definir o que se chamara de ‘questão regional’” (BACELAR, 2000, p. 74). A consequência desse processo é a tendência à concentração de capital nas regiões mais dinâmicas do país.

Nesse âmbito, a política de industrialização adotada no governo de Juscelino Kubitschek foi muito eficaz quando se pensa no todo nacional, mas, analisada sob a ótica da questão regional era ampliadora das desigualdades regionais (BACELAR, 2000). Compartilhando desta ideia, Cano (2000, p. 104) reforça que,

ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, diante dos maciços investimentos em infra-estrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isto desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento.

Nesse período, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) elaborou um relatório, escrito por Celso Furtado, em que foram diagnosticados os problemas da região Nordeste, pontuando também as diretrizes que deviam ser tomadas para solucionar os problemas. Este relatório, feito em 1958, foi a primeira interpretação sobre as desigualdades regionais no Brasil. Nesse, Celso Furtado nos apresenta dados empíricos que demonstram a discrepância entre o Nordeste e o Sudeste do país.

As disparidades nos níveis de renda é um exemplo desta dicotomia Centro-Sul – Norte-Nordeste, uma vez que a renda média do nordestino, neste período, era menos de um terço da renda do habitante do Centro-Sul. Sendo a disparidade regional dos ritmos de crescimento o principal problema econômico da sociedade brasileira.

Dessa forma, o GTDN expõe, de maneira resumida, os problemas do Nordeste no quadro do desenvolvimento econômico do Brasil, além de enumerar dez estratégias que, se colocadas em prática, permitiriam a modificação desta realidade. Dentre essas dez diretrizes, Celso Furtado enfatiza a industrialização como principal maneira de acabar com os problemas do Nordeste. Porém, infelizmente, Celso Furtado pôde constatar que apesar de a

industrialização ter dinamizado a economia nordestina, os principais problemas daquela região não foram solucionados.

Celso Furtado acreditava então, que para solucionar os problemas do Nordeste seria preciso primordialmente uma reforma agrária na região, uma vez que “se houvesse uma reforma agrária, já seria uma maneira de desconcentrar a propriedade e a renda” (FURTADO, 1998, p.48). Além disso, criou um projeto de irrigação, que foi derrubado no congresso por aqueles que eram favorecidos pela chamada indústria da seca⁴. Celso Furtado acreditava que a irrigação teria de ser realizada dentro de um contexto maior, porque se fizesse irrigação que favorecesse a concentração de renda, segundo ele, o problema social ficaria de pé, sendo assim, a irrigação teria de ser feita com o controle do uso do solo que permitisse uma divisão de renda (FURTADO, 1998). Tudo isso, combinado à instalação de pequenas indústrias, pois segundo Furtado (1998, p.48) “se você conseguir empregar muito mais gente, vai elevar os salários. E essa elevação corrige a tendência à concentração excessiva de renda”. Nesse contexto, a proposta mais transformadora de Celso Furtado consistia na reforma política, em que ele dizia que deveria se mexer nas estruturas, caso contrário as discrepâncias nacionais não seriam diluídas.

De 1970 até meados da década de 1980 há uma singela desconcentração de capital no Brasil. Nesse momento “tem-se um fato novo importante, e aquele processo intenso de concentração, portanto de exacerbação da questão regional, se atenua. Começa-se a viver uma tendência à desconcentração. Os dados estatísticos mostram o fenômeno com clareza. A base agrícola desconcentra-se, e a própria base industrial do país também se desconcentra” (BACELAR, 2000. p.77). Não se trata mais de produzir no Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, e vender para o restante do Brasil, e sim de produzir nas diversas regiões brasileiras.

Nos anos 90 essa realidade começou a ser reconfigurada, pois as desigualdades regionais se intensificaram novamente. O Estado, neste momento, “centra sua intervenção na esfera financeira, enquanto a questão regional é vista a partir da dinâmica da esfera produtiva” (BACELAR, 2000. p.84). A política de abertura da economia do país, a abertura financeira e a abertura comercial geraram consequências diferenciadas nas regiões brasileiras. Exemplo ilustrativo dessa realidade é o Nordeste, que “perdeu mais de cinco pontos percentuais [em relação ao Produto Interno Bruto] quando o Brasil se abriu ao mercado externo. As

⁴“**Indústria da seca**” é um termo utilizado para designar a estratégia de alguns políticos que aproveitam a tragédia da seca na região Nordeste do Brasil para ganho próprio. Aproveitam no período da seca para conseguir mais verbas, incentivos fiscais e créditos, apoiados na propaganda da fome da população.

exportações nordestinas não eram as mais competitivas e a região perdeu importância relativa no valor das exportações do país” (BACELAR, 2000. p.85).

Nesse contexto, é preciso repensar o modo como a “questão regional” tem sido tratada no país. Macropolíticas continuarão a ter impactos diferenciados, uma vez que as regiões brasileiras são muito distintas entre si. Os investimentos do Estado ainda se encontram nas áreas mais dinâmicas destas regiões, enquanto as áreas não-dinâmicas são abandonadas. “As áreas dinâmicas contam, têm apoio, têm alguns projetos, enquanto as áreas não-dinâmicas não os têm” (BACELAR, 2000. p.87).

Para criar políticas adequadas é preciso fazer uma análise mais fina e mais profunda das regiões do Brasil. Realizar uma observação em escala macrorregional é cada vez mais insuficiente para se ter dimensão do problema a ser enfrentado. Como exemplo, podemos citar o caso de Minas Gerais, onde se encontram regiões altamente dinamizadas economicamente, como é o caso da região Central e regiões menos desenvolvidas, como o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Em vários outros estados vê-se a mesma situação, Minas Gerais, no entanto, é um retrato-síntese do Brasil, pois representa a heterogeneidade que observamos no país.

Essa heterogeneidade contém uma mudança importante que, na minha visão, pode estar redefinindo o que se está chamando de “questão regional”. Vamos ter questões regionais em várias macrorregiões do Brasil. Não vai dar mais para discutir somente na escala macrorregional. A grande questão regional brasileira é o Nordeste, como a gendecia nos anos 50? Não é. Há questões regionais importantes nas outras regiões, como no Extremo Sul do Rio Grande do Sul (BACELAR, 2000. p.88).

A discussão em torno da questão regional no Brasil entrou em evidência com a maximização da industrialização no país, constituindo assim, nos últimos anos, preocupação significativa dos governos no país. Contudo, é preciso repensar o modo como a questão regional tem sido tratada, é necessário que as políticas levem em consideração as especificidades das macrorregiões brasileiras, para então investir de acordo com as necessidades e os potenciais já estabelecidos nas macrorregiões.

Ao assumir a Presidência da República, em 2003, Lula apresentou como uma de suas prioridades a redução das diferenças regionais no Brasil. Para tanto, seu governo daria atenção especial às regiões menos favorecidas. As políticas públicas em seu governo tiveram como foco prioritário as regiões menos dinâmicas do país, diversos Planos e Programas buscaram dar importância ao combate das desigualdades regionais, priorizando as regiões menos favorecidas do Brasil.

Durante o governo Lula, incentivos de natureza econômica e social foram realizados para promover um maior desenvolvimento, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste. Investimentos maciços na indústria, programas de alfabetização, que refletiram principalmente no Nordeste, como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído em 2003, dentre vários outros, deram atenção especial ao desenvolvimento socioeconômico do Norte e do Nordeste brasileiros.

Em suma, desde a ascensão da discussão sobre a questão regional, o Brasil passou por momentos diferentes, em que ora se valorizava a questão regional, desconcentrando a produção e o capital, ora não se valorizava, aprofundando as diferenças regionais verificadas no país.

As diferenças nos níveis de desenvolvimento entre regiões é preocupação recorrente e sempre compuseram a pauta de discussão no mundo acadêmico-científico de todo o mundo. Principalmente os economistas se dedicaram a explicar este fenômeno formulando teorias sobre o desenvolvimento regional. Dessa forma, o próximo momento da dissertação se resume à exposição de teorias formuladas que buscaram explicar o porquê de existir um desenvolvimento regional desigual, seja entre nações, ou dentro dos próprios países.

2.3. Teorias do Desenvolvimento Regional

Várias são as teorias que buscam explicar a dinâmica econômica regional, ou seja, o processo de determinação da renda urbana que é a expressão e a causa do movimento do capital entre as regiões. Destacaremos seis delas: 1) Teoria dos Pólos de Crescimento; 2) Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa; 3) Teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento; 4) Teoria da Base de Exportação e; 5) Teoria de Williamson e, 6) Teoria da Cepal.

A teoria dos polos de crescimento remete à diferença de intensidade do crescimento nas diversas regiões, dessa forma, entende-se que o desenvolvimento não se dá de forma homogênea, concentrando-se em determinados locais. Segundo esta teoria, formulada por Perroux, a peça fundamental para a diversidade entre as regiões é a indústria-motriz ou indústria-chave.

O pólo de desenvolvimento é uma unidade econômica ou um conjunto de várias dessas unidades que impulsionam o desenvolvimento, para cima e para baixo, de outras unidades que com ela estão em relação (LIMA e SIMÕES, 2009). Esta noção de polos de

crescimento apenas se torna consistente se for usada como objeto de análise e meio para a ação política.

A teoria do Desenvolvimento Econômico e o Processo de Causação Circular Cumulativa constituem-se da necessidade de lidar com os problemas das disparidades regionais e da insuficiência da hipótese do equilíbrio estável para explicar a complexidade do sistema econômico. Essa teoria consiste em elucidar a dinâmica econômica regional a partir de um processo de causação circular cumulativa, cujo um fator negativo é, ao mesmo tempo, causa e efeito de outros fatores negativos, na qual o mesmo ocorre com um fator positivo. Estes processos, se não regulados, tendem a aumentar as disparidades entre as regiões. (LIMA e SIMÕES, 2009).

Myrdal acreditava que quanto maior fosse o desenvolvimento de um país, a tendência maior seria aos efeitos propulsores (provenientes da região central, exercem estímulos positivos nas regiões vizinhas) e menor aos efeitos regressivos (drenam os fatores produtivos das regiões vizinhas para a região central). Nessa perspectiva, o alto desenvolvimento de um país traduziria, automaticamente, em qualidade de vida para a população. Segundo este paradigma, isso ocorre devido às iniciativas políticas estatais, que tinham como finalidade promover a igualdade regional, adotadas nos países desenvolvidos, anulando, dessa forma, as forças de mercado que provocam efeitos regressivos (OLIVEIRA, 2008).

Hirschman formulou uma teoria similar à teoria desenvolvida por Myrdal, a teoria do Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento. Esta teoria foca na dinâmica do desenvolvimento econômico. Segundo esta perspectiva, o desenvolvimento econômico não ocorre simultaneamente em toda parte e tende a concentrar-se espacialmente em torno do ponto onde se inicia, sendo esta uma característica fundamental para uma análise estratégica do mesmo (LIMA e SIMÕES, 2009). A expansão do desenvolvimento de uma região gera efeitos positivos e negativos em outras regiões, sendo mais suave quando se trata da transmissão entre países, devido a vários obstáculos, como a língua, a cultura, dentre outros.

De acordo com Hirschman, caso os efeitos perversos sejam mais expressivos a intervenção do Estado é fundamental para controlar a situação. Nesse contexto, o Estado deve concentrar um volume maior de investimentos nas regiões que sofrem estes efeitos em detrimento das demais regiões do país (OLIVEIRA, 2008).

Em contrapartida, segundo a tese de Williamson, o próprio mercado gera o equilíbrio no desenvolvimento das regiões, contudo, o autor pontua que as ações do governo

podem intensificar a desigualdade regional ao investir em regiões dinâmicas, a fim de promover o desenvolvimento nacional.

Entretanto, a tese principal do autor é a de que conforme uma região se desenvolve ela vai reduzindo as desigualdades regionais. Isso se deve aos efeitos propulsores, em longo prazo, neutralizarem os efeitos regressivos.

Segundo Oliveira (2008), no início do processo de desenvolvimento, a tendência é ao baixo nível de crescimento econômico aliado a baixa desigualdade regional, contudo, quando o desenvolvimento atinge o auge do crescimento econômico as desigualdades regionais são ampliadas e, na etapa final do desenvolvimento, há uma redução do crescimento econômico e das desigualdades regionais. Dessa forma, estas ideias vinculam a redução das diferenças regionais, principalmente, ao aprimoramento das forças de mercado.

Segundo a Teoria da Base de Exportação, formulada por North, a taxa de exportação de uma região tem papel fundamental para o aumento da renda da população de determinada região, fazendo com que essas regiões se desenvolvam através dessas bases de exportação.

Segundo esta teoria a base de exportação realiza papel essencial na configuração da economia de uma região e em seus níveis de renda absoluta e *per capita* e, conseqüentemente, na determinação da quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias, que se desenvolveriam juntamente sobre a dinâmica da indústria subsidiária, a distribuição da população, o padrão de urbanização, as características da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas e o crescimento dos centros nodais, de maneira que seu crescimento estava estreitamente vinculado ao sucesso de suas exportações (LIMA e SIMÕES, 2009).

Entretanto, deve-se levar em consideração que a acumulação de capital em determinada região não está necessariamente relacionada ao desenvolvimento social, que seria maior equidade na distribuição de renda, habitação, saúde, educação, seguridade social, dentre outros (SANTOS e SILVA, 2011).

A implantação de um polo de desenvolvimento, por exemplo, pode provocar desequilíbrios econômicos e sociais, pois distribui salários e rendimentos adicionais sem expandir necessariamente a produção local de bens de consumo. Transfere mão-de-obra sem necessariamente atribuir-lhe um novo enquadramento social, concentra investimento e inovação sem necessariamente alargar a vantagem de outros locais, nos quais o desenvolvimento pode ser retardado.

Das cinco principais teorias sobre o desenvolvimento regional, a que marca a trajetória desta pesquisa é a teoria “Centro-periferia” criada por Prebisch-Cepal, e defendida por Celso Furtado.

O conceito de “Centro-periferia” é o cerne da teoria Cepalina sobre o desenvolvimento regional desigual. Segundo Bielschowsky (2000, p.16), este conceito “é empregado para descrever o processo de difusão do progresso técnico na economia mundial e para explicar a distribuição de seus ganhos”. Esse conceito aponta, como já foi dito aqui, para o desenvolvimento desigual que a industrialização provocou em diversos países.

De acordo com este conceito, a divisão internacional do trabalho provocou, desde os primeiros estágios do capitalismo industrial, efeitos diferenciados nas economias das duas regiões (centro e periferia), fazendo com que ambas se distanciassem crescentemente em termos de estágio de desenvolvimento. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

Com base nesta discussão, a Cepal formulou a tese da deterioração dos meios de troca. Antes da elaboração desta tese acreditava-se que os países periféricos, ao fornecerem produtos primários ao centro e ao importar produtos de ponta, estavam em equilíbrio quanto aos ganhos. Raul Prebisch ao criar esta tese derrubou tal ideia ao afirmar “que não apenas a transferência de ganhos não ocorre, como na verdade, o que se passa é o oposto: são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade para as desenvolvidas”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho no capitalismo provocou uma disparidade entre países do centro e países periféricos, que é, a cada dia, mais significativa. O processo de divisão internacional da produção reforça a condição de periferia dos países e, em contrapartida, valoriza ainda mais a economia nos países do centro.

Várias foram as teorias que buscaram explicar a dinâmica de movimento do capital favorecendo uma região em detrimento de outra. Baseando-se nestas teorias, várias estratégias têm sido pensadas e postas em prática a fim de reduzir as desigualdades regionais e sociais nos países. No Brasil, diversos estudiosos tem se preocupado com esse tema, buscando alternativas para lidar com as discrepâncias, principalmente, entre o Nordeste e o Centro-Sul, e também para enfrentar o desenvolvimento regional desigual dentro dessas regiões.

2.4. Estratégias de desenvolvimento regional

Entre as décadas de 50 e 70 do século passado, em vários países periféricos, inclusive no Brasil, foram elaboradas propostas em que o Estado era o centro de todo o processo operacional para se superar o subdesenvolvimento, através da industrialização. Esta proposta foi denominada política desenvolvimentista (LIMA E SIMÕES, 2009). Segundo este autor, a industrialização era tida como a única maneira de acabar com a pobreza e o subdesenvolvimento dos países periféricos. Para tanto, seria necessário o Estado assumir o papel de único planejador. De maneira geral, o modelo vigente no Brasil procurava amenizar as desigualdades colocando o Estado no centro, como único sujeito de ação e os coletivos desiguais como “meros destinatários de ações e intervenções políticas do Estado”, pensados sempre como problema a ser solucionado (ARROYO, 2010). Essas propostas se apoiavam nas ideias Keynesianas sobre a intervenção do Estado.

Porém, industrialização e progresso econômico não são sinônimos de bem-estar social para todos. Um exemplo expressivo deste fato é a economia brasileira, que conseguiu alcançar níveis de industrialização consideráveis sem abandonar suas principais características de um país subdesenvolvido, ou seja, a dicotomia entre áreas urbanas e rurais, uma parcela enorme da população vivendo em condições de subsistência e um expressivo número de pessoas desempregadas ou com empregos precários.

Diante disso, as discussões acerca do desenvolvimento regional ganham visibilidade e mais expressividade. Nos últimos anos as teorias acerca do desenvolvimento regional vêm sendo reformuladas e repensadas, incorporando ao processo de desenvolvimento novas estratégias que amenizem as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões e que resultem em uma maior equidade social intra-regional.

Nessa perspectiva, o modelo de intervenção estatal que se configurou nas décadas de 1950 e 1970, como acima descrito, se desgastou a partir da década de 1970, em consequência das “alterações nas condições econômicas externas” e “a insuficiência dos resultados obtidos pelas políticas adotadas até então”. (SIMÕES, 2009).

Arroyo (2010) argumenta que o aprofundamento das desigualdades forçou o Estado a redefinir seu papel e suas políticas, assim como ressignificar a forma como são pensados os coletivos desiguais e o seu papel dentro da estrutura social. A partir desse momento, os coletivos desiguais passam a se sentir vítimas das desigualdades e lutarem não por políticas de controle ou diminuição da desigualdade, mas por políticas de igualdade, para

tanto procuram não se vêem mais como problema, mas apontam erros nos projetos e políticas que têm como finalidade diminuir as desigualdades.

Nesse sentido, “as desigualdades, vistas sem sujeitos, entram apenas como campo de intervenção. (...) O foco nos coletivos desiguais redefine as desigualdades. Eles têm classe, raça, etnia, gênero, lugar” (ARROYO, 2010, p.1396). Políticas que não levam em consideração essas particularidades se tornam generalistas, gerando consequências sérias para sua gestão e análise.

Juntamente com a diminuição da participação do Estado na economia, houve uma crescente valorização da diversidade regional, estratégia importante para um desenvolvimento regional mais homogêneo bem como a valorização dos atores e dos poderes locais no processo de desenvolvimento e atenuação das desigualdades sociais.

Segundo Tânia Bacelar⁵, para acontecer o desenvolvimento homogêneo de diferentes regiões é preciso investir nas potencialidades de cada região, “para a chamada indústria criativa, para a pesca, para a produção extrativa, para o artesanato...”. Além de desenvolver economicamente as regiões, estes novos empreendimentos geram um maior poder de consumo de classes que antes não tinham, e conseqüentemente gera mais investimento (BACELAR, entrevista, 2009).

Sendo assim, esse processo seria como uma cadeia de benefícios para as regiões, em que investir no que uma região tem de melhor traria maior poder de consumo para a população, atraindo novos investimentos, conseqüentemente todo esse processo culmina na redução das desigualdades sociais intra-regionais e das desigualdades de desenvolvimento entre as regiões.

Tânia Bacelar ainda salienta dois perfis de política de desenvolvimento que seriam mais adequadas para o Brasil, sendo elas: I – políticas nacionais arrojadas e bem formuladas, que dêem enfoque na batalha contra as desigualdades sociais e econômicas que se reproduzem em várias regiões do Brasil, apesar de serem políticas que tem como foco todo o país, têm impactos maiores nas regiões consideradas mais pobres e II – políticas regionais explícitas, que tenham o intuito de combater as desigualdades inter-regionais, são políticas voltadas para regiões que representam desafios maiores.

Há também presente nessa discussão, uma crescente valorização da participação dos agentes locais no processo de desenvolvimento. Nos últimos anos, houve um esforço para

⁵ Em entrevista publicada na Revista Rumos, edição de setembro de 2009. Disponível em <http://criseoportunidade.wordpress.com/>.

se reformular as teorias do desenvolvimento regional tradicionais, enfocando então novas estratégias de desenvolvimento regional e local. Nessa perspectiva, há um reconhecimento da importância dos agentes locais sobre a condição futura da economia local, apontando a sobreposição da relevância desses agentes à ideia de desenvolvimento por vias do planejamento centralizado ou por forças puras de mercado. Há que salientar que essas ações coletivas só alcançam maior eficácia na medida em que são institucionalizadas.

Este novo modelo de desenvolvimento endógeno é construído “de baixo para cima”, uma vez que os potenciais socioeconômicos originais do local são a força motriz para o desenvolvimento. Esta nova teoria do desenvolvimento regional defende a descentralização da ação pública. Ela é pautada em três aspectos fundamentais. Primeiro, da proximidade e da informação, ou seja, o fato de os governos locais estarem mais próximos dos produtores e dos consumidores dos bens e serviços os torna mais informados sobre suas preferências; segundo, o da experimentação variada e simultânea, o que equivale a dizer que as diversas experiências locais podem encontrar alternativas superiores de oferta do serviço público; e por último, o aspecto relacionado ao tamanho, quanto menor for o aparelho estatal mais eficiente será a alocação de recursos (FILHO, 2001). Reforçando a ideia de descentralização do Estado, Ricci (2005) salienta que na atual etapa do desenvolvimento capitalista, o Estado tem o papel de promotor da competitividade, “trata-se de induzir os agentes a adotar comportamentos inovadores e cooperativos, essenciais ao fortalecimento da competitividade” (p.14)

É preciso reforçar, segundo Filho (2001), no que diz respeito ao desenvolvimento regional endógeno, que há uma necessidade de relacionar sempre o regional/região e o todo nacional, pois isso garante que o bem-estar de uma região não implique em mal-estar para outras regiões.

Outro aspecto a ser pontuado é a importância da participação cívica. Putnam (2007) chama atenção para o fato de que embora o Estado e o mercado sejam sempre apontados como os únicos responsáveis para a solução dos problemas sociais, a participação cívica melhora tanto o desempenho do Estado quanto do mercado.

Nesse sentido, o Brasil tem um histórico de usurpação dos direitos civis incorporados às decisões do Estado, principalmente quando se refere ao período da ditadura militar, em que houve repressão e desarticulação de movimentos sociais e políticos. Conhecendo este contexto brasileiro, é compreensível que poucas pessoas se identifiquem como capazes de assumir o papel de ator no combate às desigualdades (SCALON, 2009). “Tanto a elite quanto o povo atribuem este encargo quase exclusivamente ao Governo; com

percentuais de 63% e 62%, respectivamente. (...) quando se trata de chamar para si a responsabilidade, observamos parcos 6% da elite e 4% do povo”. (SCALON, 2009, p.55).

Nessa perspectiva, Putnam (2007) reforça a importância do histórico da sociedade no que se refere à participação cívica; pontuado que “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. (p.177).

A participação cívica, segundo Putnam (2007), está intimamente ligada à falta de capital social - confiança, normas e cadeias de relações sociais – que se traduz em sistemas de participação cívica, quanto mais desenvolvidos estes sistemas forem, maiores serão as chances dos cidadãos de determinada comunidade serem capazes de cooperar em benefício mútuo.

Dessa forma, Putnam (2007, p.186) afirma que “ao longo da história, (...) as normas e os sistemas de participação cívica promoveram o crescimento econômico, em vez de inibi-lo (...) e que existe uma forte correlação entre associações cívicas e instituições públicas eficazes”.

Diante do apresentado, fica evidente a ideia de que o Estado não é o único responsável pelas mudanças sociais no sistema capitalista, há outras estratégias, uma vez combinadas com a ação do Estado até mesmo aperfeiçoam as ações do governo. Contudo, o Estado continua sendo o responsável fundamental e de maior impacto sobre as mudanças socioeconômicas, principalmente em regiões menos dinâmicas.

2.5. Intervenção do Estado

No sistema capitalista de produção, as desigualdades sociais e econômicas são uma condição para a existência e o funcionamento das estruturas sociais de produção, de distribuição e de consumo (CARDOSO, 2004). Dessa forma, o sistema capitalista é fonte de manutenção e de crescimento da desigualdade devido a dois processos oriundos desse sistema, o crescimento econômico capitalista e a superexploração dos trabalhadores por meio da exploração crescente da mais-valia (ESTENSSORO, 2003).

Nessa perspectiva, “o sistema capitalista reproduz a miséria já existente (situação de pobreza e indigência) e cria mais precariedade nos empregos e mais desemprego entre os trabalhadores (processo de exclusão social), conformando simultaneamente um lumpemproletariado planetário ao lado de um exército industrial de reserva superexplorado e

globalizado” (ESTENSSORO, 2003, p.10). O lupemproletariado como produto do capitalismo “é a população economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída dos seus direitos básicos”.

Não há como desenvolver um capitalismo mais brando, pois a concentração é a lógica do capitalismo, porém há mecanismos que podem diminuir a concentração de renda neste sistema; a ação do Estado é um exemplo, contudo, a ação do Estado tem seus limites. Nesse sentido, o capitalismo aceita algumas medidas tomadas pelo Estado para diminuir as desigualdades socioeconômicas, como por exemplo, o aumento do salário mínimo e as cotas para as minorias e pessoas carentes; porém, mesmo diante dessas estratégias a estratificação social neste sistema continua ampla, o hiato entre países centrais e países periféricos ainda é grande, assim como o fosso que existe dentro dos próprios países, principalmente nos países em desenvolvimento.

Dessa forma, a presença do Estado no desenvolvimento capitalista é fundamental e tem de ser considerada. BACELAR (2000, p.89) salienta que, geralmente,

além da pouca presença do investimento público – uma presença seletiva no “Brasil em Ação” e no “Avança Brasil”, pois concentrada nos focos de dinamismo –, tem-se a ausência do Estado na coordenação. Não é só a ausência nos investimentos, é a ausência na coordenação. Porque a tarefa do Estado não era só investir diretamente, mas coordenar, de forma articulada, um conjunto de investimentos em várias regiões.

O Brasil é um país de grande diversidade regional. Dessa forma, as políticas públicas têm de ser pensadas levando em consideração as especificidades de cada macrorregião, e ainda mais, a diversidade existente também dentro de cada macrorregião brasileira.

O governo federal tem direcionado suas ações aos pólos mais dinâmicos de cada região, há então ausência de uma política nacional para as regiões brasileiras. Essa ausência, segundo Bacelar (2000) até o final do séc. XIX era um elemento marcante nas políticas públicas do governo federal.

A política representa muito menos para uma região rica do que para uma região como o Nordeste, que depende bastante do governo. A política de um estado como o Rio de Janeiro é muito autônoma, o estado é rico, tem meios. São Paulo, nem se fala. A ação do governo federal nessas mais desenvolvidas é complementar, não é essencial. Portanto, a responsabilidade maior é com respeito a essas regiões mais pobres. Em regiões subdesenvolvidas como a Amazônia e o Nordeste, a ação do governo é fundamental, porque esses problemas são estruturais. E, tratando-se de problemas estruturais, só a ação política resolve (FURTADO, 1998, p.52).

Celso Furtado defendia a importância do poder do Estado no desenvolvimento das regiões mais pobres do Brasil. Dessa forma, na última década, mais precisamente, 2000 – 2010, as políticas federais têm priorizado a redução das diferenças regionais no Brasil. Para tanto, o governo tem dado atenção especial às regiões menos desenvolvidas, com políticas focadas nestas áreas com menor dinamismo econômico e indicadores sociais inferiores em relação a outras regiões brasileiras. Na concepção de Celso Furtado, é função do Estado fazer as reformas básicas para vencer as consequências do subdesenvolvimento. O Estado, nessa perspectiva seria o principal promotor do desenvolvimento regional, social e econômico.

As ideias de Celso Furtado a respeito do papel do Estado no sistema capitalista foram diretamente influenciadas pelos ideais Keynesianos. Há também, outras correntes de pensamento que são extremamente importantes quando o assunto é o papel do Estado no modo de produção capitalista: a corrente liberal, a Neoliberal e ainda a Pós-Neoliberal. Não é necessário discutirmos longamente essas correntes, para nosso propósito é suficiente apresentar um breve sumário de seus principais elementos. Discutiremos também a posição de Marx a respeito do Estado, ao propor um novo tipo de organização deste.

De acordo com o pensamento marxista, o Estado está condicionado aos interesses da classe dominante, defendendo um sistema de exploração. “O Estado aparece claramente como instrumento particular de uma classe, que o coloca em oposição aos interesses da sociedade”. (SADER, 1998, p. 95).

Esse caráter classista do Estado é uma característica peculiar ao sistema capitalista, isso porque, ao enfrentar as classes sociais típicas do capitalismo, a burguesia e o proletariado, tornou-se de forma irrevogável um Estado parcial.

O Estado capitalista desempenha, segundo os marxistas, uma função econômica fundamental ao assegurar as condições exteriores gerais da produção e reprodução social. Assim, seu papel de fiador no sistema capitalista não se limita a salvaguardar a paz social e as relações de propriedade existentes, mas também a preservar as condições materiais que tornam possível a reprodução ampliada do capital. (VILLARREAL, 1980).

Dessa forma, o Estado passa de instrumento na luta contra os privilégios feudais a instrumento a serviço do capital contra o trabalho, uma vez que sua essência foi mantida: a forma de organismo de uma unidade fictícia, formal, da sociedade. Porém, como instrumento particular de dominação, ele é incompatível com a classe operária, cujos interesses particulares coincidem com os interesses gerais da sociedade (SADER, 1998).

Segundo Sader (1998, p.111) “quando Marx diz que o Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, porque são classes dominantes, o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhe favorecem, funciona como instrumento seu”. Nesse sentido, o Estado é a expressão política da dominação de uma classe sobre a outra, estando a serviço da classe que domina, não representando, nessa perspectiva, o interesse da sociedade em geral.

A perspectiva liberal do papel do Estado vem de encontro ao pensamento de Marx, gerir de acordo com o interesse de toda a sociedade, conciliando os interesses individuais de todas as classes da sociedade. Porém, com as modificações ocorridas desde a gênese do sistema capitalista, a doutrina liberal também sofreu mudanças.

O liberalismo não é uma doutrina completa nem um dogma imutável. Pelo contrário, é a aplicação dos ensinamentos da ciência à vida social do homem. Assim como a economia, a sociologia e a filosofia não permaneceram imutáveis desde os dias de David Hume, Adam Smith, David Ricardo, Jeremy Bentham e Wilhelm Humboldt, assim também a doutrina do liberalismo é diferente hoje do que foi à sua época, muito embora seus princípios fundamentais tenham permanecido inalteráveis. (VON MISES, 2010, p. 35).

Segundo o pensamento liberal o Estado tem a função de proteger a propriedade privada, a liberdade de cada indivíduo e a garantir a paz na sociedade.

Tal como o liberal a vê, a tarefa do Estado consiste, única e exclusivamente, em garantir a proteção da vida, a saúde, a liberdade e a propriedade privada contra ataques violentos. Tudo que vá além disso é mau. Um governo que, ao invés de cumprir suas tarefas, buscase ir além e, de fato, violasse a segurança pessoal de vida e saúde, liberdade e propriedade, sem dúvida, seria completamente mau. (VON MISES, 2010, p.77)

Esta posição afirma o princípio do pensamento liberal, a não intervenção, ou a intervenção mínima do Estado na Economia e na política. “A razão pela qual o liberalismo se opõe à maior extensão da esfera de ação do governo é, precisamente, porque isso significaria, com efeito, a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Os liberais veem, na propriedade privada, o princípio mais apropriado à organização do homem em sociedade”. (VON MISES, 2010, p.66).

O liberalismo predominou hegemonicamente em grande parte dos países capitalistas até o início do século XX. Os países que adotavam a ideologia dessa corrente

pregavam o *laissez-faire*⁶, ou seja, a não intervenção do Estado na economia ou Estado mínimo. A ideia predominante do pensamento econômico desse período é a Lei proposta pelo economista Jean-Baptiste Say, mais conhecida como Lei de Say. Baseado nas ideias difundidas por economistas clássicos como Adam Smith, a crença em um mercado auto ajustável e regulado pela “mão invisível”, pregava que a oferta criaria sua própria demanda, ou seja, as forças de mercado são definidas pela oferta de produtos e serviços. E a demanda é a lei da oferta e da procura de forma simplificada.

Ao término da Primeira Guerra Mundial, o parque industrial dos Estados Unidos da América era um dos mais expressivos do mundo, abastecendo não só o mercado consumidor americano, mas também muitos países europeus. Contudo, com o fim da guerra, aos poucos os países europeus foram recuperando e modernizando suas indústrias, diminuindo consideravelmente a importação de produtos norte-americanos; nesse tempo, a produção industrial e agrícola dos EUA se acelerava e modernizava.

Nesse contexto, o descompasso entre oferta e procura gerado, em parte, por este episódio e pela ideologia predominante na qual a oferta gerava automaticamente a demanda, desencadeou uma grande crise nos EUA que refletiu em todo o mundo, crise esta conhecida como a crise da superprodução. Tal episódio teve como um de seus grandes marcos o dia 29 de outubro de 1929, dia da queda da Bolsa de Valores de Nova York, que serve até hoje como um balizador econômico para os países capitalistas.

existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos *naturais*: a crise de 1929/33. Esse período também é conhecido como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (Sandroni, 1992: 151) e se instaura, em paralelo à Revolução Socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo. (BEHRING, 2006, p. 8).

Nos EUA, as empresas industriais e agrícolas tiveram que reduzir o quadro de funcionários vertiginosamente, atingindo, dessa forma, um elevado número de desempregados neste período. As consequências dessa crise não refletiram apenas neste país, mas em grande parte dos países capitalistas. Em resposta à crise instaurada, os Estados Unidos adotaram políticas governamentais para ajustar a falta de regulação do mercado, um conjunto de

⁶*Laissez-faire* é uma expressão francesa que significa “deixa fazer”.

medidas inspiradas nas ideias de John Keynes. Dessa forma, os EUA tiveram de ir contra o princípio básico do liberalismo e adotar medidas keynesianas.

Para completar esse quadro de abandono da ideia liberal, começam a fazer sucesso, no mundo ocidental, as ideias de Keynes que defendia com uma aura de saber científico a intervenção do Estado na economia, a fim de corrigir os maus resultados e as desagradáveis consequências do ciclo econômico, atribuídas, por essas teorias, ao funcionamento da economia de mercado. (STEWART JR., 1995, p. 24).

Keynes acreditava na insuficiência da Lei de Say (Lei dos Mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impedindo assim, uma crise de superprodução como a ocorrida nos EUA. Com base nessas ideias, Keynes colocava em cheque a teoria de que a economia capitalista se autorregulava. (BEHRING, 2006).

A Crise de 1929 é considerada um marco para o pensamento econômico ao passo que contesta as ideias difundidas pelos clássicos. A partir da Grande Depressão, o desemprego e os desajustes de mercado denunciavam as contradições que a lógica econômica vigente disseminava. Foi a partir desse contexto que John Maynard Keynes escreveu sua mais célebre obra: Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, as ideias keynesianas invertiam a lógica de mercado centrada na oferta e dizia que a demanda efetiva era capaz de superar a crise. Sucintamente, Keynes acreditava na necessidade de um Estado intervencionista que combatia os ciclos econômicos via política fiscal e monetária, a fim de combater os efeitos adversos de períodos de recessão econômica, quais são: desemprego, baixa dos salários reais, dentre outros. Dessa forma, o modelo keynesiano assumiu a centralidade na economia dos países capitalistas, difundindo a importância da intervenção do Estado na economia.

O sucesso do socialismo e do intervencionismo ofuscou inteiramente o liberalismo. No período entre as duas guerras (1ª e 2ª Guerra Mundial), as ideias liberais estavam inteiramente esquecidas. Quase nada era publicado sobre o assunto e do pouco que se escrevia o mundo não tomava conhecimento. As ideias socialistas-intervencionistas, por outro lado, floresciam. Livros eram editados; todos os artistas e intelectuais manifestavam-se em favor do socialismo e do intervencionismo (STEWART JR, 1995, p.25).

No modelo Keynesiano, o Estado tem legitimidade para intervir no mercado através de medidas econômicas e sociais com o objetivo de gerar demanda efetiva, quer dizer, viabilizar formas de pagamento e oferecer garantias ao investimento. De acordo com as ideias de Keynes, é papel do Estado reestabelecer o equilíbrio econômico, através de uma política

fiscal, de créditos e de gastos, agindo nos períodos de depressão da economia, com o intuito de reerguê-la. (BEHRING, 2006)

As ideias de Keynes predominaram até meados da década de 1970, quando a inflação começou a subir demasiadamente e a eficiência deste modelo foi posta em cheque.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno (ANDERSON, 2003, p.10).

Durante os anos de prosperidade criados pela adoção de políticas keynesianas, as ideias neoliberais ficaram à margem. O neoliberalismo ganhou força a partir da crise do petróleo, o estado interventor keynesiano é questionado durante essa crise. Segundo os neoliberais era preciso desarticular e desativar gradualmente o Estado, diminuindo os impostos e privatizando as empresas estatais.

O prefixo “neo” tem um significado muito preciso, em que os defensores do neoliberalismo admitem a necessidade de alguma intervenção estatal a fim de sanar imperfeições de mercado que, segundo eles, afetam principalmente economias subdesenvolvidas (BIELSCHOWSKY, 2000).

Segundo Emir Sader os governos de Lula e Dilma podem ser considerados como pós-neoliberais devido à ruptura com o modelo neoliberal de Collor, Itamar Franco e FHC e pelas características que têm em comum com outros governos da América Latina. As características que esses governos têm em comum são as seguintes: priorizam as políticas sociais e não o ajuste fiscal; priorizam os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os tratados de livre-comércio com os Estados Unidos e priorizam o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda, em vez do Estado mínimo e da centralidade do mercado (SADER, 2013).

Dessa forma, a posição ideológica e prática adotada no governo Lula (2003-2010) e no governo Dilma (2011-atual), que vai à contramão da forma hegemônica adotada na maioria dos países, admite a intervenção do Estado na economia, e essa intervenção é mais necessária e sentida nas regiões menos dinâmicas do país. Algumas políticas adotadas nestes governos favorecem não somente a redução das desigualdades regionais, mas também a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, ao passo que o Estado induz a distribuição de renda e o crescimento econômico.

As discussões feitas até este momento possibilitaram compreender como a questão regional tem sido tratada no mundo, e como o Brasil tem lidado nos últimos anos com a questão do desenvolvimento regional. O debate sempre chega à discussão de como amenizar as desigualdades regionais em termos mundiais, e também em termos nacionais.

Minas Gerais é um estado que reflete muito bem as diferenças regionais. A divisão em termos de desenvolvimento neste estado é muito clara, onde temos regiões claramente menos desenvolvidas, como é o caso do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha/Mucuri e regiões notadamente mais desenvolvidas em relação às demais, como o Triângulo Mineiro e a região Central do Estado.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM MINAS GERAIS: MACRORREGIÕES NORTE, JEQUITINHONHA/MUCURI, CENTRAL E TRIÂNGULO

O processo de desenvolvimento de Minas Gerais foi marcadamente heterogêneo. Coexistiram no estado, segundo Dulci (1999) três modalidades principais de desenvolvimento. A primeira se deu de forma praticamente espontânea, através do potencial econômico já estabelecido nas regiões, como é o caso da região da Zona da Mata, ao entorno de Juiz de Fora. Na segunda, o desenvolvimento seria induzido através de recursos políticos mobilizados pela região. Porém, o autor ressalta que a característica marcante do desenvolvimento mineiro não está nestes dois modelos isolados, e sim, num terceiro, que seria um modelo híbrido, cujas potencialidades do mercado interno seriam maximizadas com recursos políticos. Nesta perspectiva, o eixo de discussão neste capítulo é o desenvolvimento histórico engendrado nas macrorregiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo.

Mesmo partindo de patamares diferentes, as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri se conservam ainda hoje na posição de menos⁷ desenvolvidas ao passo que as macrorregiões Central e Triângulo se mantêm como as mais desenvolvidas.

Existe uma correlação entre a forma hegemônica de desenvolvimento verificada outrora por essas macrorregiões com a situação socioeconômica verificada hoje em cada uma delas. Nesse contexto, fizemos uma retomada histórica das estratégias de desenvolvimento adotada por essas quatro macrorregiões.

As condições socioeconômicas vigentes em cada uma das macrorregiões do estado não são reflexo, exclusivamente, do processo de desenvolvimento ocorrido em cada uma delas, pois diversos fatores podem influenciar no desenvolvimento das mesmas. No entanto, a realidade de cada uma hoje se deve, em certa medida, à influência dos modelos de desenvolvimento adotados.

Portanto, será feito neste capítulo uma exposição, separadamente, das estratégias de desenvolvimento experimentadas por cada uma das quatro macrorregiões selecionadas para efeito de análise, ou seja, Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo. Nessa

⁷ Ao colocar regiões “mais” ou “menos” desenvolvidas, referimo-nos a regiões que tiveram um desenvolvimento superior ou inferior a outras regiões de Minas Gerais.

perspectiva, procuraremos demonstrar aqui alguns aspectos importantes desse desenvolvimento desigual destas macrorregiões de Minas Gerais.

Para melhor entender a estrutura do estado, segue um quadro com os municípios pertencentes a cada uma dessas quatro macrorregiões e um mapa de Minas Gerais com a divisão do estado em macrorregiões de planejamento.

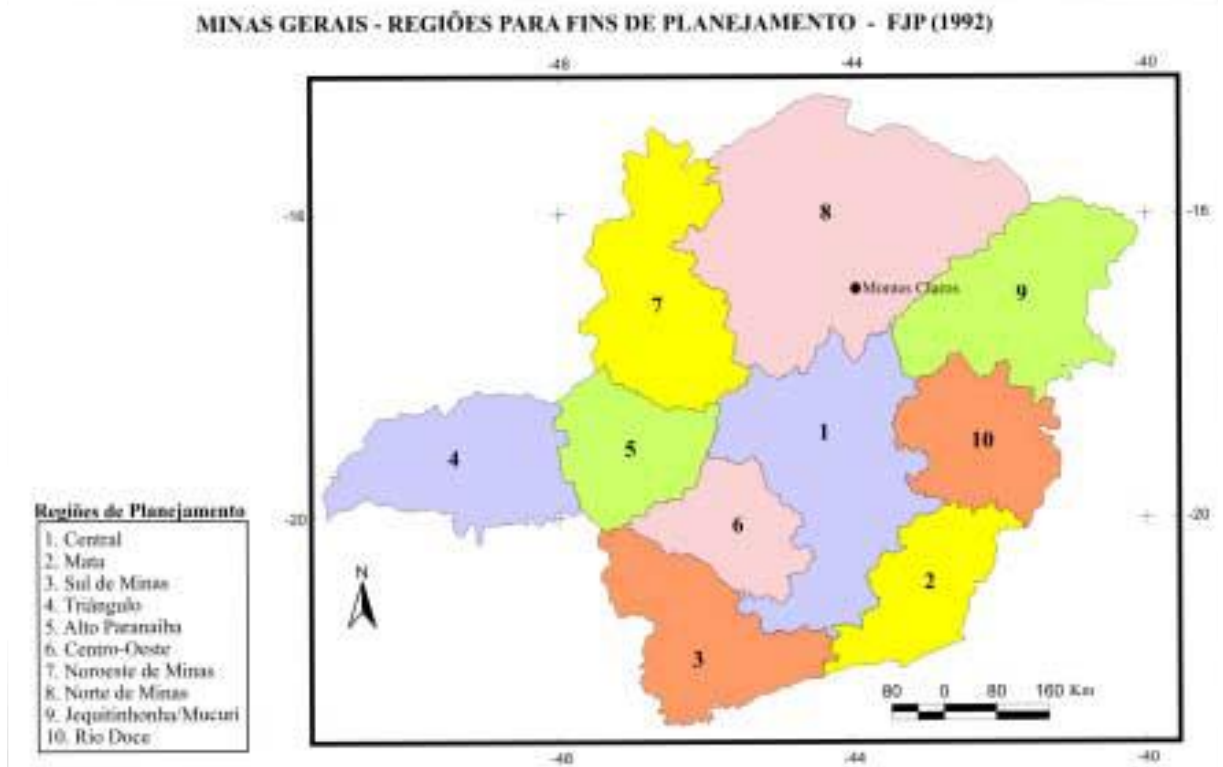
Norte	Jequitinhonha/Mucuri	Central	Triângulo
<p>Águas Vermelhas, Berizal Bocaiúva, Bonito de Minas, Botumirim, Brasília de Minas, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icarai de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Jafba, Janaúba Januária, Japonvar, Jequitai, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora Ponto Chique,, Porteirinha, Riachinho, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do</p>	<p>Águas Formosas, Almenara, Cachoeira de Pajeú, Angelândia, Araçuaí, Aricanduva, Ataléia, Bandeira, Berilo, Bertópolis, Capelinha, Carai, Carbonita, Carlos Chagas, Catuji, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Crisólita, Divisópolis, Felisburgo, Francisco Badaró, Franciscópolis, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jenipapo de Minas, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Ladainha, Leme do Prado, Machacalis, Malacacheta, Mata Verde, Medina, Minas Novas, Monte Formoso, Nanuque, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas,</p>	<p>Abaeté, Alfredo Vasconcelos, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Antônio Carlos, Araçai, Augusto de Lima, Baldim, Barão de Cocais, Barbacena, Barroso, Bela Vista de Minas, Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Biquinhas, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Buenópolis, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Caeté, Capela Nova, Capim Branco, Caranaíba, Carandaí, Casa Grande, Conceição da Barra de Minas, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Cedro do Abaeté, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cordisburgo, Corinto, Coronel Xavier Chaves, Couto de Magalhães de Minas, Cristiano Ottoni, Crucilândia, Curvelo, Datas, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Dom Joaquim Dores de Campos, Entre Rios de Minas, Esmeraldas, Felício dos Santos, São Gonçalo do Rio Preto, Felixlândia, Ferros Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Gouveia, Ibertioga, Ibitité, Igarapé, Inhaúma, Inimutaba, Itabira, Itabirito, Itaguara, Itambé do Mato Dentro, Itatiaiuçu, Itaverava, Jaboticatubas, Jeceaba, Jequitibá, João Monlevade, Joaquim Felício, Nova União, Juatuba, Lagoa Dourada, Lagoa Santa, Madre de Deus de Minas, Maravilhas, Mariana, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Moeda, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do</p>	<p>Água Comprida, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Pirajuba, Planura, Prata, Santa Vitória, São Franc. de Sales, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas, Veríssimo</p>

<p>Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Ubaí, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia,</p>	<p>Padre Paraíso, Palmópolis, Pavão, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Poté, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa Santa, Helena de Minas, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto, Setubinha, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Turmalina, Umburatiba, Veredinha, Virgem da Lapa.</p>	<p>Pilar, Nazareno, Nova Era, Nova Lima, Onça de Pitangui, Ouro Branco, Ouro Preto, Paineiras, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Passabém, Pedro Leopoldo, Pequi, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pitangui, Pompéu, Prados, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Moraes, Queluzito, Raposos, Resende Costa, Ressaquinha, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Ritópolis, Sabará, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Luzia, Santa Maria de Itabira, Santana de Pirapama, Santana do Garambéu, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, São Brás do Suaçuí, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João del Rei, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São José da Varginha, São José do Goiabal, São Sebastião do Rio Preto, São Tiago Sarzedo, Senador Modestino Gonçalves, Senhora dos Remédios, Serra Azul de Minas, Serro, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Tiradentes Três Marias, Vespasiano</p>	
--	--	--	--

Fonte: Fundação João Pinheiro

QUADRO 1

Municípios das macrorregiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, Central e Triângulo

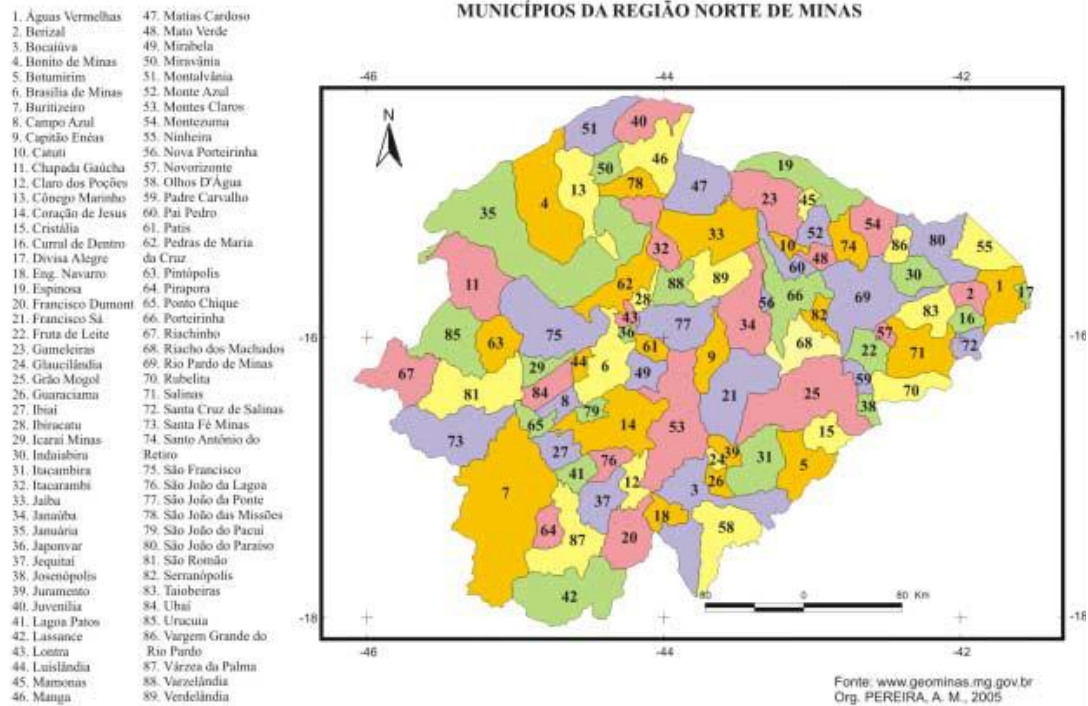


Fonte: FERREIRA, Anete Marília Pereira.

MAPA 1

Macrorregiões de Minas Gerais

3.1. Norte de Minas



Fonte: FERREIRA, Anete Marília Pereira.

MAPA 2
Macrorregião Norte

O Norte de Minas Gerais engloba 89 municípios e possuía no ano de 2010, 1.610.413 habitantes⁸. Está localizado na região sudeste do Brasil, mas para efeito de planejamento de políticas públicas está inserido na região do semi-árido, também conhecida como área mineira do Nordeste brasileiro. Isto devido às similares características de clima, vegetação e mesmo socioeconômicas, dessas duas regiões.

O processo de ocupação por não índios e o desenvolvimento do Norte de Minas ocorreu impulsionado por dois fatores a vasta quantidade de terras livres e a criação de gado. Ali se conflitaram, como na maior parte do Brasil, as três etnias principais da formação: os indígenas, os africanos e os europeus, mas com grande preponderância para as duas primeiras.

Ainda no século XVII foram formados os primeiros povoados na região, Matias Cardoso, São Romão e Barra do Guaiçuí. A primeira atividade econômica regional

⁸ Informações disponíveis no site: www.fjp.gov.br.

significativa foi a pecuária, ela foi responsável pela constituição dos primeiros povoados e pelo intercâmbio comercial com outras regiões. Além disso, foi fundamental para abastecer tanto as plantações de cana do nordeste quanto as atividades mineradoras do estado.

A economia canavieira e posteriormente a mineração perderam força de mercado. A região teve também pontos de exploração mineradora, mas pouco significativas em comparação com as macrorregiões Central e Jequitinhonha/Mucuri. Por falta de demanda para o seu principal produto, o gado, a economia regional entrou em decadência. Não existiam meios de transporte viáveis para embarcar o gado em direção aos grandes centros consumidores de então. Sendo assim, o Norte de Minas ficou relativamente isolado durante o século XVIII e XIX. Somente na primeira metade do século XX, com a construção da ferrovia que ligou a região ao restante do Brasil, foi rompido este isolamento.

Contudo, o marco fundamental para o desenvolvimento regional foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na década de 1950, a qual englobou também o Norte de Minas. Contribuiu decisivamente para a modernização da atividade pecuária e da agricultura, através de grandes projetos de irrigação e também para a industrialização de alguns municípios.

Contudo, anteriormente à construção da ferrovia e à atuação da SUDENE, outras atividades se desenvolviam paralelamente à pecuária ao longo dos anos na região mineira do Nordeste, em forma de ciclos econômicos. Exemplo ilustrativo é a plantação de algodão que dinamizou a economia por décadas e contribuiu para o crescimento de algumas localidades.

As bandeiras paulistas e baianas nos séculos XVI e XVII começaram a desbravar a região em busca de riquezas e de posses das terras. Já no século XVIII, originou-se um período de isolamento da região Norte-Mineira, com a dominação da mineração em detrimento do ciclo da cana-de-açúcar. A atividade mineradora foi importante para o Norte de Minas como região de fornecimento de produtos agropecuários para as minas, mas com os contrabandos de ouro e a sonegação de impostos, houve um período de restrição ao comércio da região. Com a cultura algodoeira, no século XVIII, a região foi responsável por uma parcela importante da produção para exportação. (...) Mas, foi o advento da ferrovia, no início do século XX, que permitiu uma grande difusão econômica, principalmente para as cidades localizadas às margens do Rio São Francisco. A ferrovia proporcionou a interação com o restante do país, auxiliando também no povoamento de áreas ainda não ocupadas. (...) A ferrovia beneficiava também a pecuária da região e auxiliava o escoamento da produção (PAULA, *et al.*, 2006:4).

Apesar de todas estas atividades desenvolvidas no Norte de Minas Gerais, foi a criação da SUDENE, o grande marco na tentativa de impulsionar o desenvolvimento

econômico. Nesse contexto, a SUDENE criou uma abrangência específica para a sua atuação, em que o Norte de Minas estava incluído.

Para o IBGE, em 1959, o Nordeste não incluía os Estados da Bahia, de Sergipe e de Minas Gerais, pois esses estavam inseridos na Região Leste. No entanto, ao definir sua área de atuação, a SUDENE cria um conceito próprio de Nordeste, reafirmando a concepção de uma região de planejamento: O Nordeste seria composto de nove Estados e mais a Região Mineira do Polígono das Secas. Estavam então, a partir daí, praticamente definidas as fronteiras do Nordeste Legal (legal para efeito das políticas públicas). (OLIVEIRA, 2000, p.1).

A década de 1960 se configurou como uma época de transição, ou seja, período de preparação dos municípios para se adequarem e enfim receberem os incentivos da superintendência. Os grandes projetos se instalaram de fato na região somente a partir da década de 1970. Nesse contexto, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, outra agência de desenvolvimento criada para auxiliar no desenvolvimento regional, também atuou com a implantação de grandes projetos de irrigação. A SUDENE e a CODEVASF viabilizaram políticas de incentivos fiscais e financeiros para a promoção da atividade econômica, principalmente nos setores agroindustrial de reflorestamento e irrigação (PAULA, *et al*, 2006).

Tais políticas propiciaram a modernização tecnológica na agricultura, na indústria e também aumentaram a oferta de serviços públicos. Contudo, em contrapartida, aumentaram a concentração de terras e os consequentes conflitos sociais. Pequenos produtores, indígenas e quilombolas foram expulsos de suas terras, com complacência do Estado, para favorecer o desenvolvimento da pecuária bovina de corte juntamente com as atividades reflorestadoras. (PAULA, *et al*, 2006).

No Norte de Minas Gerais, a modernização no campo teve o seu início, segundo Feitosa e Barbosa (2005), quando foi inserida na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O governo federal liberou linhas de crédito para incrementar a agricultura irrigada, a monocultura de eucalipto e de algodão e pecuária extensiva. No entanto, esse modelo de modernização, inspirado na chamada “Revolução Verde”, agravou o endividamento e o empobrecimento dos pequenos agricultores, além da degradação dos recursos naturais e da manutenção da concentração fundiária. Por outro lado, na década de 70, o financiamento da SUDENE, no Norte de Minas Gerais, beneficiou diretamente grandes empresários, industriais paulistas e estrangeiros, agricultores gaúchos e japoneses e empresas rurais. Houve, portanto, a exclusão da população rural pobre, nesse processo de desenvolvimento (MONÇÃO E MARTINS, 2008:6).

A proposta de modernização do estado através da expansão da fronteira agrícola em direção ao Norte de Minas agravou o quadro de desigualdades sociais na região. A efetivação desta proposta “diminuiu oferta de trabalho rural, aumentando os empregos temporários. A região passou a ser palco de conflitos constantes por posses de terras. As terras eram disputadas pelos trabalhadores e também pelos grileiros, muitas vezes com o apoio do Estado”. A intervenção do Estado através da SUDENE, embora com o objetivo de superar o desequilíbrio socioeconômico, beneficiou os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais. A estrutura fundiária instalada agravou a situação de opressão e “escravidão” dos trabalhadores rurais (PAULA, *et al*, 2006).

Nos períodos correspondentes às décadas de 1950 e 1970, a pecuária era a atividade econômica predominante no Norte de Minas. A partir da década de 1970, outras atividades foram intensificadas, como a exploração das matas para a produção de carvão e a plantação de eucalipto. Estas também desarticuladoras das pequenas unidades produtivas.

Entre as décadas de 1970 e 1990 houve um decréscimo considerável na população rural da região; a população urbana iniciou um ciclo de crescimento a partir da década de 1970 com o incremento da industrialização e a modernização agrícola. A população urbana do Norte de Minas na década de 1970 teve uma taxa de crescimento surpreendente, 5,51%. A taxa de crescimento da população rural na década de 1960 foi de 0,97%; no período de 1970 a 1980 foi de -1,04%, e na década de 1980 a taxa de crescimento foi de -0,32%⁹.

O êxodo rural e a desarticulação do modo de vida das populações rurais nas décadas de 1970 e 1980 foram intensos no Norte de Minas Gerais, porém, Costa (2008, p.34) aponta que,

As políticas públicas desenvolvidas pelas agências de estado foram eficazes em desarticular um modo de organização socioeconômica e desagregar, mas não apagar, as diversas culturas constituintes da realidade regional, mas não tiveram a eficácia para conter as diversidades de racionalidades e de modos de vida que fluem pelas margens como liminaridades da identidade regional, como só ser as populações tradicionais existentes, ou seja, os veredeiros (..), os vazanteiros (..), os catingueiros (...), os quilombolas (..), e os indígenas.

Os efeitos contraproducentes dos projetos realizados no Norte de Minas para promover o desenvolvimento são percebidos ainda hoje na realidade socioeconômica desta macrorregião. Nessa perspectiva, Monção e Martins (2008:12) salientam como o Estado deve agir quando se trata de estratégias para promover o desenvolvimento social do Norte de Minas Gerais.

⁹ Fonte: CARDOSO, José Maria Alves. A Região do Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais.

Para tanto, o Estado deve impulsionar o desenvolvimento, buscando o bem-estar social de toda a sua população, representando as mais diversas classes sociais. O desenvolvimento deve consistir no aproveitamento das potencialidades e dos recursos naturais existentes, na justa distribuição de renda, em uma reforma agrária que abasteça o mercado consumidor.

A presença do Estado no desenvolvimento capitalista é fundamental. Quando se tratam de macrorregiões menos dinâmicas economicamente, como é o caso do Norte de Minas, a presença do Estado é imprescindível para alavancar o desenvolvimento. Nesta perspectiva, a inércia do Estado é muito mais sentida nestas macrorregiões que em macrorregiões que são dinâmicas, como o Triângulo Mineiro e a macrorregião Central. Porém, é preciso conciliar o desenvolvimento econômico com bem-estar social, caso contrário, o crescimento econômico de uma região não se justifica.

Em contrapartida, a ocupação do Médio e do Baixo Jequitinhonha se deram de forma distinta. A criação de gado e as lavouras garantiram ao médio Jequitinhonha sua ocupação no século XIX, enquanto no Baixo Jequitinhonha a ocupação se deu pela chegada dos militares, também no século XIX, que tinham como objetivo civilizar os índios que ali habitavam, garantir a colonização e impedir o contrabando de diamantes, por deliberação da coroa portuguesa (SOUZA e NOGUEIRA, 2011).

Porém, com a diminuição gradativa da extração de diamantes nesta pequena área mineradora, a agricultura sobressaiu como a principal ocupação dos moradores. Apesar da grande importância da agricultura, com o passar dos anos a pecuária se tornou a principal atividade econômica do Baixo Jequitinhonha. A agricultura nesta área, de acordo com Souza e Nogueira (2011:11),

Desde o início, caracterizou-se como atividade de subsistência, consolidando, ao longo do tempo, uma agricultura de tipo familiar, explorada principalmente nas margens cultiváveis dos rios, ribeirões e córregos. Isso constituiu um processo de lenta ocupação das grotas, já que as chapadas, por serem muito áridas, não se prestavam ao cultivo sem um tratamento especial da terra.

Eram terras sem dono, mas que ao mesmo tempo eram de todos. Esse tipo de exploração coletiva durou até meados de 1930, quando o eucalipto surgiu como promessa de desenvolvimento da região.

O Vale do Jequitinhonha/Mucuri é uma região que nos últimos três séculos teve seu processo de ocupação e desenvolvimento bastante diversificado internamente. Agregou numa só região várias formas de apropriação do espaço natural como alternativa para o desenvolvimento e motivação para a ocupação.

Contudo, foi no século XIX que se intensificaram os debates sobre as estratégias para o desenvolvimento político, econômico e social de Minas Gerais. Nesse contexto, no Vale do Jequitinhonha/Mucuri destacaram-se os projetos oitocentistas para o desenvolvimento da região¹⁰. Estes projetos se dividiam em duas vertentes de pensamento, o projeto liberal e industrialista, tendo como seus principais defensores Antônio e Joaquim Felício dos Santos e o projeto agrarista, com os irmãos Matta Machado e Leopoldo Pereira.

A partir de 1860, os irmãos Felício dos Santos começaram a desenvolver um projeto de grande relevância para o desenvolvimento regional. Joaquim Felício dos Santos se

¹⁰Vale ressaltar que a divisão em regiões de planejamento se deu em 1985, portanto, vários projetos eram designados às regiões hoje denominadas Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

dedicou com mais afinco aos projetos liberais, já Antônio Felício dos Santos tinha como preocupação central os projetos industriais para promoção do desenvolvimento.

Felício dos Santos era redator do periódico “O Jequitinhonha”, no qual se encontravam as ideias do seu projeto de desenvolvimento. Segundo ele, devido à imensidão territorial do Brasil e à diversidade das regiões, era preciso descentralizar a ação política, atendendo as particularidades de cada região para então atingir o progresso de todo o território (SOUZA e NOGUEIRA, 2011).

Além de suas ideias liberais, Joaquim Felício também lançava mão de projetos no plano econômico, nessa perspectiva, destacam-se:

a) a reforma completa dos impostos, que deveriam ser gerais e proporcionais as posses de cada um., b) o investimento na preparação profissional dos trabalhadores, incluindo os mineradores e os agricultores., c) a adoção e o desenvolvimento de tecnologias para aumentar a produtividade e os lucros da economia., d) a melhoria dos meios de transporte e comunicação, pois que as “localidades estavam quase que isoladas uma das outras e do centro geral”., e e) o apoio regional decidido aos setores industriais (têxtil e siderúrgico). (MARTINS, 2011: 77).

Todas essas iniciativas de cunho econômico seriam estratégias para alavancar o desenvolvimento brasileiro e, principalmente, da região do vale do Jequitinhonha/Mucuri através da industrialização.

A ênfase na indústria era mais evidente no pensamento de Antônio Felício dos Santos. Suas ideias para o desenvolvimento foram expostas no “Manifesto da Associação industrial”, publicado em 1881. A preocupação central de Antônio Felício era combater a ideia do Brasil unicamente agrícola, o celeiro do mundo, como argumentavam algumas elites agrárias. Ele apelava aos governantes brasileiros para criarem condições propícias à cultura industrial. Segundo ele, algumas atitudes deveriam ser tomadas, como: “adotar o regime protetor da indústria, moralizar as classes pobres pelo trabalho e pela educação industrial, atrair e assimilar imigração perene de operários e pequenos capitalistas, favorecer o desenvolvimento das cidades” (MARTINS, 2011: 78).

O projeto de desenvolvimento regional proposto pelos irmãos Felício dos Santos era industrialista, eles apostavam na diversificação econômica, pois entendiam serem desastrosas as consequências de se exportar apenas um gênero. Lutavam também pela reconfiguração das práticas políticas e de uma transformação social mais ampla.

Por outro lado, no projeto agrarista dos irmãos Matta Machado e Leopoldo Pereira, as propostas de desenvolvimento tinham como base a produção agrícola. Eles

acreditavam que os Vales do Jequitinhonha e Mucuri só se desenvolveriam na medida em que potencializassem a agropecuária, diversificassem a produção primária, aumentassem a produtividade nas fazendas e nos sítios, tanto pelo esforço do trabalhador imigrante quanto pelo aprimoramento profissional do agricultor nacional (MARTINS, 2011). Isso apenas seria possível intervindo na educação, adaptando o ensino primário às necessidades agropastoris das comunidades rurais e também com uma maior intervenção do Estado.

Assim como os Matta Machado, o clero da Diocese de Diamantina defendia os ideais agraristas. Juntamente com os Intelectuais ligados à igreja, idealizaram o projeto da “cidade católica”. O clero de Diamantina ainda lutava contra as ideias liberais defendidas pelos irmãos Felício dos Santos.

Destes três projetos apresentados, o projeto da “cidade católica” foi o que preponderou sobre os demais, uma vez que este englobava a “voz da terra”. A população optou por viver e agir de acordo com o que a igreja afirmava ser a melhor maneira de encarar os problemas sociais, políticos e econômicos da região.

Na primeira metade do século XX, a maioria da população de Diamantina, de Araçuaí e do Norte de Minas (...) preferiram colocar as interações sociais, a ordem política e as trocas econômicas sob controle das noções tradicionais de amizade, hierarquia, fidelidade, retribuição, serviço, etc. A resultante entre os projetos liberais (radical e moderado) e católico assumiu componentes nitidamente conservadores. As elites de Diamantina e do Norte de Minas abandonaram as proposições mais progressistas características do discurso de Joaquim Felício dos Santos (...). A vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural. (MARTINS, 2011:98).

Foram muitas propostas e também vários caminhos percorridos na promoção do desenvolvimento nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, porém o grande marco de investimento no desenvolvimento nesta região foi a produção de eucalipto na metade do século XX.

A proposta da monocultura do Eucalipto veio como uma alternativa para tirar esta macrorregião da estagnação e da pobreza. Porém, com o passar dos anos, nota-se que houve realmente um crescimento econômico na região, mas este não trouxe equidade social à sua população. Pelo contrário, com a plantação de eucalipto, famílias inteiras foram removidas de seus locais de origem, sem contar os efeitos perversos da diminuição das vazantes dos rios.

Ao percorrer a bacia, a equipe do Estado de Minas se deparou com casas abandonadas em vários pontos da zona rural, denunciando um êxodo que também é consequência do desaparecimento dos rios e córregos. (...) As causas [do desaparecimento de rios e córregos] são variadas: assoreamento, queimadas,

monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, desmatamento para plantio de capim e destruição das matas ciliares (RIBEIRO, 2012).

Outro efeito perverso da chegada da monocultura de eucalipto foi a desarticulação dos modos de vida e cultivo das populações tradicionais. Elas viram seu estilo de vida e aos poucos foram se perdendo em meio ao “progresso” trazido pelo eucalipto.

Antes da introdução do plantio do eucalipto, havia, nessa região, a produção familiar e a divisão das glebas em áreas privadas e de uso comum, com normas próprias para plantio, extrativismo e criação de animais. Essas populações possuem saberes próprios, que são herdados junto com a terra. No entanto, eles estão sendo destruídos pelas empresas de eucalipto, que são apoiadas e mantidas, por meio de ações do governo (MONÇÃO E MARTINS, 2008: 7).

A princípio, os efeitos da plantação de eucalipto foram positivos, as famílias puderam permanecer em suas casas com emprego garantido, mas logo em seguida as consequências desastrosas apareceram.

Percebe-se, então, que a partir de discursos de “progresso” e de “modernização”, o Vale do Jequitinhonha foi sendo alvo de políticas de desenvolvimento cujo interesse principal era, estritamente, financeiro e de benefício transitório. Certamente, um grande contingente de pessoas foi mobilizado para trabalhar no plantio de eucalipto e na lavoura de café, permanecendo, dessa forma, em sua terra, sem a necessidade de migrar para o trabalho sazonal em lavouras no interior do estado de São Paulo. No entanto, uma série de problemas socioambientais foram desencadeados e agravados a partir da implantação desses “programas de desenvolvimento”. É interessante perceber como esses fatores de “modernização do Vale” (reflorestamento, cafeicultura e fazendas de gado) foram contribuindo para o processo migratório da região e vêm, de certa forma, questionar as causas da pobreza do Vale do Jequitinhonha (GUERRERO, 2009).

Mesmo diante dos problemas ocasionados pela monocultura do eucalipto, no ano de 2012 foram investidos R\$ 180 milhões de reais na plantação de mais 30 mil hectares de eucalipto com o *slogan* do desenvolvimento para a região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri¹¹.

Para Souza e Nogueira (2011, p. 183), “as consequências insustentáveis desse modo de apropriação do espaço se refletem no êxodo rural, na favelização e na transformação acelerada das condições naturais nas áreas objeto desse modelo de desenvolvimento”.

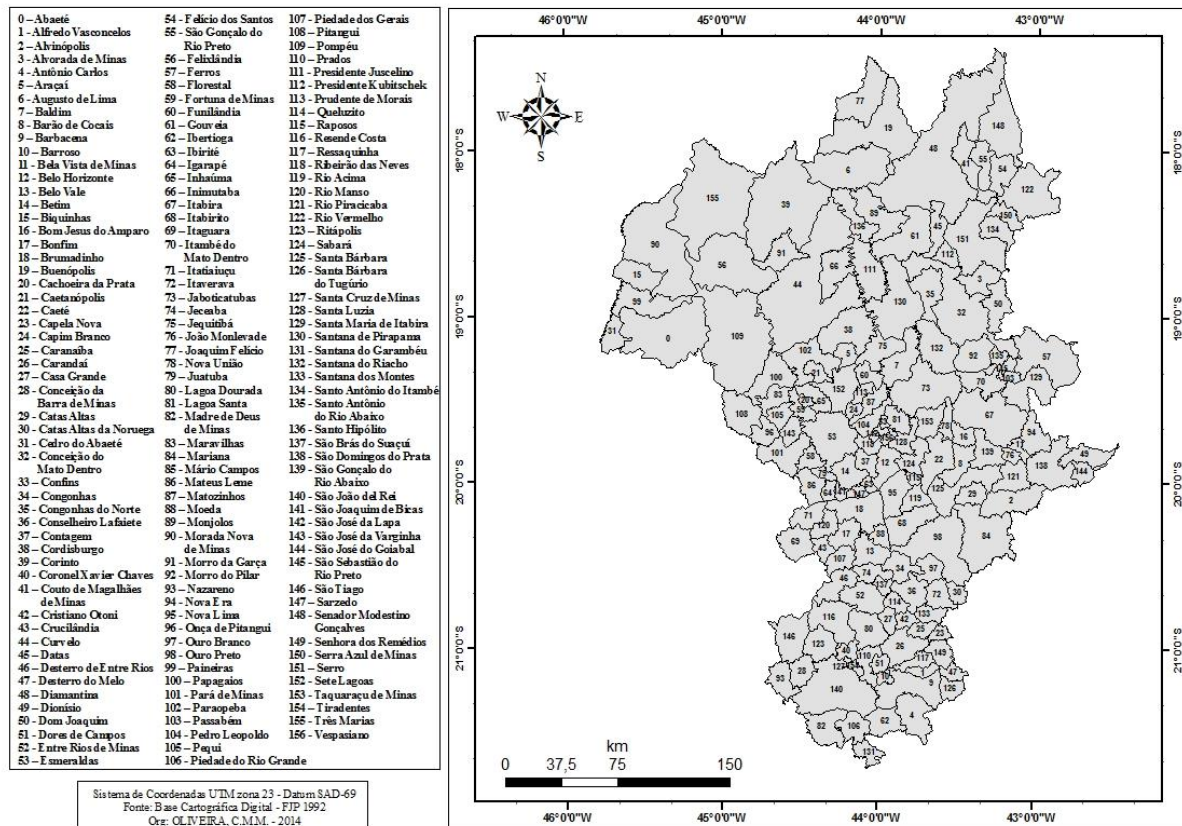
¹¹ Informações no site: <http://aranas.com.br/news/2012/02/mais-de-30-mil-hectares-de-eucalipto-serao-plantados-em-2012/>

Segundo Laschefski e Zhouri (2011), o desenvolvimento deve ser olhado de outras formas, sob outros olhares. De acordo com estes autores, as iniciativas tomadas para promoção do desenvolvimento não estão atendendo às camadas mais pobres dessa região. Seria fundamental, segundo eles, que as estratégias formuladas levassem em conta a realidade da população.

A sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, mas com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2011:186).

A população local ao não aceitar os projetos vigentes não está almejando a inércia, mas sim busca uma nova forma de solução para seus problemas. As estratégias postas em prática na macrorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, especialmente a monocultura do eucalipto, foram relativamente eficazes em dinamizar a economia da região, porém, grande parte da população ainda vive em condições socioeconômicas precárias. O desenvolvimento econômico de fato se realizou, ainda que de forma modesta, porém, as desigualdades sociais não foram minimizadas de forma significativa.

3.3. Macrorregião Central



Fonte: IBGE, 2006. Org.: Laboratório de Geoprocessamento/UNIMONTES, 2014.

MAPA 4
Macrorregião Central

A macrorregião Central possui 158 municípios; destes, 34 pertencem à Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Possui uma população de 6.971.049 habitantes, e deste total, grande parte se concentra na RMBH, ou seja, 4.883.970¹² habitantes. Dessa forma, a RMBH é determinante no processo de desenvolvimento da macrorregião Central de Minas.

Belo Horizonte, a capital do Estado, é o motor do desenvolvimento da macrorregião desde sua implantação, no final do século XIX. A ideia da mudança da capital de Ouro Preto para o local atual surgiu amparada em vários motivos econômicos e políticos.

O estado de Minas Gerais almejava em meados do século XIX, apesar de não ser o motivo central da mudança, um grande avanço na industrialização, porém, a capital, Ouro Preto, não comportava os desdobramentos que um pesado investimento em industrialização

¹² Informações disponíveis no site: www.fjp.gov.br.

poderia acarretar, tais como, o grande aumento da população e o colapso da infraestrutura então existente. Nas palavras de Otávio Dulci (1999, p.41):

O projeto estava associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro”. E, além disto, esperava-se que a iniciativa da mudança contribuísse firmemente para colocar Minas Gerais na trilha do progresso. Perder a oportunidade – manter as coisas como estavam – era afastar-se dessa trilha, como acentuou nos debates o senador Afonso Pena, argumentando com o tema da reativação econômica regional para vencer resistências de última hora. Para ele, a mudança da capital para lugar apropriado permitiria ao governo impulsionar empreendimentos “que hão de repercutir por todas as zonas do estado”. A providência era necessária e, mais que isto, era urgente.

As metas dos desenvolvimentistas, mesmo no auge dos debates sobre a mudança da capital, não dimensionava a enorme proporção a ser alcançada pelo processo de industrialização em Belo Horizonte. Além do aspecto econômico, os defensores da mudança acreditavam que a política de Minas Gerais se fortaleceria se a capital do estado passasse a ser centralizada geograficamente, as decisões e os trâmites políticos iriam se beneficiar com a mudança. Os idealizadores da mudança queriam um ar moderno para Minas, e conseqüentemente para a capital do estado, e Ouro Preto, então capital, lembrava nosso passado colonial.

Dessa forma, a centralidade geográfica da nova capital iria, além de modernizar o estado, integrar as diversas regiões de Minas Gerais.

A tese da centralidade geográfica figurava como uma estratégia para assegurar a integridade territorial. Predominava uma percepção de que Minas Gerais constituía uma verdadeira colcha de retalhos, ideia que será reforçada posteriormente pela historiografia, resultado de seu desenvolvimento desigual, sem qualquer conexão econômica entre as suas diferentes regiões (JULIÃO, 2011, p.122).

Amparada nesses diferentes e complementares argumentos, em 1897, foi inaugurada Belo Horizonte como a capital do estado de Minas Gerais, porém, com o nome de “Cidade de Minas Gerais”, que mais tarde, por clamor popular, viria a se chamar Belo Horizonte.

A macrorregião Central de Minas Gerais teve três principais atividades produtivas industriais até a primeira metade do século XX: mineração, a siderurgia e a indústria têxtil. A mineração aurífera subterrânea, nos séculos XVIII e XIX, foi alvo de vários investimentos, principalmente da Inglaterra, transformando o perfil da mineração na região, igualando-o, dessa forma, aos observados na Europa. A siderurgia se originou da produção doméstica do

século XVIII; no século XIX, mesclou contribuições africanas com inovações europeias até chegar à produção de ponta no século XX.

Entretanto, o desenvolvimento e a ocupação da região Central de Minas Gerais se devem, principalmente, pela instalação de complexos industriais na década de 1940. A partir deste momento, a macrorregião Central de Minas foi alvo de grandes incentivos, por parte do governo, para atrair indústrias. O objetivo de tais incentivos era dinamizar a economia de Minas, gerando mais emprego e renda.

O grande episódio da década de 40 foi à elaboração em 1947 do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (Governo do Estado de Minas Gerais, 1947), cuja principal indicação era de que a saída para o atraso econômico do estado estava na industrialização. Tal plano também é importante porque representa a precocidade de Minas Gerais no planejamento econômico (GARCIA e ANDRADE, 2006, p.5).

Mesmo com os incentivos por parte do governo, somente a partir de 1950 a região começou a colher de fato os frutos positivos da industrialização. Isso porque até a década de 1940 havia diversos empecilhos para o desenvolvimento industrial regional, dentre eles a precária eletrificação e a falta de transportes adequados.

A criação da cidade industrial de Contagem em 1941 representou uma grande iniciativa por parte do governo mineiro. O objetivo era o de atrair indústrias para a área central de Minas Gerais. Entretanto, tal esforço mostrou-se pouco efetivo, dado que ainda permaneciam os principais obstáculos ao desenvolvimento do estado, que eram a falta de energia e de uma rede de transportes adequada, problemas esses que seriam efetivamente enfrentados a partir da década de 50 (GARCIA e ANDRADE, 2006:159).

Nessa perspectiva, o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, apesar de deficiente em alguns aspectos, foi fundamental para viabilizar a instalação de indústrias na região, uma vez que tomou iniciativas facilitadoras para o funcionamento efetivo das mesmas.

Embora o plano tenha tido um diagnóstico incompleto e uma base de financiamento insuficiente (criação da Taxa de Recuperação Econômica, que incidiria sobre todas as atividades econômicas do estado), as suas principais realizações foram a criação do Plano de Eletrificação (1951), cujo objetivo era mapear o potencial de geração de energia hidráulica do estado, a criação da cidade industrial de Santa Luzia e também a implementação de um sistema de frigoríficos, com o objetivo de se agregar maior valor à pecuária nacional e, assim, reduzir a exportação do “boi em pé” para os outros estados (GARCIA e ANDRADE, 2006:159).

Portanto, a partir da década de 1950 a instalação de indústrias engrenou de fato gerando um grande fluxo populacional até a década de 1970. Em 1950, a população da

capital, Belo Horizonte era de 352.724 habitantes¹³, e no ano de 1980 já tinha quintuplicado, chegava a 1.822.221 de habitantes. Neste período houve ali também uma vultosa geração de emprego e renda.

Nos anos 70, o fenômeno conhecido como a nova industrialização, que apresentou altas taxas de crescimento econômico, teve concentração significativa na região de Belo Horizonte, repercutindo também altas taxas de crescimento demográfico¹⁴.

Neste período, como podemos notar na Tabela 1, o número de indústrias na capital aumentou significativamente, passando de 1.886, no ano de 1970, para 3.831 em 1980. O número de pessoas ocupadas na indústria também aumentou significativamente neste mesmo período, mais que dobrou, saltando de 32.269 para 75.743 pessoas.

TABELA 1

Número total de estabelecimentos ou unidades locais e pessoal ocupado em Belo Horizonte – Indústria

Ano	Número de indústrias	Pessoal Ocupado na Indústria
1907	42	233
1970	1.886	32.269
1975	2.094	49.484
1980	3.831	75.743
1985	3.557	75.495
1995	8.081	84.606

www.ipeadata.gov.br

A tabela 1 nos chama atenção para parte da década de 1980. O período de 1980 a 1985 não foi promissor na capital mineira. Neste momento, o número de indústrias diminuiu, ainda que modestamente, de 3.831 para 3.557, assim como o número de pessoal ocupado na indústria, que em 1980 era 75.743 e em 1985 diminuiu para 75.495.

Nessa perspectiva, Belo Horizonte não ficou de fora da retração da produção industrial verificada em toda a América Latina na década de 1980, a década perdida, que veio logo após o milagre econômico vivido na década de 1970 no Brasil. Na década de 1980 quase

¹³GIANNETTI, 1951, p. 19 *apud* PAULA, MONTE-MOR.

¹⁴Informações contidas no site: www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br.

a totalidade das regiões brasileiras sofreu as consequências da estagnação econômica, com a capital de Minas não foi diferente, como vimos na tabela acima, retração no número de indústrias e menor volume de pessoas empregadas, indicando um aumento do desemprego nestes cinco anos.

A partir dos anos 80, do século XX, o fluxo populacional vivenciado pela RMBH também diminuiu, houve uma desconcentração da população na capital mineira em detrimento do adensamento populacional de cidades circunvizinhas, em especial nos municípios contíguos à capital. Em comparação com o aumento da população ocorrida nas três décadas de 1950 a 1980, a população de Belo Horizonte a partir dos anos 1980 aumentou muito pouco, em 2010 passou a ser 2.375.151¹⁵.

Em 1995 notamos uma recuperação na economia da cidade, aumentou consideravelmente a quantidade de indústrias em menos de 10 anos, com um número expressivo de 8.081 indústrias e surpreendentemente 84.606 pessoas empregadas no setor. A década de 1990, apesar de não ter tido bons índices sociais, foi próspera no desempenho e recuperação econômica.

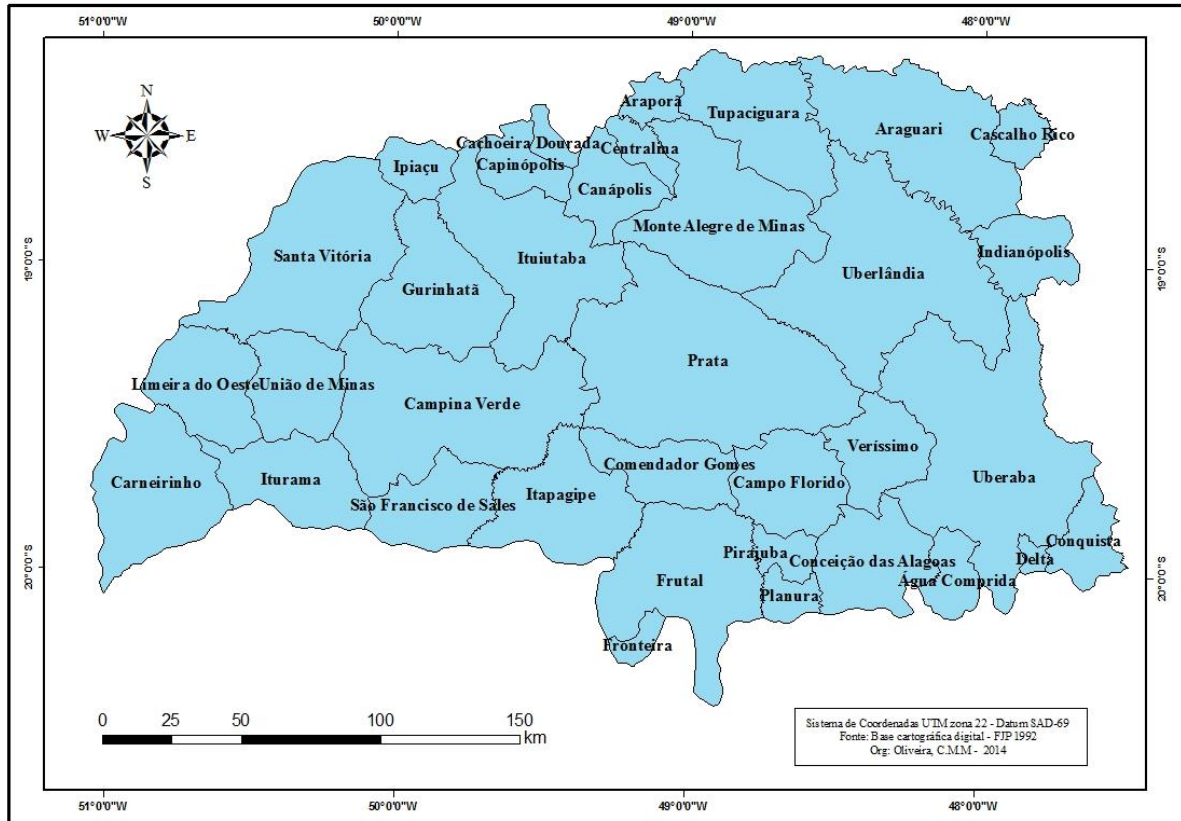
Neste contexto, a RMBH teve papel preponderante no desenvolvimento da macrorregião Central do estado de Minas Gerais, uma vez que foi nesta região onde se concentrou o maior número de indústrias, especialmente na capital, Belo Horizonte. Mesmo as cidades circunvizinhas não industrializadas se beneficiaram, isso porque a proximidade em relação à capital facilitou a utilização das mesmas como cidades dormitório.

A implantação de grandes indústrias na RMBH foi determinante para o seu desenvolvimento. Plantas industriais como a da Mannesman em 1952, em Belo Horizonte e da Fiat em 1976, em Betim, foram indutoras da implantação de centenas de médias e pequenas indústrias. A concentração industrial, juntamente com a ampliação da burocracia estatal, na capital, reforçou um ciclo virtuoso de desenvolvimento regional.

Em suma, a região Central teve um desenvolvimento privilegiado em relação a outras macrorregiões de Minas. A industrialização trouxe garantia de emprego e renda, assim como maior diversidade nos transportes, eletrificação, saúde, educação, dentre outros. Nesse contexto, os incentivos por parte do Estado foram de fundamental importância para aumentar o parque industrial e a qualidade de vida da população. No entanto, a RMBH convive com muitas consequências indesejáveis para a população como em qualquer região metropolitana do país, como a violência urbana, o trânsito caótico e a proliferação de favelas, dentre outros.

¹⁵www.cidades.ibge.gov.br

3.4. Triângulo Mineiro



Fonte: IBGE, 2006. Org.: Laboratório de Geoprocessamento/UNIMONTES, 2014.

MAPA 5
Macrorregião Triângulo

O Triângulo Mineiro possui uma população de 1.489.129 habitantes distribuídos em 35 municípios¹⁶ e é uma das macrorregiões de planejamento com melhores indicadores sociais e econômicos de Minas Gerais. Sua excelente localização geográfica contribuiu significativamente para a acumulação de capital na região e para que o seu desenvolvimento ocorresse de forma mais intensa em relação a outras macrorregiões de Minas.

Esta macrorregião se encontra no centro do país e faz divisa com os estados de São Paulo e Goiás, além de estar localizada próximo à capital do país. Possui grande expressão política, acúmulo de capital significativo e proximidade com duas grandes regiões consumidoras: a grande São Paulo e Brasília.

¹⁶ Informações disponíveis no site: www.fjp.gov.br.

O processo de desenvolvimento regional se originou com os tropeiros e mineradores. A região era ponto de passagem dos bandeirantes em direção à região central do Brasil nos dois primeiros séculos de ocupação portuguesa. Até 1748, a região, então denominada Sertão da Farinha Podre, pertencia a São Paulo. Neste ano passou a pertencer à capitania de Goiás e ganhou o nome de Julgado do Desemboque. Somente no início do século XIX, a região passou a pertencer a Minas Gerais.

Mesmo após ter passado tantos anos desde a vinculação do Triângulo Mineiro ao território de Minas Gerais, discursos separatistas ainda são recorrentes. Esta macrorregião reivindica a desagregação do estado mineiro, para tornar-se uma Unidade da Federação. “O movimento separatista triangulino de 1988 possui algumas similaridades com aqueles que objetivam a criação de “Estados Nacionais”: a afirmação de uma identidade com base no território, na antiguidade histórica do movimento e na vontade popular” (LONGHI, 1998, p.121).

Os triangulinos argumentam que não devem pertencer a estado algum, pois Triângulo Mineiro é fruto de três estados: São Paulo, Goiás e Minas. Por isso, agora no auge da sua maturidade econômica e social, devem se tornar independentes, dizendo sofrer a influência de Minas no espírito inquieto de liberdade (LONGHI, 1998).

O Triângulo Mineiro é a macrorregião economicamente mais dinâmica do estado, junto com a Central. Um exemplo é a cidade de Uberlândia, que possui 100% de tratamento de esgoto. A economia regional é focada na distribuição de mercadorias de forma geral. Hoje possui um grande parque industrial, mas o seu desenvolvimento ocorreu centrado nas atividades comerciais. Inicialmente, o comércio era focado no fornecimento de gado e produtos agrícolas para os viajantes.

A formação econômica da região do Triângulo Mineiro teve origem na atividade comercial nascida para abastecer os tropeiros e mineradores que viajavam entre São Paulo e o Centro-Oeste. A intermediação do comércio entre essas duas regiões foi a atividade econômica mais importante na formação e desenvolvimento socioeconômico do Triângulo (MARTINS, JÚNIOR E OLIVEIRA, 2007, p. 3)

Concomitante a este tipo de atividade, desde a ocupação luso-brasileira no território triangulino, na época, Sertão da Farinha Podre, estabeleceu-se uma rede comercial entre a região e algumas cidades do Oeste de Minas e posteriormente com o Centro-Oeste do Brasil (Lourenço, 2007).

Este primeiro passo viria a definir, de forma significativa, o Triângulo Mineiro como referência no mercado agropecuário. Em 2010, a macrorregião do Triângulo tinha

grande expressividade no Valor Adicionado da agropecuária em Minas Gerais; esta macrorregião obteve, neste ano, o segundo maior valor, R\$ (mil) 4.132.776, perdendo somente para o Sul de Minas, valor este que significava 16% do VA total do estado.

Além desse primeiro passo rumo ao desenvolvimento, alguns episódios foram de fundamental importância no desenvolvimento do Triângulo Mineiro, como a construção da Estrada de Ferro e a construção e mudança da capital do Brasil para Brasília. Estes fatos contribuíram para a dinamização da economia e conseqüentemente para a atração de mais investimentos.

Segundo Lourenço (2007, p. 145) “a expansão ferroviária pelo Triângulo Mineiro não resultou de determinações internas, mas das transformações econômicas e sociais que ocorriam em São Paulo”, o que significa dizer, que a ferrovia foi consequência da modernização que acontecia em São Paulo, pressionando o Triângulo Mineiro a ter um elo com este território e, posteriormente com outras partes do Brasil.

A primeira ferrovia da região pertencia à companhia Mogiana de Estradas de Ferro, com sede em São Paulo, constituída em 1872 com capitais originários dos produtores de café. Em 1890, foi confirmado o prolongamento da estrada de ferro até a cidade de Catalão, no estado de Goiás. A partir de então, estava implantada a ferrovia no Triângulo Mineiro.

A ferrovia veio reformular a organização socioeconômica do Triângulo e, ao mesmo tempo, redefinir o papel de suas cidades na divisão inter-regional do trabalho. A chegada desta até Uberaba significava o estabelecimento dos caminhos econômicos modernos. Estava superada a rota fluvial, que fez também de Frutal uma cidade (1885), e estabelecido o domínio de Uberaba sobre todo o território triangulino, matogrossense e goiano (GUIMARAES, 2004, p. 10).

Com a chegada da ferrovia ao Triângulo, toda a hierarquia da região foi reformulada e a região ficou em contato permanente com a economia do estado de São Paulo e se constituiu como entreposto comercial com o Centro-Oeste do Brasil.

A partir da década de 1920, outra estrada de ferro entrou em cena, a Estrada de Ferro Oeste de Minas, que havia sido inaugurada no século XIX, em 1881, com um trecho de apenas 99 km. Segundo Silva (2008, p. 24) “a Estrada de Ferro Oeste de Minas surgiu da intenção de ligar uma estrada de ferro a partir da Estrada de Ferro D. Pedro II até as margens do rio Grande, no sentido Oeste”. Mais tarde, seria incorporada à Rede Mineira de Viação.

Enquanto a Estrada de Ferro Mogiana beneficiou principalmente as cidades de Uberaba e Araguari, a partir deste período, foi a vez das cidades de Araxá e Patrocínio desfrutarem das vantagens oriundas da instalação da Estrada de Ferro Oeste de Minas.

A chegada dessas duas estradas de ferro no Triângulo Mineiro teve dois impactos na região. Guimarães, (2004, p. 13) afirma,

Portanto, a chegada das ferrovias no Triângulo teve duplo impacto. De um lado, este meio de transporte, pela sua capacidade de transformação separava as localidades integradas à economia mercantil-capitalista daquelas que continuariam fadadas ao anacronismo. De outro lado, as duas ferrovias, pela segmentação que operaram no mercado regional, separaram o Triângulo Mineiro em duas áreas com características bastante distintas, uma integrada à dinâmica paulista e outra complementar à economia mineira-fluminense.

Nessa perspectiva, as estradas de ferro vieram estimular o desenvolvimento de muitas regiões, como é o caso do Triângulo Mineiro, que já estavam em ascensão econômica, e, por outro lado reforçar a situação de invisibilidade de outras tantas, assim como dividir a macrorregião do Triângulo em duas porções, uma ligada economicamente ao estado de São Paulo, e outra, ao restante do território mineiro.

Contudo, foi com a inauguração da capital federal, Brasília, em 1960, que emergiu uma nova dinâmica no Triângulo Mineiro. A partir de então, iniciou uma série de investimentos em infraestrutura, transportes, energia, comunicação, dentre outras providências, favoráveis à região, principalmente em se tratando da agropecuária. Dessa forma, enquanto o Brasil se encontrava, no final da década de 1970 e década de 1980, num período de desaceleração econômica, o Triângulo Mineiro vivia o auge de sua economia.

Com a desaceleração do crescimento da economia nacional a partir de meados da década de 1970, notamos que Uberlândia e região caminhavam em direção oposta, pois aí começava a consolidar-se um expoente movimento agroexportador que viria a caracterizar o período recente, pós-85, denominado (Pacheco, 1998) de fragmentação territorial (GUIMARAES, 2004, p. 17).

Os anos seguintes à inauguração da capital federal foram demasiadamente proveitosos para o Triângulo Mineiro. A reconfiguração da infraestrutura desta macrorregião teve reflexos impressionantes nos números da economia desta porção do estado, números estes que podem ser observados até os dias atuais.

O agronegócio é a atividade de maior relevância no Triângulo Mineiro, agrega a agropecuária juntamente com a agroindústria e o comércio atacadista. “Na pecuária, o

município de Iturama apresenta o maior rebanho bovino e de produção leiteira do estado. Destacam-se ainda a produção leiteira de Frutal e o rebanho suíno e produção de ovos de galinha da região de Uberlândia” (AMARAL, LEMOS e CHEIM, 2006, p. 16).

Apesar de ser uma das primeiras atividades que o Triângulo Mineiro desenvolveu, a pecuária continua a ser o carro forte da matriz produtiva, é a atividade de maior relevância no Triângulo. Apesar de a área de pastagem ter diminuído consideravelmente nos últimos anos, a quantidade de bovinos não diminuiu no mesmo ritmo. Segundo o IBGE, o emprego de tecnologias contribui para um maior aproveitamento das pastagens (GENARO e CHELOTTI, 2013).

Apesar de, no passar das décadas, a pecuária ter dividido espaço com culturas diferentes, a atividade não perdeu a importância nem mesmo a supremacia. Nas palavras de Genaro e Chelotti (2013, p. 15):

a atividade prevaleceu no tempo, apesar de sofrer disputas territoriais com as lavouras, principalmente de café, soja e mais recentemente de cana-de-açúcar. Portanto, concluímos que a pecuária bovina se faz presente com força na maioria dos municípios do Triângulo Mineiro a partir do desenvolvimento de uma pecuária moderna e globalizada.

A agroindústria canavieira também é uma atividade relevante no cenário econômico desta macrorregião e ganha cada vez mais espaço devido à possibilidade de o Brasil vir a ser um expressivo exportador de etanol. “Foram identificadas 33 usinas no Triângulo Mineiro, sendo deste total, 15 em atividade, e 18 usinas em fase de construção” (SOUZA e CLEPS JÚNIOR, 2009, p.5). Esta atividade é uma das responsáveis por essa região possuir um elevado PIB em relação às demais macrorregiões de Minas Gerais, assim como possuir vários outros indicadores superiores.

Entretanto, é preciso atenção especial para esta questão, uma vez que a expansão desta atividade poderá acarretar problemas estruturais e ambientais na região.

a região poderá atrair migrantes de outros estados e regiões brasileiras que buscarão oportunidades de trabalho nos canaviais e nas Usinas a serem instaladas. Para tanto, as políticas públicas deverão direcionar-se na reestruturação dos centros urbanos que sofrerão crescimento populacional, afim de que possam atender as necessidades básicas, como assistência à saúde, educação e lazer (SOUZA E CLEPS JÚNIOR, 2009, p. 14).

E ainda,

sabe-se que o cultivo de cana poderá provocar impactos ambientais como a perda da qualidade da terra em função do uso constante dos nutrientes do solo e também pela aplicação de agrotóxico, que porventura poderá desencadear a desvalorização da

terra e torná-la improdutiva para o plantio de outras culturas futuramente (SOUZA E CLEPS JÚNIOR, 2009, p. 15).

O etanol é a grande promessa do século XXI. Contudo, é preciso que esta macrorregião se prepare adequadamente para a produção da cana-de-açúcar e, principalmente, para as consequências que podem tomar contornos desastrosos para a qualidade de vida da população do Triângulo Mineiro, se não forem bem estruturadas as políticas públicas.

O comércio atacadista por sua vez, ainda hoje é de forte expressão para a economia da região e é referência nacional. A posição privilegiada do Triângulo Mineiro em relação aos grandes centros do país favorece a expansão do comércio. Segundo Brandão, *apud* Cleps (2005, p.167), “o elemento responsável pelo processo de integração do Triângulo Mineiro ao mercado nacional, principalmente após a crise de 1929, foi o capital comercial acumulado aliado à situação privilegiada de fronteira”.

O comércio atacadista contribuiu, de forma significativa, para o Triângulo Mineiro se tornar uma das macrorregiões mais desenvolvidas economicamente e também socialmente, no estado de Minas Gerais.

O desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária, juntamente com a agroindústria e com o comércio atacadista, fizeram do Triângulo Mineiro uma das macrorregiões mais desenvolvidas de Minas Gerais. Desde a gênese do seu desenvolvimento, a região foi privilegiada por ser fronteira de pólos dinâmicos do país e ainda por atrair montantes significativos de investimentos nestas atividades.

A macrorregião Norte, Jequitinhonha e Mucuri, Central e Triângulo se desenvolveram de forma diferenciada. O Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha e Mucuri apesar de terem sido alvos de distintos investimentos para alavancar o desenvolvimento são as macrorregiões menos dinâmicas do estado. A atuação da SUDENE e a monocultura de eucalipto nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, respectivamente, dinamizaram, de forma modesta, a economia destas macrorregiões, mas estes investimentos não se traduziram em qualidade de vida para grande parte da população.

A macrorregião Central e o Triângulo mineiro, por outro lado, são as macrorregiões mais desenvolvidas econômica e socialmente do estado quando comparada às demais. A macrorregião Central de Minas teve na industrialização o principal impulso para o desenvolvimento da região, enquanto a agroindústria é o carro chefe do desenvolvimento no Triângulo Mineiro. Apesar de terem partido de patamares diferentes, essas duas macrorregiões conservam a posição de mais desenvolvidas do estado de Minas. A

industrialização na macrorregião Central veio acompanhada de vários investimentos em infraestrutura que deram a base para desenvolver-se e a agroindústria do Triângulo foi favorecida pelo potencial já existente na macrorregião.

As estratégias de desenvolvimento adotadas pelo Vale do Jequitinhonha/Mucuri e pelo Norte de Minas não fizeram com que estas macrorregiões conseguissem acompanhar o desenvolvimento econômico e social das demais macrorregiões do estado. Enquanto, as outras duas macrorregiões tiveram, hegemonicamente, sucesso em suas estratégias de desenvolvimento, principalmente quando se refere ao desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS MACRORREGIÕES

Neste capítulo são apresentados, descritos e analisados dados de caráter econômico e social, referentes às dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais. Contudo, as análises darão maior atenção às macrorregiões historicamente menos desenvolvidas, Norte e Jequitinhonha/Mucuri e as macrorregiões mais desenvolvidas, Central e Triângulo.

Para melhor compreender as desigualdades entre as macrorregiões de planejamento de Minas Gerais optou-se por indicadores econômicos, como renda *per capita*, PIB *per capita*, dentre outros, e indicadores sociais, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, educação, saneamento básico, etc. Estes dois indicadores possuem uma complementaridade de sentido e permitem uma análise mais profunda sobre a diversidade socioeconômica do estado.

Os dados presentes neste momento da dissertação foram extraídos essencialmente do banco de dados da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PAD-MG 2011), realizada pela Fundação João Pinheiro e os dados contidos no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD). De forma secundária, os dados dos Censos 2000 e 2010, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e sintetizados pela Fundação João Pinheiro.

4.1. Analfabetismo

Segundo Ferraro (2004, p.3) “a alfabetização constitui objeto de um enfoque tipicamente pedagógico, o analfabetismo, por sua vez, demanda um olhar predominantemente sociológico”. O analfabetismo no Brasil sempre foi uma questão relevante e digna de reflexão, porém, só recentemente se tornou preocupação imediata no contexto político.

A partir de meados do século passado, a alfabetização das massas foi uma necessidade do capital para ampliar o contingente de trabalhadores, principalmente na indústria, a qual ampliava a cada dia seus espaços no país. Atualmente, a alfabetização

garante mais que a inserção dos indivíduos na esfera produtiva. É tida como o primeiro passo para o acesso ao conhecimento de forma geral, na ciência, na arte, dentre outros. Por outro lado, o analfabetismo é um indicador indireto de desenvolvimento social, de condições de vida e de exclusão social.

O bem-estar em uma sociedade letrada e informatizada passa pela alfabetização de seus componentes. Mais de quarenta países no mundo possuem um por cento ou menos de analfabetos. No Brasil, a média nacional de analfabetismo era de 9,7%, de acordo com o censo do IBGE, de 2010. Em comparação com outros países, mesmo da América do Sul, notamos que esta média é muito alta, no entanto, ela esconde uma situação ainda mais preocupante em termos regionais.

Enquanto na região Sul a média de analfabetismo era de 4,9%, no Nordeste era de 18,5% em 2010. No Sudeste em 2010, 5,3% de sua população acima de 14 anos não sabiam saber ler e escrever. Porém, a análise macro esconde outra realidade. Dentro das próprias regiões há uma diversidade enorme, como é o caso de Minas Gerais, que em 2011 a média de analfabetismo, como mostra a tabela 2, era de 11,5%, bem acima da média do Sudeste em 2011. Quando se trata de Minas Gerais tem um fato ainda mais preocupante: as diferenças entre as macrorregiões de planejamento do estado.

As diferenças regionais em Minas referentes ao analfabetismo são alarmantes, exemplo ilustrativo é o Vale do Jequitinhonha e Mucuri que possuía em 2011 uma taxa de analfabetismo de 21,6%, semelhante à taxa de analfabetismo do Nordeste brasileiro, enquanto a macrorregião Central tem uma taxa de 8,9%, aproximada da média nacional.

O Brasil, nas últimas décadas passou por intensas mudanças no âmbito da gestão educacional, tanto no ensino municipal, quanto no estadual e federal. Minas Gerais, não se isentou dessa reformulação. É consensual que a educação de forma geral, nas últimas décadas, teve grandes avanços; porém, a tabela 2 nos mostra que a realidade mineira, principalmente quando olhada através da segmentação entre as macrorregiões de planejamento, é preocupante.

TABELA 2

Analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade

Macrorregião	Analfabetismo
Triângulo	8,4%
Central	8,9%
Alto Paranaíba	9,0%
Sul	9,2%
Centro Oeste	9,4%
Zona da mata	12,3%
Noroeste	13,1%
Rio Doce	13,7%
Norte	16,6%
Jequitinhonha/Mucuri	21,6%
Média Minas Gerais	11,5%

Fonte: PAD- MG 2011

Em relação às dez macrorregiões de Minas Gerais, vê-se na tabela 2 o grande descompasso nas taxas de analfabetismo do estado. A macrorregião com o maior percentual de analfabetos é o Vale do Jequitinhonha/Mucuri, com 21,6% de sua população sem saber ler e escrever, ao passo que o percentual de analfabetos nas regiões Sul, Triângulo, Central e Alto Paranaíba é bem menor, gira em torno de 9%, inclusive abaixo da média do estado.

A diferença nos percentuais de analfabetismo entre as macrorregiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri, Central e Triângulo explica-se, em parte, pelo percentual da população residente na zona urbana e zona rural. A população rural das macrorregiões Central e do Triângulo Mineiro equivale apenas a 6% da população total, enquanto nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri a população rural corresponde a cerca de 30% da população total.

A população rural, não só em Minas Gerais, mas, em todo o Brasil tem um histórico de usurpação dos direitos educacionais. Nas últimas décadas os municípios e o Estado têm se preocupado cada vez mais com a educação na zona rural, porém, nem sempre foi assim. A dificuldade de acesso ao ensino era enorme entre os habitantes das zonas rurais, o acesso às escolas era restrito por dois motivos, devido as grandes distâncias e também devido à própria cultura dessas localidades, que não tinham a alfabetização como fundamental em seus modos de vida.

Os Vales do Jequitinhonha e Mucuri têm o maior percentual de analfabetos dentre todas as outras macrorregiões de Minas Gerais, concomitantemente é também a macrorregião que tem a maior parte da população vivendo em zona rural, 36% da população.

Não obstante, devemos levar em consideração ainda a persistência do círculo vicioso, por um lado maior poder econômico e melhores indicadores educacionais nas macrorregiões mais desenvolvidas, e por outro, menor poder econômico e precário índice educacional nas regiões menos desenvolvidas.

O desequilíbrio entre as macrorregiões mineiras ainda salta aos olhos ao analisarmos os dados da educação. Não só os dados sobre analfabetismo revelam esta situação, mas, também anos médios de estudos, percentual de adultos com curso superior, dentre outros, apontam na mesma direção. No ritmo atual, estamos longe de conseguir um equilíbrio entre as macrorregiões de planejamento do estado.

A persistência do analfabetismo é uma marca da herança intergeracional entre as pessoas mais pobres no país, assim como em Minas Gerais. O fato de praticamente uma em cada cinco pessoas em condições de alfabetizar-se não saberem ler na macrorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, por exemplo, evidencia uma enorme barreira para a distribuição de renda via mercado de trabalho.

Para os analfabetos sobram ocupações marcadamente manuais, muito exaustivas e de restrita remuneração. O rompimento da transferência intergeracional da pobreza passa, necessariamente, pela garantia de uma escolarização mínima de toda a população. Até mesmo a média de 11,5% de analfabetos no estado é preocupante no momento de retomada do crescimento econômico.

4.2. Renda *per capita*

Nosso modelo de desenvolvimento é concentrador e reflete, em grande parte um círculo vicioso cujos maiores investimentos ocorrem onde se gera mais riqueza, que por sua vez se traduz em novos investimentos, tanto privados quanto públicos. Porém, segundo Oliveira (2002, p. 47)

A distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas etão-somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

Porém, não é assim que funciona em Minas Gerais. O histórico de uma economia baseada na agropecuária e no comércio, do triângulo Mineiro e a próspera industrialização da macrorregião Central, explica, em grande parte, a disparidade de renda entre as macrorregiões mineiras, especialmente quando comparadas ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

O desenvolvimento das macrorregiões mineiras desde o século XX, principalmente, aponta para um desequilíbrio persistente à praticamente um século. Os vícios repetidos por anos a fio, onde pobreza gera mais pobreza e riqueza gera mais riqueza, nos remete à teoria do crescimento econômico de Hirschmann, em que ele pontua que o desenvolvimento econômico não ocorre paralelamente em toda parte, tendendo a concentrar-se em torno do ponto onde se inicia.

A exposição da renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais na tabela 2, nos permite aquilatar a evolução da renda *per capita* na última década entre estas macrorregiões. Desde 2000 a ordem de classificação das macrorregiões em termos da renda *per capita* é praticamente a mesma, tendo as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri com as menores rendas *per capita* do estado e as macrorregiões Triângulo e Central com as maiores. No entanto, o triângulo Mineiro que, em 2000 era a macrorregião com a renda *per capita* mais alta do estado, em 2010 passou a ser a macrorregião com a segunda maior renda *per capita*, em detrimento da macrorregião Central.

A falta de mobilidade em termos de renda em uma década, mesmo com o incremento de várias políticas de desenvolvimento regional, é ilustrativa.

O Norte de Minas e os Vale do Jequitinhonha/Mucuri tinham, em 2010, as menores rendas *per capita* de Minas, respectivamente, R\$455,33 e R\$431,75. Nas macrorregiões Central, R\$961,82 e Triângulo, R\$908,04 são verificadas neste mesmo ano as maiores rendas *per capita* do estado. Da mesma forma, disparidades extremamente acentuadas como as citadas são encontradas entre as regiões brasileiras, onde a região Norte e o Nordeste possuem renda *per capita* média de R\$636,43 e R\$506,73, respectivamente; enquanto as regiões sul (R\$944,49) e sudeste (R\$937,76) possuem rendas *per capita* consideravelmente elevadas¹⁷, superando inclusive a média nacional de R\$830,85.

Na média, a renda *per capita* de Minas Gerais em 2010 era um pouco abaixo da renda *per capita* brasileira. No entanto, dentre as macrorregiões de planejamento, temos macrorregiões com renda *per capita* equivalentes a dos estados mais pobres do país, assim

¹⁷Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

como macrorregiões com renda *per capita* muito próxima da renda per capita dos estados mais dinâmicos economicamente. Exemplo ilustrativo é a macrorregião Norte de Minas, onde a renda *per capita* média equivale a do Piauí (NE), R\$447,17, bem como a macrorregião do Triângulo mineiro possuía, em 2010, uma renda semelhante a do estado do Rio Grande do Sul, R\$971,59¹⁸. Ou seja, Minas Gerais é o retrato-síntese do Brasil em termos de desigualdades regionais.

TABELA 3

Renda *per capita* das macrorregiões de Minas Gerais - 2000 - 2010

Macrorregião	2000	2010	Taxa média de crescimento anual 2000 a 2010 (%)
Jequitinhonha/Mucuri	R\$ 244,23	R\$ 431,75	5,86%
Norte	R\$ 260,30	R\$ 455,33	5,75%
Rio Doce	R\$ 412,76	R\$ 599,69	3,81%
Noroeste	R\$ 448,92	R\$ 622,67	3,33%
Mata	R\$ 499,26	R\$ 710,11	3,59%
Centro Oeste	R\$ 526,53	R\$ 721,28	3,20%
Sul	R\$ 564,71	R\$ 727,66	2,57%
Alto Paranaíba	R\$ 573,65	R\$ 761,04	2,87%
Triângulo	R\$ 677,75	R\$ 908,04	2,97%
Central	R\$ 663,25	R\$ 961,82	3,79%
Minas Gerais	R\$ 539,86	R\$ 773,41	3,66%
Brasil	R\$ 580,22	R\$ 830,85	3,66%

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro.

A renda *per capita* das macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri, em 2010, equivalia à metade da renda *per capita* da macrorregião Central, que tinha a renda *per capita* mais alta do estado. Quase todas as macrorregiões, com exceção do Triângulo e da macrorregião Central, apesar de terem rendas *per capita* médias superiores ao salário mínimo, possuíam em 2010 rendas *per capita* baixas, não ultrapassando R\$ 770,00.

A análise da evolução da renda *per capita* das macrorregiões de planejamento de Minas Gerais, no período de 2000 a 2010, apresenta algumas peculiaridades, como um maior crescimento da renda *per capita* das macrorregiões tradicionalmente menos dinâmicas economicamente, como Vale do Jequitinhonha/Mucuri e a região Norte, ao passo que macrorregiões como o Triângulo e o Sul, historicamente entre as mais dinâmicas economicamente, tiveram menor crescimento no período.

¹⁸Fonte: IBGE, Censo 2000 e Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Elaboração: Fundação João Pinheiro.

Este crescimento superior nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri ocorreu em função do acentuado crescimento da renda das classes D e E em especial. Como parte significativa da população dessas duas macrorregiões estava neste segmento, o impacto foi maior nas mesmas. Dessa forma, não foi o dinamismo da economia local o maior responsável por este aumento e sim o aumento real do salário mínimo, redução do desemprego e os programas de transferência de renda do governo federal. Ou seja, ocorrências no âmbito nacional.

A macrorregião Central teve uma taxa de crescimento relativamente alta quando comparada às macrorregiões Sul e Triângulo, este fato se deve, em certo grau, ao acentuado número de localidades com população com pequeno poder aquisitivo existente nesta macrorregião, onde grande parte da população também se encontra nas classes D e E.

Apesar de a renda *per capita* média ter aumentado em todas as dez macrorregiões mineiras, principalmente na região Norte e Jequitinhonha/Mucuri, as diferenças regionais ainda persistem. E essas discrepâncias, em termos de renda, refletem na qualidade de vida da população residente nessas macrorregiões e, por conseguinte, no desenvolvimento social e econômico do estado de Minas Gerais.

A tabela 4 ilustra perfeitamente este raciocínio, pois, dentre os dez municípios com as menores rendas *per capita* de Minas Gerais, oito pertencem às duas macrorregiões mais pobres do estado, o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte.

TABELA 4

Dez municípios de Minas Gerais com menores Rendas *per capita* – 2000-2010

Município	Macrorregião	Renda <i>per capita</i>	Renda <i>per capita</i>
		2000 (R\$)	2010 (R\$)
São João das Missões	Norte	108,59	238,60
Pai Pedro	Norte	139,59	250,74
Santo Antônio do Retiro	Norte	120,11	258,69
Ninheira	Norte	147,79	259,00
Frei Lagonegro	Rio Doce	149,51	267,73
Bonito de Minas	Norte	95,89	270,83
Caraí	Jequitinhonha/Mucuri	164,23	270,88
Setubinha	Jequitinhonha/Mucuri	143,17	276,38
Pedra Bonita	Mata	276,59	280,36
São João da Ponte	Norte	167,96	281,68

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

Por outro lado, na tabela 5, dentre os dez municípios com maiores rendas *per capita*, nove integram as macrorregiões Sul, Central e Triângulo, com rendas *per capita* oscilando entre R\$935,87 e R\$1.653,47.

TABELA 5

Dez municípios de Minas Gerais com maiores Rendas *per capita* – 2000-2020

Município	Macrorregião	Renda <i>per capita</i> 2000 (R\$)	Renda <i>per capita</i> 2010 (R\$)
Nova Lima	Central	790,11	1.653,47
Belo Horizonte	Central	1088,17	1.493,21
Juiz de Fora	Mata	818,71	1.063,03
Uberlândia	Triângulo	759,99	1.002,02
Lagoa Santa	Central	569,52	997,19
Uberaba	Triângulo	781,62	990,40
Brumadinho	Central	535,07	988,56
Poços de Caldas	Sul de Minas	850,25	964,11
São Lourenço	Sul de Minas	785,83	954,65
Itajubá	Sul de Minas	689,77	935,87

Fonte: IBGE, Sinopse dos Resultados do Censo 2010.

Elaboração: Fundação João Pinheiro

As tabelas 4 e 5 ratificam a disparidade de renda observada na tabela 2. Apesar de a renda *per capita* ser um indicador impermeável em relação às desigualdades sociais, ele ilustra significativamente as diferenças econômicas entre as macrorregiões de Minas Gerais, as quais são fruto do desenvolvimento do estado. O lento crescimento econômico do Norte de Minas e dos Vales Jequitinhonha/Mucuri aponta um problema histórico. Estas grandes extensões territoriais não conseguiram acompanhar o dinamismo econômico das macrorregiões mais dinâmicas economicamente. Salvo raras exceções como os municípios de Montes Claros e Pirapora, no Norte de Minas, estas macrorregiões ainda estão mais próximas do Nordeste que do Sudeste tanto em termos econômicos quanto sociais.

4.3. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

O Desenvolvimento Humano tem como premissa básica aferir o avanço na qualidade de vida da população considerando além dos aspectos estritamente econômicos, também aspectos sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano surgiu na década de 1990, como contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), até então hegemônico na época como

medida de desenvolvimento de um país ou região. Oliveira (2002, p. 46) pontua que assim “a questão central passa da tradicional pergunta de quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população”.

Sendo assim, este índice considera três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, saúde (expectativa de vida da população) e educação (média de anos de estudos).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil (IDHM) foi adaptado ao contexto brasileiro, dessa forma, algumas mudanças foram feitas a partir do IDH global. O quadro 1 ilustra de forma clara as mudanças realizadas.

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamental 15-17 com fundamental completo 18-20 com médio completo	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp2005)

Fonte: www.pnud.org.br

Quadro 2 IDHM X IDH Global

Analisando este indicador, vê-se que a mudança drástica foi em relação à forma de mensuração da educação, tal mudança favorece, em parte, os municípios brasileiros, uma vez que se calculasse o IDHM Brasil tal como o IDH global, pensando na premissa educação, o valor do IDH dos municípios brasileiros provavelmente seriam menores. Apesar de parte das mudanças serem em função da disponibilidade no censo 2010, ao mensurar na população adulta o percentual de pessoas com 18 anos ou mais com ensino fundamental completo em detrimento da média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais favorece o índice brasileiro, pois a probabilidade de existirem mais pessoas com o fundamental é maior do que se fosse mensurar a média de anos de estudos da população acima de 25 anos. Na população

jovem ao não mensurar a educação superior também acaba favorecendo os municípios brasileiros.

OIDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (pleno desenvolvimento humano) e é segmentado em cinco faixas, que vai de “muito baixo” desenvolvimento humano à “muito alto” desenvolvimento humano.

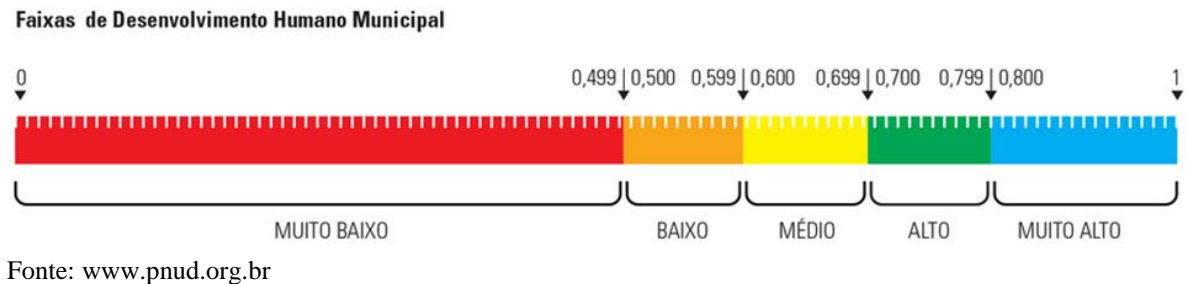
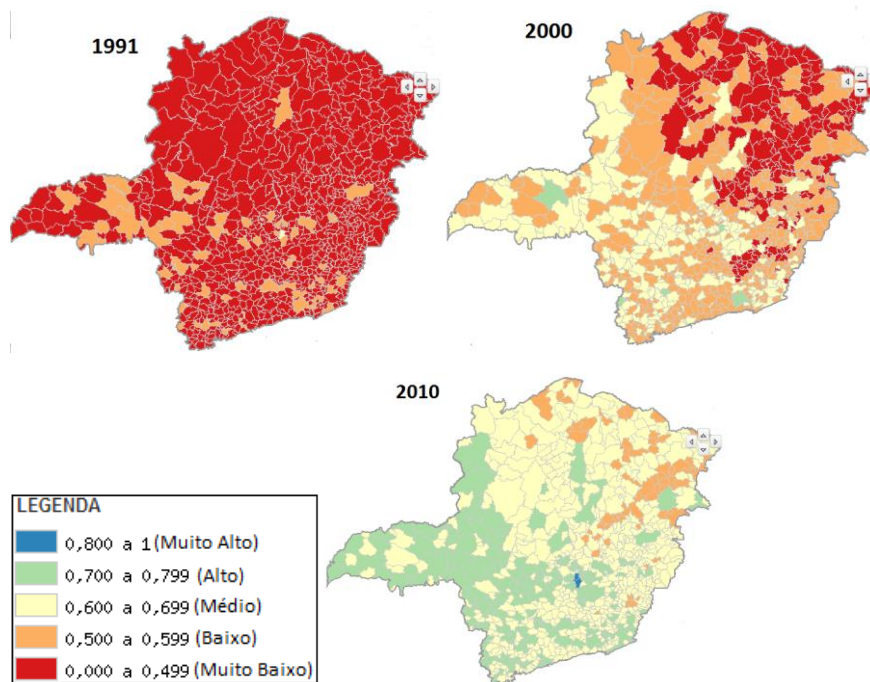


FIGURA 1
FAIXAS DO IDHM

Dessa forma, na Figura 2 identificamos os IDH de todos os municípios mineiros, numa série histórica que contempla o ano de 1991, 2000 e 2010. Através destes dados é possível vislumbrar a evolução do IDHM ao longo do tempo.

Ao analisarmos a evolução do IDHM, de 1991 a 2010 podemos notar uma mudança significativa ocorrida em Minas. Em 1991, era quase predominante nos municípios do estado a ocorrência de IDH considerados muito baixo, esse fato era recorrente em todas as macrorregiões mineiras. A única macrorregião que tinha um diferencial, ainda que modesto, era o Triângulo Mineiro, onde grande parte dos municípios possuía IDH baixos.

Em 2000, esta realidade começou a mudar, porém, parte considerável dos municípios ainda possuía IDH baixos, segundo classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Se analisarmos, a partir da segmentação em macrorregiões, a realidade era ainda mais alarmante. A maioria dos municípios Norte-Mineiros e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri possuía IDH inferiores ao restante das macrorregiões, a maioria não ultrapassava 0,499, considerado desenvolvimento muito baixo. Eram poucos os municípios que tinham IDH baixo, e uma única exceção era a cidade de Montes Claros, com IDH médio, entre 0,600 e 0,699.



Fonte: www.pnud.org.br

FIGURA 2
IDHM Minas Gerais 1991, 2000 e 2010

A transformação mais expressiva ocorreu na década de 2000. Ao final desta década, verificou-se um elevado número de municípios que passaram para a escala de IDH alto, ocorrendo também uma redução considerável de municípios com IDH baixo e a inexistência de município com IDH muito baixo.

Vários fatores contribuíram para o aumento do IDH no cenário mineiro e também no Brasil de forma geral, dentre eles, destacamos o investimento em saneamento básico, mais acesso aos serviços de atendimento à saúde, mais investimentos em educação e o aumento da renda média dos trabalhadores mais pobres.

Apesar da melhoria evidente do IDH dos municípios de Minas Gerais, a diferença do IDH entre as macrorregiões de planejamento é muito grande. Observou-se com destaque que os municípios do Norte do estado e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri quando comparados aos municípios da macrorregião Central, Triângulo e Sul apresentam uma grande desvantagem. A maioria dos municípios Norte-Mineiros e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri possuía, em 2010, IDH entre 0,500 e 0,699, considerado baixo e médio IDH,

destoando bastante da maioria dos municípios das outras macrorregiões citadas, onde grande parte possui IDH superior a 0,700, considerado alto desenvolvimento humano. Ainda pesa o fato de ser no Norte e no Jequitinhonha e Mucuri onde estão concentrados praticamente todos os municípios que ainda possuem IDH baixos.

Há pouca convergência entre as dez macrorregiões do estado no sentido de avançar na homogeneização do desenvolvimento. Embora venham sendo observadas melhorias, não só no IDH, a dinâmica socioeconômica continua favorecendo as macrorregiões historicamente mais dinâmicas. O IDH analisado aqui, a partir do ano de 1991 é um exemplo da assimetria persistente no estado de Minas Gerais.

O mapa de 2010, referente ao IDH, nos permite ainda enxergar que apesar da macrorregião Central possuir certa superioridade quando comparada com as macrorregiões menos dinâmicas, quando comparada às macrorregiões Triângulo e Sul, fica clara a diferença entre estas. A macrorregião Central de Minas, tradicionalmente uma das mais dinâmicas no âmbito social e econômico, quando comparada à estas macrorregiões, apresenta menor número de municípios com IDH alto. Porém, é também na macrorregião Central onde encontramos os únicos municípios do estado que possuem IDH muito alto, sendo eles: Nova Lima e Belo Horizonte com IDH de 0,813 e 0,810, respectivamente.

Isto significa que as desigualdades sociais, mesmo nas regiões mais dinâmicas do estado ainda persistem. Transformar em qualidade de vida para todos, ou melhor, em desenvolvimento humano, a renda gerada é um dos grandes desafios de Minas e também do Brasil.

É digno de nota a importância da dimensão educacional no Índice de Desenvolvimento Humano. A variável educação foi a que mais influenciou no aumento do IDH dos municípios mineiros, assim como também dos demais municípios brasileiros na última década. Sem dúvida, foi a dimensão do IDH que mais evoluiu na década de 2000. Enquanto a dimensão longevidade e renda aumentaram de forma constante, a dimensão educação deu um salto surpreendente neste período.

O pano de fundo dessa melhoria diferenciada na educação é a facilidade de mudança que a esfera da educação tem em comparação com as outras dimensões do IDH. Cabe observar, neste ponto, que ao medir apenas anos de estudos é relativamente fácil impulsionar melhorias neste quesito, a ressalva, neste contexto, é que não está sendo levada em consideração a qualidade do ensino.

Nas duas últimas décadas o Brasil passou por várias reformulações no âmbito da gestão educacional. Ocorreram mudanças significativas na gestão dos sistemas de ensino

municipais, estaduais e federal. Tais mudanças foram respostas aos apelos da sociedade civil em torno da universalização do ensino básico e pela necessidade de responder às demandas econômicas ditadas pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Mesmo após inúmeras iniciativas, a educação no Brasil ainda é assunto polêmico. O ensino de forma geral não foi universalizado, o acesso às instituições públicas de ensino superior é restrito e a qualidade no ensino fundamental e médio da rede pública ainda deixa muito a desejar.

Dessa forma, para sermos mais fidedignos à realidade, o Índice de Desenvolvimento Humano não se restringe a uma só dimensão, ou somente a um aspecto, econômico ou social, no IDH estão presentes os dois aspectos, uma vez que contempla as dimensões renda, educação e saúde. Estas três dimensões possuem uma complementaridade de sentido que permite interpretar melhor a realidade de um município, de um estado ou mesmo de um país.

Com efeito, o desenvolvimento regional em Minas Gerais é um processo frágil e complexo, ainda há muito esforço a ser feito por parte do Estado para amenizar as diferenças na qualidade de vida da população residente nas distintas macrorregiões de planejamento do estado.

Os três mapas contidos na Figura 2 permitem visualizar a espacialidades das assimetrias regionais que perduram desde 1991. Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano ter melhorado em todas as macrorregiões mineiras o cenário regional continua o mesmo e as discrepâncias regionais em Minas ainda persistem.

4.4. Beneficiários do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família – PBF é um programa de transferência direta de renda do governo federal criado em 2004 que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O PBF unificou Programas então existentes, como o Bolsa Escola, o Bolsa alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás.

O PBF possui três eixos principais que justificam sua existência: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e por fim, as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Segundo Borges, *et al.*(2012,

p.6) “o Programa Bolsa Família ao distribuir renda baseada em condicionalidades se propõe, no longo prazo, a quebrar o ciclo geracional da pobreza, ou seja, instalar um desenvolvimento duradouro e socialmente sustentável”.

São beneficiadas pelo PBF famílias que possuem: 1) renda *per capita* inferior a R\$70,00; 2) todas as famílias com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa e que tenham em sua composição filhos até 15 anos; 3) famílias que tem filhos de 16 e 17 anos recebem o Benefício Variável Jovem (BVJ) e 4) ainda gestantes e nutrizes; os valores são R\$ 70, R\$ 32 por filho, R\$ 38 por filho e R\$ 32 por mês, respectivamente.

Para receberem o benefício, as famílias assumem compromissos relacionados à educação, à saúde e à assistência social. São as polêmicas condicionalidades do Programa Bolsa Família. Apesar das controversas, na área da saúde as famílias se comprometem a acompanhar o cartão de vacinação e o desenvolvimento das crianças com idade inferior a 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê.

Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área da assistência social, apenas as crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem cumprir a exigência de frequentar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do PETI¹⁹.

O Programa Bolsa Família completou em 2013, 10 anos, com 13,8 milhões de famílias assistidas pelo programa, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, e já tirou 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema²⁰.

A tabela 6 nos apresenta o percentual de domicílios de cada uma das macrorregiões de Minas Gerais beneficiárias do programa Bolsa Família. A macrorregião Norte e a macrorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri são as que apresentam um maior percentual de domicílios beneficiados pelo programa, respectivamente 29% e 31,5% são beneficiárias. Enquanto os menores percentuais se encontram na região Centro-Oeste e no Triângulo, com 11,4% dos domicílios recebendo assistência do programa na primeira e apenas 9,4% nesta última.

¹⁹ Informações contidas no *site*: www.mds.gov.br. Acesso: dez. 2013.

²⁰ Informações disponíveis no *site*: www.cultura.gov.br.

TABELA 6

Famílias beneficiárias do PBF por macrorregião, em percentual

Macrorregião	Percentual
Jequitinhonha/Mucuri	31,5
Norte	29,0
Noroeste	24,2
Zona da mata	20,0
Rio Doce	19,2
Sul	13,0
Central	12,9
Alto Paranaíba	11,9
Centro Oeste	11,4
Triângulo	9,4
Média de Minas Gerais	16,7

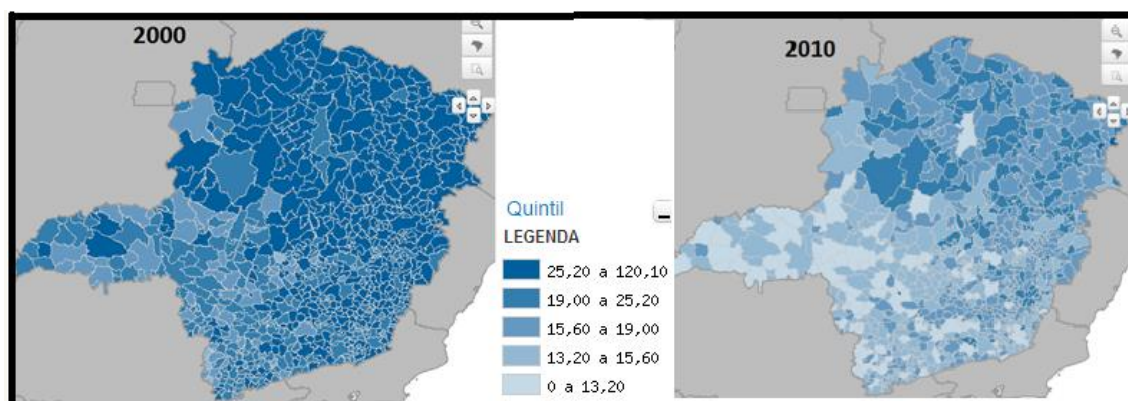
Fonte: PAD-MG 2011

Se for estabelecida uma conexão com a renda *per capita*, temos que, a participação da renda proveniente do programa bolsa família tem contribuído para o aumento da taxa de crescimento da renda nas macrorregiões menos desenvolvidas, pois, são nas macrorregiões que a taxa de crescimento foi maior, como visto anteriormente, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Norte, onde se encontra o maior número de famílias beneficiárias do PBF.

Trata-se, portanto, de uma ratificação da situação de pobreza verificada no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha/Mucuri. Como na classificação das famílias aptas a receberem o benefício, a renda *per capita* é o requisito fundamental, portanto, é nestas duas macrorregiões onde encontramos o maior número de famílias pobres e assim, beneficiárias do Programa Bolsa Família. Por certo, os dados contidos na tabela 5 sobre as famílias beneficiárias do PBF reforçam a condição de carência e vulnerabilidade social em que vive grande parte da população das macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

O Programa Bolsa Família, segundo informações do *site* do Ministério do Desenvolvimento Social, contribuiu de forma decisiva na redução da mortalidade de crianças até 5 anos de idade. Segundo o estudo publicado na revista inglesa *The Lancet*, a redução da mortalidade nas cidades pesquisadas chegou a 17% com o PBF. Esse efeito positivo se deve a dois vieses do Programa, a condicionalidade que pressiona as famílias a buscarem atendimento em saúde e principalmente, o poder de compra de alimentos que o PBF possibilitou, diminuindo assim, as mortes por desnutrição e contaminação.

Minas Gerais é um exemplo marcante deste fenômeno, sabendo que o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha/Mucuri são as macrorregiões de Minas onde existe o maior número de famílias que recebem a renda proveniente do Programa Aferimos, também, que a mortalidade infantil nessas macrorregiões tem diminuído. A figura 3 nos permite visualizar essa diminuição ocorrida não só nestas macrorregiões, mas em todo o estado, na última década.



Fonte: www.pnud.org.br

FIGURA 3

Mortalidade Infantil nos Municípios de Minas Gerais, 2000 e 2010

O Programa Bolsa Família tem contribuído para a redução das desigualdades sociais em Minas e no restante do Brasil. O benefício do PBF colaborou também para uma vasta quantidade da população pobre do país não se submeterem a trabalhos com baixíssima remuneração. Antes do benefício do PBF, grande parte da população pobre brasileira precisava submeter-se a trabalhos com alto esforço físico, em alguns casos, e baixa remuneração, devido à falta de renda mínima e por não conseguirem empregos que exigem mais qualificação. O benefício concedido através do Programa colaborou para que o trabalhador se valorizasse, ao dar a possibilidade de negar se submeterem a trabalhos que exploram a mão-de-obra além do já esperado em um sistema capitalista.

Um exemplo ilustrativo são as empregadas domésticas. Antes do benefício do PBF muitas mulheres se submetiam a longas e cansativas jornadas de trabalhos em casas de famílias por um salário medíocre, muito aquém do salário mínimo. Com o auxílio concedido pelo programa, o trabalho foi mais valorizado. Os contratantes foram pressionados a pagar um

salário melhor, devido à falta de profissionais a fim de trabalhar por um valor tão irrisório, que em muitos casos era semelhante ao valor do benefício.

Segundo Rodrigues e Cardoso (2009, p. 3444), “os programas de transferência direta de renda, de apoio à agricultura familiar, entre outros, colaboraram para a melhoria das condições de vida, redução das desigualdades sociais e para o desempenho econômico global”. Apesar dos inúmeros benefícios que a adoção do Programa levou às famílias brasileiras de baixa renda, políticas como o PBF podem não se sustentar por muito tempo, portanto, é preciso pensar além de programas de transferência de renda, mudanças estruturais para transformar a realidade, principalmente, das macrorregiões menos desenvolvidas.

4.5. Saneamento Básico

O abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais são aspectos no qual está relacionado o saneamento básico, segundo a Constituição e a Lei nº. 11.445/2007²¹. Estas medidas visam à garantia da saúde das pessoas e do meio ambiente.

A tabela 7 refere-se as diversas formas de escoadouro do banheiro. As formas de escoadouro do banheiro consideradas pelo IBGE são: rede coletora de esgoto, fossa séptica, fossa séptica não ligada à rede coletora, fossa rudimentar e a alternativa de jogar os dejetos diretamente no rio ou lago.

Rede coletora de esgotos é quando a canalização proveniente do banheiro ou sanitário estiver ligada a uma rede geral mesmo que o sistema não disponha de tratamento; **fossa séptica**, quando a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário estiver ligada à fossa séptica, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida canalizada para um desaguadouro geral de rede pública ou não, mesmo que ela seja comum a mais de um domicílio; **fossa séptica não ligada à rede coletora** de esgoto ou pluvial: quando as águas servidas e os dejetos, provenientes do banheiro ou sanitário forem esgotados para uma fossa, onde passam por um processo de tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno; **fossa rudimentar**: quando os dejetos provenientes do banheiro ou sanitário, havendo ou não aparelho, estiver ligada à fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc) e **direto para rio**,

²¹ Informações disponíveis no site: www.planalto.gov.br.

lago: quando os dejetos provenientes do banheiro ou sanitários forem esgotados diretamente para um rio, lago ou para o mar²².

A tabela 7 nos permite avaliar a situação das macrorregiões de planejamento do estado de Minas Gerais quando o assunto é saneamento básico, mais especificamente, forma de escoadouro do banheiro. Nessa perspectiva, o Norte de Minas é a macrorregião com o menor percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial, 44,4%, ou seja, mais da metade não possui rede de esgoto em suas residências, que é a forma de escoadouro do banheiro mais adequada, ainda pesa-se o fato de ser a macrorregião com o maior percentual de domicílios que dependem da fossa rudimentar, cerca de 34,3%.

O Vale do Jequitinhonha/Mucuri possui 69,5% dos seus domicílios ligados à rede coletora de esgotos, que apesar de não ser adequado, é positivo quando comparado aos dados já apresentados desta macrorregião; por outro lado tem um número contraproducente de domicílios que jogam seus dejetos diretamente no rio ou lago, 5% dos domicílios. Esta forma de escoadouro é uma das mais agressivas, tanto para o homem quanto para o meio ambiente, pois os dejetos humanos são veículos de germes causadores de várias doenças, como diarreia, febre tifóide, dentre muitas outras. Problemas de saúde causados pela inadequada escoação dos dejetos refletem no aproveitamento escolar de crianças e na produtividade dos trabalhadores ao colocá-los sob risco de doenças que debilitam o sistema imunológico e prejudicam a disposição para o dia-a-dia, denotando um impasse para o desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Na área rural devido às casas serem, comumente, afastadas uma das outras, dificulta a construção de redes de esgoto. Dessa forma, visto que o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e o Norte de Minas Gerais possuem o mesmo percentual de população rural, aproximadamente 30% da população total reside em área rural, é alarmante o fato de a macrorregião Norte possuir um número tão inferior de domicílios com rede de esgoto, se comparado à macrorregião Jequitinhonha/Mucuri. Sendo assim, é evidente que as políticas públicas no Norte de Minas voltadas ao saneamento básico, principalmente as políticas relacionadas à ampliação e implantação de redes coletoras de esgotos, não conseguiram acompanhar o crescimento demográfico da população Norte-Mineira nas áreas urbanas.

²² Informações disponíveis no relatório metodológico da PAG-MG, no site: www.fjp.org.br.

TABELA 7

Forma de escoadouro do banheiro, em percentual

Macrorregião	Rede coletora de esgotos ou pluvial	Fossa séptica ligada à rede	Fossa séptica não ligada à rede	Fossa rudimentar	Direto para rio ou lago	Outro
Norte	44,4	3,3	17,4	34,3	0,1	0,5
Noroeste	49,4	4,7	13,3	31,5	0,0	1,1
Zona da mata	66,7	0,8	2,1	7,0	21,4	2,0
Jequitinhonha/Mucuri	69,5	0,4	6,4	16,2	5,0	2,5
Central	77,9	0,9	6,4	11,9	2,3	0,6
Rio Doce	78,3	1,3	5,5	7,8	5,7	1,4
Centro-Oeste	79,1	0,5	5,7	14,0	0,5	0,3
Triângulo	80,5	5,2	3,2	10,5	0,3	0,2
Sul	81,8	0,7	6,3	8,3	2,4	0,4
Alto Paranaíba	83,6	1,0	4,4	9,6	0,3	1,1
Média Minas Gerais	73,9	1,6	6,6	13,8	3,2	0,9

Fonte: PAD- MG 2011

As macrorregiões do Triângulo, Sul de Minas e Alto Paranaíba são as que possuem o maior número de domicílios que tem rede de esgoto em suas casas, em torno de 80% dos domicílios. Dentre os domicílios que não possuem esta forma de escoadouro, a grande maioria, assim como ocorre nas demais macrorregiões possuem como forma de escoadouro a fossa rudimentar. O Sul de Minas destoa, em certa medida, das outras macrorregiões citadas, pois se verifica um número considerável de domicílios que jogam seus dejetos diretamente em rios ou lagos, 2,4%.

Estes dados indicam, por um lado, um projeto de infraestrutura de magnitude abrangente nestas três macrorregiões e por outro, um despreparo das outras macrorregiões quando o assunto é saneamento básico, a exemplo principalmente do Norte de Minas, Noroeste e Zona da Mata. O empenho das macrorregiões Triângulo, Sul de Minas e Alto Paranaíba na ampliação e instalação de esgoto nos domicílios reflete na qualidade de vida da população residente nessas regiões.

A macrorregião Central é um caso peculiar observado na tabela 6. Também em função do exacerbado número de favelas em regiões periféricas na macrorregião, quando se trata da forma de escoadouro do banheiro, encontra-se um percentual baixo, levando-se em consideração o histórico de excelentes percentuais, de 77,9% de domicílios que utilizam a ‘rede coletora de esgoto ou pluvial’, seguido de 11,9% de domicílios que possuem a fossa

rudimentar, 6,4% dos domicílios com fossa séptica não ligada à rede, um número expressivo de 2,3% de domicílios que jogam seus dejetos no rio ou lago e por fim nem 1% dos domicílios possui a fossa séptica ligada à rede, que é a segunda forma mais adequada de escoar os dejetos do banheiro.

Apesar de a macrorregião Central possuir indicadores econômicos geralmente altos, como renda *per capita* e PIB *per capita*, isso nem sempre se traduz em condições favoráveis de vida para todos. O saneamento básico é um exemplo deste fato, as favelas neste caso são grandes responsáveis pelo pequeno percentual de domicílios com rede de esgoto e uma quantidade expressiva de domicílios que jogam seus dejetos no rio ou lago, na macrorregião Central. Estes dados evidenciam desigualdades sociais presentes na macrorregião Central.

Na Zona da Mata um grande número de domicílios escoam os dejetos do banheiro direto para o rio ou lago, mais precisamente 21,4%. A situação dos municípios da Zona da Mata é tão preocupante que parte dos municípios da macrorregião será beneficiada pelos planos municipais de saneamento básico desenvolvido pelo governo de Minas Gerais. O Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) destinou recursos, provenientes da cobrança pelo uso da água, para criação de planos de saneamento básico para 24 municípios da Zona da Mata mineira. Os planos foram entregues em agosto de 2013 em Juiz de Fora e os municípios contemplados precisam buscar recursos para efetivar esses planos através de órgãos federais e estaduais ou por meio de parcerias público privadas²³.

As informações sobre o saneamento básico nos domicílios mineiros traz à tona a heterogeneidade das condições de vida nas macrorregiões. Possuir saneamento básico adequado é condição *sine qua non* para uma vida saudável, produtiva. Os dados da tabela 7 deixam evidente a assimetria do estado quando o assunto é saneamento básico.

4.6. Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto - PIB é a soma de todos os bens de um país, ou neste caso, de uma região. O PIB *per capita* é o produto interno bruto dividido pela quantidade de habitantes de um país, município ou região. Para o cálculo do PIB é considerado apenas bens e serviços finais. Apesar de o PIB, quando pensando isoladamente, não ser suficiente para

²³ Informações disponíveis no site: www.agevap.org.br.

medir o desenvolvimento de uma região, ele é fundamental para avaliar o grau de desenvolvimento econômico e a riqueza gerada em uma determinada região.

A tabela 8 é bastante ilustrativa, pois apresenta não só o PIB *per capita*, mas também o Valor Adicionado - VA por setores da atividade econômica, como da agropecuária, da indústria, dos serviços e da administração das dez macrorregiões de planejamento de Minas Gerais no ano de 2010, permitindo uma melhor compreensão da realidade econômica das dez macrorregiões.

Na tabela 8, ao analisarmos o PIB *per capita* temos a seguinte ordem, do maior para o menor PIB *per capita*: Triângulo, Central, Alto Paranaíba, Sul, Noroeste Centro-Oeste, Rio Doce, Zona da Mata, Norte e Jequitinhonha/Mucuri. O desenvolvimento das macrorregiões mineiras aponta para um problema histórico que persiste até os dias atuais, tornando o estado de Minas heterogêneo em relação ao desenvolvimento em vários aspectos.

Quando se analisa o PIB *per capita* das macrorregiões mineiras é notório a desigualdade regional presente no estado. O PIB *per capita* do Triângulo Mineiro e da macrorregião Central é de 26.342,91 e 23.927,99, respectivamente; enquanto as macrorregiões que possuem os menores PIB *per capita* do estado, o valor não chega à metade do valor das duas macrorregiões citadas, o valor do PIB *per capita* do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha/Mucuri são de 8.430,72 e 6.547,04, respectivamente. Dessa forma, a questão não é existir desigualdade regional, pois as desigualdades sociais e regionais são inerentes à sociedade capitalista, mas sim à intensidade dessas desigualdades que é preocupante. A tabela 8 nos mostra exatamente esta perspectiva, o quão desigual é o desenvolvimento econômico de Minas Gerais.

TABELA 8

VA por setores de atividade econômica e PIB *per capita* a preços correntes - 2010

Macrorregião	VA da agrop. (R\$mil)	VA da ind. (R\$mil)	VA da adm. Pub. (R\$mil)	VA dos serv. (R\$mil)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
Triângulo	4.132.776	10.812.332	3.195.037	18.106.541	26.342,91
Central	2.605.699	58.496.360	15.271.351	82.031.128	23.927,99
Alto Paranaíba	3.477.561	3.106.695	1.381.759	5.946.490	20.681,83
Sul	5.673.615	10.196.997	5.378.260	23.156.567	16.861,68
Noroeste	1.913.224	1.203.925	787.817	2.549.737	16.378,63
Centro-Oeste	1.948.506	3.705.851	2.291.064	8.336.641	13.845,86
Rio Doce	1.262.150	6.782.861	3.463.542	10.740.663	12.945,06
Mata	2.152.850	5.311.063	4.479.498	15.502.295	11.782,16
Norte	1.903.678	2.775.250	3.109.541	7.795.722	8.430,72
Jequitinhonha/Mucuri	1.031.745	984.988	1.934.287	4.220.953	6.547,04
Minas Gerais	26.101.805	103.376.322	41.292.155	178.386.737	17.931,89

Fonte: Fundação João Pinheiro.

A economia do Vale do Jequitinhonha/Mucuri é a mais fraca de Minas Gerais. Além do PIB *per capita* ser o menor do estado, R\$6.547,04, muito aquém da média de Minas Gerais, de R\$17.931,89, o VA dos bens produzidos, desde a agropecuária até os serviços, é exacerbadamente baixo. O VA da agropecuária e da indústria são os menores do estado, R\$mil1.031.745 e R\$mil984.988; e o VA da administração e dos serviços só não são menores que os VA do Noroeste de Minas. A tabela 8 nos mostra que a atividade que move a economia dessa macrorregião é o serviço, que produz R\$mil 4.220.953 por ano, por outro lado, tem-se a indústria como a de menor expressividade.

Dessa forma, os investimentos realizados nesta macrorregião em meados do século XX não surtiram o efeito desejado; apesar da monocultura de eucalipto ter dinamizado a economia do Vale do Jequitinhonha/Mucuri, não foi capaz de transformar o cenário de pobreza em que vive grande parte da população desta macrorregião. As estratégias de recuperação econômica para superar o atraso relativo ali presente não levaram em consideração o potencial já estabelecido nesta macrorregião. Os maiores investimentos recebidos, no século XX e ainda no século XXI, por esta macrorregião foram para a plantação de eucalipto. Esta prática tem desarticulado os modos de vida de grande parte da população e não obteve êxito para superar o atraso do Vale do Jequitinhonha/Mucuri em relação às demais macrorregiões do estado.

O quadro do Norte de Minas também é bastante preocupante. Apesar dos incentivos da SUDENE a partir da década de 1950, a produção de bens e riquezas é uma das menores de Minas. Embora a SUDENE tenha investido na pecuária, na agricultura e na industrialização de alguns municípios, o VA da agropecuária e da indústria é o de menor influência na macrorregião, R\$mil1.903.678.00 e R\$mil2.775.250, respectivamente. Nesse contexto, o VA dos serviços é o maior, R\$mil7.795.722, como é recorrente em todas as macrorregiões de Minas Gerais, porém ainda é muito baixo, está entre os quatro menores de Minas Gerais.

O VA dos serviços na macrorregião Central é o mais expressivo do estado, R\$mil82.031.128. Contudo, subsequente ao VA dos serviços, o VA da indústria é o mais significativo R\$mil58.496.360, enquanto o VA da agropecuária é o mais baixo desta macrorregião, mais baixo que o Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e Sul de Minas. Dessa forma, vemos que os investimentos maciços realizados na macrorregião Central na década de 1940 para alavancar a industrialização surtiram efeitos positivos e esta macrorregião até hoje colhe os frutos dessa iniciativa. O PIB *per capita* da macrorregião Central é significativamente alto, 23.927,99, o segundo mais alto do estado.

O VA da agropecuária do Triângulo Mineiro é maior do que o VA da macrorregião Central, enquanto no Triângulo mineiro o VA da agropecuária é R\$mil4.132.776, na Central é R\$mil2.605.699, inclusive é o maior de Minas Gerais. O triângulo mineiro apesar de ter uma economia bem diversificada, tem sua atividade econômica centrada na agropecuária, que vem sendo mantido com vários investimentos ao longo dos anos, isso fez dessa macrorregião uma referência em Minas Gerais quando o assunto é a agropecuária. Contudo, nos demais setores da atividade econômica a macrorregião Central tem o VA superior ao da macrorregião Triângulo, entretanto, o PIB *per capita* da macrorregião Triângulo é maior, 26.342,91.

Apesar da produção de riquezas em praticamente todos os setores da economia da macrorregião Central ser visivelmente superior a do Triângulo Mineiro, o PIB *per capita* é menor. Teoricamente, poderíamos afirmar então que a população da macrorregião Triângulo é a que mais se beneficia com a produção de bens e riquezas da região, contudo, é importante lembrar que o PIB *per capita* não considera a desigualdade de renda, dessa forma, é possível que uma macrorregião tenha um PIB *per capita* elevado, mas, parte de sua população viva na pobreza.

Neste contexto, uma macrorregião nos chama atenção, o Noroeste de Minas. A macrorregião Noroeste é um caso peculiar em Minas, trata-se de uma economia na qual se encontrava em 2010 os mais baixos VA em todas as atividades, porém o PIB *per capita* é consideravelmente alto, girando em torno de 16 mil reais. A densidade populacional é o fator preponderante para este valor, a população da macrorregião Noroeste não chega a 400.000, sendo a macrorregião com o menor número de habitantes do estado. Este alto PIB *per capita* esconde uma realidade típica das macrorregiões onde o agronegócio é o grande expoente da economia, a concentração de renda. O agronegócio com o argumento de modernização do campo concentrou a renda e a terra nas mãos dos poucos e grandes latifundiários, intensificando a pobreza entre os camponeses.

A partir da tabela 8, podemos vislumbrar então, que apesar das tentativas de dinamizar a economia do Norte e do Jequitinhonha/Mucuri, principalmente, o crescimento do PIB *per capita*, assim como dos VA das outras atividades econômicas não foram superiores às demais regiões. A desconcentração dos investimentos secularmente plantados na região Central, através da industrialização e no Triângulo mineiro, através do agronegócio é um processo muito lento e que requer atenção especial por parte do Estado.

4.7. Condições de Moradia

Outro grupo de indicadores sociais, bastante útil ainda, para aferir o conforto nos domicílios e o poder aquisitivo da população é a mensuração da posse de bens duráveis. Estes indicadores vêm perdendo força na última década, uma vez que o poder de compra da população brasileira tem aumentado significativamente nos últimos anos. De acordo com Yaccoub (2011) este fenômeno deve-se ao aumento da renda, às políticas de juros baixos e aos financiamentos originados a partir do Plano Real. Os consumidores, principalmente da chamada “nova classe média”, passaram a ter mais acesso a bens duráveis. Porém, como revela a tabela 9 ainda há uma grande disparidade nas moradias das macrorregiões mineiras em relação à posse de alguns bens duráveis.

Na tabela 9, observamos que as diferenças mais expressivas entre as macrorregiões de Minas Gerais dizem respeito à posse de “máquina de lavar roupa”, “telefone fixo” e “computador”. Quanto aos outros indicadores, “TV em cores”, “acesso à internet” e “geladeira” existem discrepâncias, porém modestas. Dessa forma, os dados que se seguem indicam, por um lado, uma homogeneização do acesso a determinados bens entre as macrorregiões do estado; e, por outro, uma diferença acentuada em alguns indicadores, como exemplo, o acesso à máquina de lavar roupa.

TABELA 9
Posse de bens duráveis

Macrorregião	Máquina de lavar roupa	Telefone Fixo	TV em Cores	Acesso à Internet	Geladeira	Computador
Jequitinhonha/Mucuri	12,2	23,8	95,5	74,5	93,3	24,9
Norte	14,8	16,8	92,9	74,3	94,3	27,8
Noroeste	17,6	14,6	91,4	69,9	91,1	25,8
Rio Doce	32,7	35,4	97,0	74,2	97,6	34,7
Zona da mata	33,0	32,8	96,8	78,8	97,8	34,9
Centro Oeste	33,2	27,3	97,5	72,2	96,8	38,5
Alto Paranaíba	34,0	33,6	97,6	79,6	98,4	44,5
Sul	40,7	28,9	97,8	76,7	97,2	43,4
Central	42,8	45,2	97,7	80,0	97,8	45,8
Triângulo	46,7	40,4	97,6	81,0	98,1	44,1
Minas Gerais	33,4	32,9	96,6	77,5	96,6	38,7

Fonte: PAD-MG 2011

Dentre os seis indicadores presentes na tabela 9, o que mais nos chama atenção é o acesso à máquina de lavar roupas. A diferença entre a macrorregião Jequitinhonha/Mucuri e a macrorregião Triângulo, que são as de menor e maior percentual, são acentuadas, enquanto nos Vale do Jequitinhonha/Mucuri apenas 12,2% das famílias tem acesso a este bem durável, no Triângulo Mineiro aproximadamente a metade das famílias possuem máquina de lavar roupa, inclusive acima da média do estado, de 33,4%. Há que considerar ainda que mesmo nas macrorregiões mais desenvolvidas do estado o acesso ainda é muito reduzido, principalmente, quando comparado a outros bens.

A posse do telefone fixo também é pequena em todas as macrorregiões mineiras. Este fato se deve, principalmente, a facilidade do acesso e ao custo baixo dos telefones móveis no Brasil, que se consolidou a partir de meados da década de 2000. Visto isto, temos no Norte de Minas e no Noroeste poucos domicílios que possuem este item, apenas 16,8% e 14,6%, respectivamente. Enquanto a macrorregião Central e Triângulo possuem mais que o dobro de domicílios contemplados com este serviço, aquela com 45,2% e esta com 40,4%.

Entre as macrorregiões mineiras, como mostra claramente a tabela 9, a máquina de lavar roupa e o telefone fixo são os itens menos frequentes nos domicílios do estado, de forma geral. Estes bens duráveis por não serem considerados itens de primeira necessidade são preteridos a outros mais urgentes por grande parte das famílias mineiras em todas as dez macrorregiões. Os dados revelam a disparidade do desenvolvimento econômico das macrorregiões mineiras medida através da posse destes bens duráveis.

Estes dados nos apontam para questões que vão além da própria aquisição de bens duráveis. Estes percentuais nos revelam, implicitamente, o quão desigual é a realidade econômica das macrorregiões mineiras, uma vez que a posse destes bens nos remete ao poder aquisitivo da população.

Mais uma vez, o Norte e o Vale do Jequitinhonha/Mucuri estão dentre as três macrorregiões com os menores percentuais de domicílios que possuem determinados bens duráveis. A presença do computador, neste caso, mesmo numa era digitalizada como a atual é significativamente pequena. Na média, Minas Gerais possui apenas 38,7% de domicílios com computador. Se analisarmos sob a ótica regional a realidade é ainda mais austera. O Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha/Mucuri e o Noroeste possuem, em média, 26% de domicílios com computador, já na macrorregião Sul, Central e Triângulo cerca de 44% dos domicílios possuem computador.

Quanto aos indicadores de qualidade de vida, TV em cores, acesso à *internet* e geladeira não há diferenças relevantes entre as macrorregiões de planejamento. O percentual

de domicílios com posse de TV em cores e geladeira é grande em todas as macrorregiões, ultrapassando 90% de domicílios detentores destes bens duráveis em seus lares. Estes altos percentuais nos remetem à importância destes bens na vida do brasileiro, a geladeira, um item de extrema importância para a saúde da população e a televisão, um dos mais requisitados como forma de lazer e informação entre os brasileiros.

O acesso à *internet* também é comum entre a população de todo o estado, sobretudo se compararmos ao baixo percentual da posse de computadores extremamente divergente entre as dez macrorregiões. Isso nos leva a pensar que o acesso da população à *internet* está se dando através de outros meios, não sendo através dos computadores domésticos, contribui para isso o acesso através do celular, o advento das *Lan House*, o trabalho e as escolas, que hoje, muitas delas, possibilitam a seus alunos acessarem à *internet* como forma de complemento à educação.

Em suma, os dados apresentados na tabela 9 nos mostram as desigualdades regionais em Minas. Quando o assunto é a posse de bens duráveis, o acesso a determinados bens ainda é limitado em algumas macrorregiões do estado. Isto é um obstáculo ao desenvolvimento social, econômico e humano, uma vez que a posse de alguns bens promovem indiretamente o bem-estar dos cidadãos, conforto e o desenvolvimento intelectual.

Os dados a seguir, na tabela 10, referem-se às condições em que se encontram os logradouros dos domicílios de Minas Gerais. Estes dados nos indicam a infraestrutura dos logradouros dos domicílios mineiros, segmentados por macrorregião, ao questionar a existência de calçada em frente à residência e tipo de rua onde se localiza o domicílio.

Dessa forma, temos que, quando comparada a ocorrência de calçada em frente ao domicílio a situação das dez macrorregiões de planejamento são bastante discrepantes. O Noroeste de Minas tem a pior situação dentre todas as macrorregiões, seguido do Vale do Jequitinhonha/Mucuri e do Norte de Minas, estas três possuem os menores percentuais de domicílios que tem calçada, não ultrapassando 60% dos domicílios. Este percentual fica ainda mais representativo quando comparado aos percentuais das macrorregiões Triângulo e Alto Paranaíba, principalmente, uma vez que os percentuais de domicílios nestas macrorregiões com calçada é grande, 85% dos domicílios destas macrorregiões possuem calçada.

TABELA 10

Existência de calçada em frente à residência e tipo de rua onde se localiza o domicílio

Macrorregião	Ocorrência de calçada em frente ao domicílio	Tipo de rua onde se localiza o domicílio		
		Asfaltada	Paralelepípedos	Terra batida ou sem pavimentação
Noroeste	41,4%	48,4%	1,6%	48,5%
Jequitinhonha/Mucuri	51,5%	17,0%	35,5%	36,4%
Norte	60,7%	45,2%	10,3%	40,7%
Rio Doce	66,4%	44,5%	23,0%	29,0%
Zona da mata	70,6%	40,8%	29,4%	26,2%
Central	72,4%	63,6%	11,1%	19,5%
Sul	72,5%	50,4%	22,8%	20,6%
Centro-Oeste	78,5%	45,5%	21,8%	22,2%
Alto Paranaíba	85,2%	87,1%	0,8%	10,0%
Triângulo	85,3%	87,4%	0,3%	12,1%
Minas Gerais	70,1%	55,6%	15,0%	24,2%

Fonte: PAD-MG 2011.

Existe uma diferença significativa entre o Jequitinhonha/Mucuri e o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba no que se refere à pavimentação das ruas. Em que, a primeira macrorregião possui apenas 17% dos domicílios localizados em ruas asfaltadas, enquanto as últimas possuem um grande percentual de domicílios instalados em ruas pavimentadas, 87%. A macrorregião do Vale do Jequitinhonha/Mucuri tem uma peculiaridade, um altíssimo percentual de domicílios localizados em ruas de paralelepípedo, o maior do estado, 35,5%. Este percentual alto deste tipo de rua são resquícios da arquitetura dominante nesta macrorregião, que tem como marca este tipo de pavimentação. Mas, ainda assim, essa macrorregião possui um número elevado de domicílios localizados em ruas de terra batida ou sem pavimentação, 36,4% dos domicílios encontra-se em ruas com essa condição.

O Norte de Minas e o Noroeste são as macrorregiões com os percentuais mais baixos, neste contexto, no Norte, 40,7% dos domicílios estão em ruas sem pavimentação ou de terra batida, e no Noroeste, quase 50% das residências encontra-se em ruas com esta situação. Nesta perspectiva, o Triângulo e Alto Paranaíba estão em vantagem em relação às demais macrorregiões. Estas duas macrorregiões, em média, possuem apenas 10% de seus domicílios localizados em rua sem pavimentação; há que considerar ainda, que praticamente não há domicílios em rua com paralelepípedo e um grande percentual de domicílios em rua asfaltada, considerado o ideal em termos de pavimentação.

No contexto da tabela 10, ainda temos algumas particularidades como a macrorregião Central. Apesar do notável crescimento econômico dessa macrorregião e seus indicadores sociais, na maior parte das vezes, positivos, no assunto em questão tratado os números não são extraordinários. Nesta macrorregião apenas 63,3% dos domicílios encontram-se em ruas asfaltadas e aproximadamente 20% encontram-se em ruas sem pavimentação. Estes percentuais se comparados aos do Triângulo, que na grande maioria das vezes se assemelha aos percentuais da macrorregião Central, são preocupantes e extremamente baixos.

O Sul de Minas também é um caso curioso, semelhante ao caso da macrorregião Central, apesar do histórico de bons indicadores econômicos e sociais, o percentual de residências em ruas asfaltadas é ainda menor de que na macrorregião Central, apenas a metade dos domicílios estão em ruas asfaltadas e assim como na macrorregião Central, 20% dos domicílios estão em ruas sem pavimentação. Há apenas um diferencial, o percentual de domicílios que estão em ruas com paralelepípedo é mais alto, 22,8% dos domicílios encontram-se em ruas deste tipo. Muitos municípios dessa macrorregião carregam ainda hoje a infraestrutura do período colonial, explicando o alto número de municípios localizados em ruas com paralelepípedo.

Em suma, a tabela 10 mostrou-nos o quão é discrepante a infraestrutura dos logradouros do estado de Minas Gerais. Mais uma vez temos o Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e Mucuri e também o Noroeste em situação desvantajosa em relação às outras macrorregiões do estado. E tem-se o Triângulo Mineiro, como é recorrente, com excelentes condições; e a macrorregião Central, que ora tem-se excelentes condições em alguns aspectos, principalmente econômicos, e ora não, principalmente quanto trata-se de indicadores sociais, os dados da tabela 10, por exemplo, apontam realidades não tão adequadas e condizentes com o desenvolvimento econômico desta macrorregião.

Na tabela 11, infraestrutura da residência, as diferenças regionais não são tão acentuadas como mostram os dados das duas últimas tabelas. Apesar de existir discrepâncias entre os percentuais, tanto no material predominante nas paredes externas quanto no material predominante no piso, não são muito expressivas.

Alvenaria como material predominante nas paredes externas é o mais indicado para as construções civis. Dessa forma, vê-se na tabela 11, a diferença entre a macrorregião com o menor percentual de casas de alvenaria e a macrorregião com o maior percentual não é tão grande. No Noroeste de Minas, 87% dos domicílios têm paredes de alvenaria e no Alto Paranaíba praticamente todos os municípios gozam deste privilégio, exatamente 98,3% dos

domicílios. Embora a diferença entre essas duas macrorregiões não ser grande, se refletirmos sobre o que estes números significam iremos visualizar a persistência da heterogeneidade regional em Minas, isso quer dizer que, quase a totalidade das residências do Alto Paranaíba possui alvenaria enquanto no Noroeste 13% dos domicílios não possui.

Em seguida a macrorregião Noroeste está o Vale do Jequitinhonha/Mucuri, o Norte, e excepcionalmente, a macrorregião Central, que apesar de ter um percentual alto de domicílios de alvenaria, 94%, está entre os menores percentuais do estado. Quando o contexto é o material predominante no piso, a macrorregião Central tem o segundo maior percentual de domicílios com “cerâmica, lajota ou ardósia”, 69,4%, e a macrorregião que tem o maior número de domicílios com este tipo de material é o Sul de Minas, 72,7%.

O Vale do Jequitinhonha/Mucuri e o Norte de Minas têm o menor número de domicílios que possui cerâmica, lajota ou ardósia, que seria o material no piso mais adequado para uma casa, apenas 48,8% e 54,3%, respectivamente possui este tipo de material no piso de seus domicílios.

Os dados da tabela 11, não nos mostram grandes diferenças no que se refere a infraestrutura da residência, porém, há que considerar que, mesmo modestas, elas existem e mostram a divisão clara do estado, por um lado Norte/Jequitinhonha e Mucuri e neste contexto, o Noroeste também, em desvantagem frente às outras macrorregiões e o Triângulo, o Sul de Minas, Alto Paranaíba e a macrorregião Central com melhores condições de infraestrutura.

TABELA 11
Infraestrutura da Residência

Macrorregião	Alvenaria como material predominante nas paredes externas	Material predominante no piso	
		Cerâmica, lajota ou ardósia	Cimento
Noroeste	87,0%	54,6%	38,7%
Jequitinhonha/Mucuri	89,9%	48,8%	46,6%
Norte	90,9%	54,3%	42,3%
Central	94,7%	69,4%	19,6%
Rio Doce	94,9%	69,3%	26,3%
Zona da mata	95,8%	66,4%	24,4%
Triângulo	96,8%	67,4%	26,0%
Centro Oeste	97,1%	69,0%	24,8%
Sul	97,6%	72,7%	19,2%
Alto Paranaíba	98,3%	68,8%	25,4%
Minas Gerais	94,7%	65,5%	27,1%

Em suma, os dados das três tabelas presentes neste subtítulo: “Condições de Moradia”, nos revelam indiretamente o grau de conforto que vivem, em média, as famílias mineiras. Dessa forma, vemos que algumas macrorregiões gozam um grau de conforto superior à outras macrorregiões, a exemplo do Triângulo Mineiro e outras como o Jequitinhonha e Mucuri onde as condições de moradia são bastante precárias.

As tabelas nos mostram ainda, que o desenvolvimento econômico de uma região, não é sinônimo de qualidade de vida, de moradia adequada para todas as famílias, como é o caso da macrorregião Central de Minas, com um desenvolvimento econômico que se sobressai frente às demais macrorregiões do estado, mas, como mostram os dados não se traduz, em uma vida plena de conforto a grande parte da população.

4.8. Índice de Gini

O índice de Gini foi criado pelo matemático Conrado Gini e publicado em 1912. Através do Índice de Gini é possível medir a concentração de renda de um país ou uma cidade, até mesmo de uma região. Os valores obtidos com o índice apontam o grau de desigualdade existente entre os indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O Índice de Gini calcula a concentração de renda e oferece números que vão de 0 a 1, onde “zero” significa completa igualdade na distribuição de renda e “um” corresponde a uma completa desigualdade de renda. Dessa forma, quanto mais próximo de zero for o Índice de Gini de uma determinada sociedade mais justa e igualitária ela é, e, em contrapartida, quanto mais próximo de um mais desigual será.

O mais indicado na presente dissertação seria o Índice de Gini de cada macrorregião de planejamento de Minas Gerais, porém, tais informações não estão disponíveis nos mais renovados institutos de pesquisa do país. Sendo assim, utilizamos mapas do Atlas do Desenvolvimento Humano – 2013, que contemplam informações do Índice de Gini dos municípios, mesmo não sendo o mais adequado, possibilitaram constatar as diferenças dentro das próprias macrorregiões, no que concerne à desigualdade de renda dos municípios.

Muita coisa mudou em Minas e no Brasil entre 1991 e 2010. O Índice de Gini, por exemplo, neste período teve oscilações significativas, as quais dizem muito sobre as prioridades dos respectivos governos. Nos rês mapas da Figura 4 podemos observar que

independentemente da macrorregião de planejamento, os Índices de Gini municipais divergem amplamente.

Nesta perspectiva, dentro das próprias macrorregiões, mesmo as mais desenvolvidas, como o Triângulo Mineiro e a macrorregião Central, há aqueles municípios com baixa desigualdade de renda e outros com acentuada desigualdade. Essa divergência atinge todas as macrorregiões, independente do nível de desenvolvimento econômico e social e do ano, pois, ocorre desde o ano de 1991 até 2010.

O Triângulo Mineiro, por exemplo, a mais desenvolvida de Minas, até mais que a Macrorregião Central, não escapa a esta regra. Dentro da própria macrorregião, em 2010, temos municípios com os mais diversos Índices de Gini, que variam entre 0,350 e 0,590, ou seja, municípios que entram na faixa de uma desigualdade baixa à municípios que se enquadram na faixa de uma alta desigualdade²⁴.

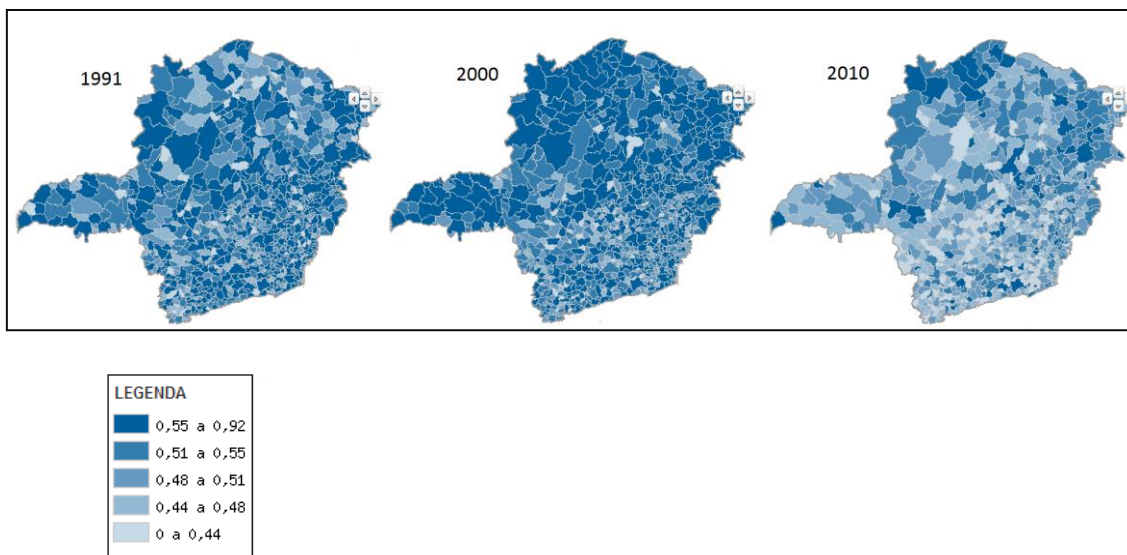
A macrorregião Central segue o mesmo modelo do Triângulo Mineiro. Em 2010, o grau de concentração de renda variava bastante entre os municípios da macrorregião Central de Minas. A capital do estado, Belo Horizonte, por exemplo, tinha um alto grau de concentração de renda. O município, apesar de ser sinônimo de prosperidade econômica, pôde-se constatar através dos dados aqui presentes que não se traduz em desenvolvimento social entre os cidadãos; e o Índice de Gini de 0,600 vem reforçar esta tese. Típico da maioria das capitais, Belo Horizonte não foge à regra e também apresenta uma grande desigualdade de renda entre seus habitantes.

Nos Vale do Jequitinhonha/Mucuri e no Norte de Minas a situação é a mesma das demais macrorregiões do estado. A concentração de renda nas duas cidades mais prósperas da macrorregião Norte, Pirapora e Montes Claros, no ano de 2010, era bastante acentuada, 0,550 e 0,530, respectivamente, os demais municípios desta macrorregião possui alto ou moderado grau de concentração de renda. Poucos são os municípios destas duas macrorregiões que possuíam um baixo Índice de Gini, A situação do Vale do Jequitinhonha/Mucuri era um pouco mais alarmante que a do Norte, devido a um maior número de municípios com altíssima concentração de renda.

Como abordado no capítulo 1, para Karl Marx, a desigualdade é consequência da divisão de classes, entre os que detêm os meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. É essa divisão de classes que sustenta o

²⁴ O Índice de Gini não é como o IDH, dividido em faixas. Porém, para efeito de um melhor entendimento, partindo da divisão que o próprio PNUD faz, trataremos por baixa, moderada e alta desigualdade de renda (ou concentração de renda).

sistema capitalista, dessa forma, é inerente aos municípios mineiros, assim como a todas as regiões inseridas neste sistema, a existência de desigualdades socioeconômicas, apenas a intensidade da desigualdade é que varia de acordo com a organização da produção e a distribuição da riqueza em determinada sociedade.



Fonte: PNUD

FIGURA 4
Índice de Gini

A tabela 12, a seguir, vem ratificar a percepção de que a exacerbada concentração de renda no estado de Minas Gerais independe da macrorregião de planejamento. A tabela ao nos permitir visualizar os dez municípios com os maiores Índices de Gini do estado nos revela uma heterogeneidade nas macrorregiões referentes aos dez municípios. Dessa forma, temos municípios pertencentes a uma das macrorregiões mais desenvolvidas do estado, a macrorregião Central de Minas, Jequitibá, Nova Lima e Serro e municípios da macrorregião Norte, uma das menos desenvolvidas de Minas, os municípios de Manga, Salinas e São João do Pacuí.

A tabela ainda nos mostra o município de Nova Lima, RMBH, embora tenha a maior renda *per capita* do estado de Minas Gerais, é o segundo município mais desigual do estado, o Índice de Gini chega a 0,680. Quando avaliado todo o Brasil, ocupa a posição 34º, juntamente com o município de Manga, situado no Norte de Minas que, em 2010, a renda *per capita* era de R\$ 385,71.

TABELA 12

Dez municípios com os maiores índices de Gini e a renda *per capita*

Município/Macrorregião	Índice de Gini	Renda <i>per capita</i>
Jequitibá (Central)	0,78	R\$ 1007,03
Nova Lima (Central)	0,68	R\$ 1731,84
Manga (Norte)	0,68	R\$ 387,71
Caxambu (Sul)	0,65	R\$ 963,25
Salinas (Norte)	0,65	R\$ 613,65
Serro (Central)	0,65	R\$ 457,27
Juruiaia (Sul)	0,64	R\$ 1122,10
São João do Pacuí (Norte)	0,64	R\$ 346,53
Pouso Alto (Sul)	0,63	R\$ 778,57
Chiador (Mata)	0,61	R\$ 808,78

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

Na tabela acima vemos municípios com alta renda *per capita*, mas, também com uma alta concentração de renda, como é o caso de Jequitibá, Nova Lima, Caxambu e Juruiaia. Aliar crescimento econômico à qualidade de vida para a população é uma tarefa que exige justiça na repartição da riqueza gerada. Para tanto, é preciso oferecer, dentre outras coisas, educação gratuita de qualidade, transporte e moradia adequados e empregos com boa remuneração.

A tabela 13 nos apresenta os dez municípios de Minas com os menores Índices de Gini. Neste *ranking*, a heterogeneidade não é tão grande, apesar de existirem municípios pertencentes ao Sul de Minas, Zona da Mata e ao Triângulo Mineiro, prevalecem os municípios do Centro-Oeste de Minas com os menores graus de concentração de renda.

Porém, dentre os dez municípios com os menores índices de Gini, todos possuem baixa renda *per capita*, indicando que quanto menos desenvolvido economicamente for um município mais propenso será a um maior grau de desconcentração de renda.

TABELA 13

Os dez municípios com os menores índices de Gini e renda *per capita*

Município/Macrorregião	Índice de Gini	Renda <i>per capita</i>
Córrego Fundo (Centro-Oeste)	0,32	477,36
Bandeira do Sul (Sul)	0,34	554,52
Perdigão (Centro-Oeste)	0,35	668,59
Nova Serrana (Centro-Oeste)	0,35	659,74
Cachoeira Dourada (Triângulo)	0,35	606,15
Albertina (Sul)	0,35	564,08
Araújos (Centro-Oeste)	0,36	599,30
Igaratinga (Centro-Oeste)	0,37	556,96
Japaraíba (Centro-Oeste)	0,37	541,09
Piraúba (Mata)	0,37	527,81

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

A tabela 12 e 13 nos mostraram a desigualdade presente nos municípios mineiros independente de macrorregião. E, juntamente com a Figura 4 nos permitiu constatar que a riqueza de um município ou alta renda *per capita* média não significa que todos os cidadãos, ou nem mesmo, a maioria, estão usufruindo da qualidade de vida que uma economia próspera pode proporcionar e ainda, que uma média da renda *per capita* pode esconder uma realidade obscura dos cidadãos de uma cidade ou região.

A Figura 4, além de nos fornecer dados dos municípios das macrorregiões mineiras, indicando uma concentração de renda em todo o estado, nos possibilita avaliar também as mudanças ocorridas ao longo das décadas em Minas Gerais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) teve um progresso constante desde o ano de 1991 até 2010. O avanço de Minas nestas duas décadas foi notável em todas as macrorregiões de planejamento do estado, passando de um estado com predominância de um IDH muito baixo para um estado de médios e altos IDH entre seus municípios.

Ao contrário do IDH, o Índice de Gini não teve uma melhora constante neste período, as oscilações no grau de concentração de renda neste período são surpreendentes. No intervalo de 1991 a 2000, a situação de Minas mudou bastante e para pior, a concentração de renda aumentou na maioria dos municípios. Contrariamente, entre 2000 e 2010, houve uma desconcentração relevante da renda, a desigualdade de renda diminuiu em, praticamente, todos os municípios de Minas, permanecendo uma situação ainda melhor do que a situação verificada no ano de 1991. Neri (2011) chama este intervalo de “a década da queda da desigualdade de renda”.

Essa oscilação no Índice de Gini reflete o momento político vivido no país nestas últimas décadas. As políticas públicas de combate à pobreza e à redução do desemprego ocorridas na última década contribuíram para a redução da desigualdade de renda verificada na década de 2000, porém, para alcançar uma mudança mais significativa é preciso mudanças estruturais no sistema como um todo. Já o aumento da concentração de renda no período de 1991-2000 reflete as prioridades do governo então vigente, que era a estabilidade monetária, a entrada do Brasil no cenário internacional e o controle da inflação, deixando em segundo plano a redução das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, as desigualdades não são frutos somente das relações sociais, mas, também das escolhas políticas.

De maneira geral, os dados apresentados neste capítulo nos mostram, grosso modo, uma divergência recorrente entre, de um lado o padrão de vida e a situação socioeconômica do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e o Norte de Minas e, por outro, a situação da macrorregião Central e do Triângulo Mineiro. Esta é a situação hegemônica, eventualmente algumas macrorregiões encontram-se em situação inferior ao Norte ou ao Jequitinhonha/Mucuri, como é o caso do Noroeste, que em alguns aspectos tem a situação pior, a exemplo, na forma de escoadouro do banheiro, o Noroeste de Minas, possui um percentual de domicílios com rede coletora de esgoto bem inferior ao do Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Assim como o Sul de Minas e Alto Paranaíba, dentre outras, ora apresenta percentuais superiores ao das macrorregiões tradicionalmente mais dinâmicas, no quesito saneamento básico, por exemplo.

Tratou-se, portanto, de não somente comparar dados evidenciando e avaliando a heterogeneidade social e econômica das macrorregiões mineiras, mas, também de mostrar uma situação que persiste há décadas no estado de Minas Gerais. Embora, o estado como um todo tenha tido melhoras relevantes nas últimas décadas, e o IDH é um exemplo considerável, as diferenças regionais ainda persistem e são muito intensas.

Os dados referentes ao analfabetismo, renda *per capita*, PIB *per capita*, condições de moradia, beneficiários do Programa Bolsa família, IDH, Índice de Gini e saneamento básico indicam que ainda há muito a se fazer no sentido de uma redução das disparidades entre as macrorregiões de Minas e que o Estado deve centrar seus esforços na tentativa de dinamizar não só economicamente, mas, também nos aspectos sociais, as macrorregiões claramente menos desenvolvidas do estado, Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema capitalista em seu processo de reprodução produz concentração de renda e de riqueza, privilegiando neste processo determinados espaços, tanto no âmbito mundial, entre países, quanto dentro dos próprios países, criando diferenças entre as porções territoriais. Esse processo é marcado pelo crescimento econômico desigual entre as regiões, bem como da produção e reprodução das desigualdades sociais, marginalizando determinados espaços.

O desenvolvimento capitalista é, em si, produtor de desigualdades sociais. Com o aprofundamento da divisão entre burgueses e proletários, as desigualdades, existentes também em sistemas anteriores, tendem a se intensificarem. A busca incessante pelo lucro, aumenta a concentração de renda e riqueza. As sucessivas fases do sistema capitalista trouxeram novos contornos para a sociedade à medida que se desenvolveram. As diferenças regionais, em termos mundiais, ficaram mais evidentes e acentuadas a partir do capitalismo industrial. O capitalismo financeiro também marcou de vez a era moderna capitalista, solidificando as grandes empresas em detrimento dos pequenos capitalistas, e assim, impondo uma nova ordem mundial.

Nesse contexto, em maior ou menor grau, a movimentação do capital determina o desenvolvimento econômico das regiões. O processo de busca pelo lucro acentua, em muitos casos, também as diferenças regionais, ao se investir em regiões onde a riqueza já é abundante. Minas Gerais segue essa lógica, as regiões mais desenvolvidas economicamente atraem mais investimentos em relação às demais. As regiões menos dinâmicas economicamente também recebem investimentos, contudo, em muitos casos, insignificantes, quando muito geram empregos precários e de baixa remuneração. Para Dulci (1999), cabe às forças políticas regionais influenciarem na distribuição espacial do capital condicionando ou alterando seu presumível percurso.

No atual mundo globalizado, o movimento do capital se tornou mais rápido graças ao avanço da tecnologia da informação. Hoje, apesar de não serem de maneira homogênea, os mercados mundiais estão todos interligados e, as poucas sociedades que não querem fazer parte deste processo de globalização, sentem as consequências negativas de serem omissas a este desdobramento do capitalismo.

Nesse contexto, as mudanças ocorridas ao longo dos séculos na divisão internacional do trabalho fizeram aumentar cada vez mais o hiato do desenvolvimento entre as regiões do globo. Embora, muitas vezes, tenha passado uma falsa aparência de uma tendência

à homogeneização da industrialização e de um caminho para o desenvolvimento igualitário, tem ocorrido um camuflado aproveitamento por parte das multinacionais da mão-de-obra barata encontrada nos países em desenvolvimento gerando mais precariedade nos empregos e aumentando as desigualdades sociais.

Segundo Celso Furtado, pensar que todos os países um dia serão desenvolvidos é um mito, jamais acontecerá, e caso acontecesse o mundo entraria em colapso. Esse debate pela busca do desenvolvimento econômico, de acordo com o autor, é para desviar a atenção do que realmente é importante, o desenvolvimento social, ou seja, mais qualidade nos serviços públicos, dentre outras coisas.

A discussão sobre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos é de extrema importância. Porém, como salienta o economista Celso Furtado as diferenças regionais existentes dentro dos próprios países, principalmente nos países em desenvolvimento, é mais importante. Contudo, não basta tratar a questão regional, especificamente no Brasil, de forma macro, é preciso uma análise intra-regional para conhecermos de fato a realidade das regiões.

Minas Gerais não é o único estado com heterogeneidades regionais no desenvolvimento. Tânia Bacelar cita o Rio Grande do Sul, onde o extremo Sul do estado encontra-se num estágio de desenvolvimento e pobreza bem abaixo da média do restante do estado. Porém, é em Minas Gerais onde encontramos as divisões mais claras e semelhantes à configuração brasileira. Como os dados evidenciaram, há uma diferença clara entre o desenvolvimento das regiões, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e Mucuri, onde se encontram os mais baixos percentuais de indicadores sociais e econômicos em relação às macrorregiões Triângulo e Central, com excelentes indicadores socioeconômicos.

Dentre as distintas teorias acerca do desenvolvimento regional discutidas aqui, duas, em especial, elucidam o caso de Minas Gerais. A teoria formulada por Hirshman, vai de encontro à situação de Minas ao defender que o desenvolvimento econômico não ocorre concomitante em todas as regiões e ao afirmar que o Estado deve investir de forma mais contundente nas regiões menos desenvolvidas economicamente, em prejuízo das demais.

A teoria da CEPAL se aplica à Minas Gerais na medida em que tomamos para o estado o conceito de centro-periferia, uma vez que no estado existe o centro e a periferia que permanecem em duplo sentido de dependência. Apesar da mútua dependência entre as macrorregiões, a troca não é igualitária, pelo contrário, reforça ainda mais a condição de periferia das regiões menos dinâmicas, remetendo assim à tese da deterioração dos termos de troca, elaborada por Prebisch.

Várias estratégias são pensadas e colocadas em prática para amenizar as diferenças regionais e amenizar as desigualdades, porém, no caso de Minas Gerais, um estado com um desenvolvimento tão desigual entre suas macrorregiões, é fundamental a presença do Estado. Nas macrorregiões Norte e Jequitinhonha e Mucuri a intervenção do Estado é peça fundamental para alavancar o desenvolvimento, porém, como ressalta Tânia Bacelar é preciso que o Estado invista levando em consideração as potencialidades de cada região. E ainda existem estratégias que se somadas à ação do Estado são bastante eficazes para reduzir estes entraves, um exemplo ilustrativo é o desenvolvimento endógeno e a participação cívica.

Essa compreensão do Estado interventor são resquícios dos ideais Keynesianos. Porém, existem outras correntes que veem o papel do Estado de forma diferente. Os liberais clássicos pregam, por exemplo, a abstenção do Estado na economia e nos problemas sociais. Já os neoliberais, aprovam uma modesta intervenção do Estado na economia. Emir Sader trabalha com o conceito de pós-neoliberal, caracterizando as ações de alguns governos de esquerda na América Latina do início deste século, uma vez que esses governos centram suas ações em intervenções no âmbito social.

No transcurso do século XX, as ações do Estado para dinamizar a economia de Minas Gerais ficaram mais expressivas. Tratou-se de um processo que, embora com atitudes diversas e específicas para cada região culminou num descompasso entre as macrorregiões do estado. Embora com diferentes incentivos por parte do Estado para alavancar o desenvolvimento no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, essas macrorregiões ocupam uma posição de desvantagem em relação às demais regiões do estado. O marco na tentativa de desenvolver o Norte de Minas foi a atuação da SUDENE em meados do século XX, porém, as iniciativas tomadas por ela, hegemonicamente, favoreceram os grandes proprietários de terras em detrimento dos pequenos agricultores, agravando as desigualdades sociais.

Já no Vale do Jequitinhonha e Mucuri, anos depois da decadência do extrativismo aurífero na região, o eucalipto entrou em cena como promessa de desenvolvimento para a macrorregião. A monocultura de eucalipto realmente dinamizou a economia da macrorregião, porém, não foi suficiente para equiparar seu desenvolvimento ao das macrorregiões mais desenvolvidas do estado, tampouco para amenizar as desigualdades sociais presentes na região, pelo contrário, se intensificaram. Exemplo disso são as muitas famílias brutalmente remanejadas de suas propriedades em favor da plantação do eucalipto.

Os maciços investimentos em industrialização na macrorregião Central do estado na década de 1940 foram eficazes em desenvolvê-la, economicamente. A industrialização

ainda hoje é o carro chefe da econômica da macrorregião Central, visto que a economia tem um alto PIB *per capita* e se deve, principalmente, ao setor industrial. Porém, como vimos através dos dados, o desenvolvimento econômico não se traduziu hegemonicamente em qualidade de vida para toda a população e nem em desenvolvimento social igualitário. Os dados nos mostraram que quando se tratam de dados econômicos os percentuais são sempre positivos, contudo, no âmbito social, os dados são tão extraordinários, como no caso da infraestrutura do logradouro dos domicílios, em que apenas 63,6% dos domicílios se encontram em ruas asfaltadas.

A agropecuária aliada à ótima localização do Triângulo Mineiro fez dessa macrorregião a mais desenvolvida de Minas Gerais, mais ainda que a macrorregião Central de Minas, pois além de possuir excelentes indicadores econômicos, possui também ótimos indicadores sociais. A forma como a economia foi conduzida desde os primeiros anos do século XX foi decisiva para o Triângulo se firmar como uma potência econômica do estado e ainda gozar de um desenvolvimento social bem-sucedido em relação ao restante do estado.

O atual estágio de desenvolvimento das macrorregiões mineiras além de ser fruto das estratégias de desenvolvimento historicamente engendrado no seu desenvolvimento, o contexto político-econômico vivido hoje também reflete diretamente sobre o desenvolvimento mineiro e de suas macrorregiões, em particular. O que nos leva a dizer que não necessariamente as macrorregiões menos desenvolvidas do estado continuarão nessa posição infinitamente, mas sabemos que no atual ritmo um equilíbrio entre as macrorregiões, caso acontecesse, seria demasiadamente longo.

Tanto os indicadores sociais quanto os econômicos mostraram de forma contundente os desníveis regionais. É grave, portanto, que mesmo após várias tentativas de dinamizar a economia das macrorregiões menos dinâmicas do estado, a heterogeneidade regional continue tão acentuada. Os indicadores sociais de analfabetismo, IDH, saneamento básico e condições de moradia corroboraram a heterogeneidade do estado. O percentual de analfabetismo entre as macrorregiões é o mais divergente dentre todos os outros indicadores. A diferença entre a macrorregião com o maior percentual de analfabetos e a macrorregião com o menor é exorbitante, enquanto os Vales do Jequitinhonha e Mucuri possuem surpreendentes 21,6% de sua população com 15 anos ou mais sem saber ler e escrever, o Triângulo Mineiro possui apenas 8,4% de analfabetos. Apesar do percentual desta última ainda não ser adequado, é o mais baixo dentre as macrorregiões mineiras, inclusive abaixo da média do estado.

Os dados econômicos, renda *per capita*, VA dos diversos setores e PIB *per capita* evidenciam também as divergências do estado de Minas Gerais. A renda *per capita* apesar de não ser o mais indicado para medir o desenvolvimento de uma região, é bastante útil ao evidenciar de forma quantitativa as discrepâncias entre macrorregiões do estado. Uma configuração por macrorregião nos revela que a macrorregião com a menor renda *per capita* tem menos da metade do valor da macrorregião que tem o valor mais alto, o Jequitinhonha e Mucuri possuía, em 2010, uma renda *per capita* de R\$ 431,75, enquanto a macrorregião Central tem uma renda *per capita* de R\$ 961,82.

Os dados referentes às atividades dos diversos setores da economia refletem a trajetória do desenvolvimento das macrorregiões Central e Triângulo. A participação do VA da indústria da macrorregião Central responde por mais de 50% do VA da indústria de Minas. E o Triângulo Mineiro é a segunda macrorregião com o maior valor do VA da agropecuária. Com base nesses dados, estabelecemos uma relação positiva entre os investimentos feitos nessas macrorregiões desde o século passado e o dinamismo econômico dessas macrorregiões.

As desigualdades sociais afetam, sem exceções, todas as macrorregiões mineiras, assim como todas as sociedades capitalistas do globo. As desigualdades sociais abrangem um leque de elementos, como: desigualdade de oportunidade, renda, escolaridade, na qualidade de moradia, dentre vários outros. Portanto, tentamos demonstrar através dos dados estes vários elementos que compõem as desigualdades sociais, buscando obter uma grande diversidade destes elementos, mas estas desigualdades podem ser mais ou menos acentuadas.

Embora os dados demonstrem um maior desenvolvimento socioeconômico em algumas regiões em detrimento de outras, o Índice de Gini é claro ao diagnosticar a recorrente concentração de renda presente em vários municípios mineiros, independente da macrorregião. Portanto, as desigualdades sociais e econômicas não são menores nas macrorregiões mais desenvolvidas, nem tão pouco nas macrorregiões menos desenvolvidas. O município de Jequitibá, por exemplo, pertence à macrorregião Central, tem uma renda *per capita* alta e ainda assim tem um índice de gini altíssimo, o 4º maior do Brasil; já o município de Manga, localizado no Norte de Minas, possui renda *per capita* extremamente baixa e um índice de Gini bastante alto, 0,680, o 3º maior do estado e está entre os 40 maiores do Brasil.

Todo o conjunto de dados econômicos e sociais e informações aqui apresentados demonstraram a incapacidade do Estado em reduzir, de forma consistente, as disparidades regionais, conservando as macrorregiões Norte e Jequitinhonha/Mucuri como as menos desenvolvidas e as macrorregiões Central e Triângulo como as mais desenvolvidas. É notório

em alguns dados, que tem a evolução através do tempo, que a realidade das macrorregiões mineiras, de forma geral, melhorou. Contudo, não foi o bastante para equiparar o desenvolvimento entre as macrorregiões mineiras. Os desníveis regionais persistem de forma intensa. Dessa maneira, o momento atual passa a ser decisivo para o desenvolvimento regional de Minas Gerais, cujo estado deve centrar as atenções nas macrorregiões menos dinâmicas do estado, a fim de superar a histórica heterogeneidade social do estado. O cientista político Otávio Dulci (1999, p.239) ressalta que “o fenômeno do desenvolvimento desigual é inerentemente político e para enfrentá-lo com eficácia são necessários instrumentos políticos”.

A trajetória de Minas Gerais tem sido marcada por um mosaico no desenvolvimento que culminou em graves desigualdades sociais entre as suas macrorregiões. As diferentes identidades regionais que compõem esse mosaico devem ser compreendidas separadamente, somente assim será possível entender o conjunto e sua dinâmica e enfrentar os graves problemas socioeconômicos do estado.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER; GENTILI (Org.). **Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AMARAL, Pedro; LEMOS, Mauro; CHEIM, Flávia. **Desenvolvimento Desigual em Minas Gerais**. 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 15 jan. 2013.
- ARROYO, Miguel. Políticas Educacionais e Desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, v.31, n.113. p.1381-1416, out-dez. 2010.
- BACELAR, Tânia. A “questão regional” e a “questão nordestina”. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br>. Acesso: 28 mar. 2013.
- BACELAR, Tânia. Em entrevista publicada na Revista Rumos, edição de setembro de 2009. Disponível em: www.criseoportunidade.wordpress.com. Acesso em: 21 nov. 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundamentos de Política Social**. 2006. Disponível em: www.abem-educmed.org.br. Acesso em: 30 abr. 2013.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BONENTE, Bianca Imbiriba; CORRÊA, Hugo Figueira. Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do discurso econômico. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1v. 30, maio. 2009.. Disponível em: revistas.fee.tche.br. Acesso em: 16 jul. 2012.
- BORGES, Cinthia Rosiene de. BENTO, José Alex do Nascimento. SANTOS, Maria Fábila Lima dos. **A influência do Programa Bolsa Família na redução do nível de pobreza da população e os efeitos das condicionalidades sobre indicadores de saúde e educação: um estudo de caso sobre a comunidade Vila Lobo, município de Crato-CE**. II colóquio sociedade, políticas públicas, cultura e desenvolvimento. Crato-CE, 2012.
- BORON, Atílio A. Os “novos Leviatãs” e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo II**. Petropolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br>. Acesso: 28 mar. 2013.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Desigualdade, injustiça e legitimidade: uma investigação empírica sobre aspectos da sociabilidade brasileira. SCALON, Celi (org.). **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004. p. 115- 176.

DIEESE - Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos. Relatório Técnico - O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil. Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas – SACC-DIEESE. 2007. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BAAF91A9E060F/Prod03_2007.pdf. Acesso em: 20 jan. 2014.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina**. 2003. 286f. Tese (Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH) – Universidade de São Paulo, USP, 2003. Disponível em: www.scribd.com. Acesso em: 19 set. 2011.

GENARO, Felipe; CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A INSERÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO (BRASIL) NO CONTEXTO DA PECUÁRIA GLOBALIZADA**. Disponível em: www.egal2013.pe. Acesso em: 15 jan. 2013.

FERRARO, Ravello Alceu. Analfabetismo no Brasil: desconceitos e políticas de exclusão. **PERSPECTIVA**. Florianópolis, n. 01, v. 22, , p. 111-126, jan./jun. 2004. Disponível em: www.ced.ufsc.br. Acesso em: 18 jan. 2014.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981.

FILHO, Jair do Amaral Filho. **A endogeneização do desenvolvimento econômico regional e local. Planejamento e políticas públicas-ppp**, n 23. São Paulo: IPEA, Jun. 2001.

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra. 1974.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1961.

FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1966.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

GARCIA, Júnior Ruiz; ANDRADE, Daniel Caixeta. **Panorama Geral da Industrialização em Minas Gerais (1970 – 2000)**. 2007. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: Jan. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. Disponível em: www.moodle.ufba.br. Acesso: 05 Ago. 2013.

GUERRERO, Patricia. Vale do Jequitinhonha: a região e seus contrastes. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, nº 05, ano V, maio, 2009. Disponível em: <http://www.geograficas.cfh.ufsc.br>. Acesso em: 15 jan. 2013.

GIDDENS. Anthony. **A constituição da Sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

GUIMARAES, Eduardo Nunes. **A influência paulista na formação econômica e social do triângulo mineiro**. 2004. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br>. Acesso em: 15 jan. 2013.

HARVEY. David. **O enigma do capital**. São Paulo: Bomtempo, 2011. Disponível em: xa.yimg.com. Acesso em: 12 jun. 2013.

HIRANO, Sedi. **Pré Capitalismo e Capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

IANNI. Otávio. **Marx – Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

IANNI. Otávio. O mundo do trabalho, **spp**, n1, v8, 1994. Disponível em: www.seade.gov.br. Acesso em: 17 jun. 2013.

IANNI. Otávio. Nação: província da sociedade global?. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da Capital de Minas Gerais. **História**, São Paulo, n.1, v.30. 2011. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 20 jan. 2014.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG-PROEX, 2011.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: O caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. Disponível em: www.cedeplar.ufmg.br. Acesso em: 10 jul. 2012.

LIMA, Marcos Costa. **Região e Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo: uma interpretação crítica**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. O movimento separatista do Triângulo Mineiro. **Revista Lutas Sociais**, V. 4, São Paulo. 1998. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 18 set. 2013.

LOURENÇO, Luis Augusto Bustamante. **Das fronteiras do império ao coração da república. O território do triângulo mineiro na transição para a formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX**. 2007. 306f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

MARX, K. **O Capital**. Vol. I, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Livro I. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MARX, K. ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Edição eletrônica: Ed. RidendoCastigat Mores. 1848. Disponível em: www.ebooksbrasil.org. Acesso: 05 Agos. 2013.

MARTINS, Humberto E. P.; LJÚNIOR, Luiz Bertolucci; OLIVEIRA, Polyana Lara de. **Urbanização, Migração e emprego: uma análise de municípios no triângulo mineiro e sul de Minas**. 2007. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br. Acesso em: 13 jan. 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG-PROEX, 2011.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes; MARTINS, Hebert Toledo. **O Norte de Minas Gerais agrário: os antagonismos das relações entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social de sua população rural**. 2008. Disponível em: <http://www.coloquiointernacional.unimontes.br>. Acesso em: 17 jan. 2012.

OLIVEIRA, Júlio César de. Análise do crescimento econômico e das desigualdades regionais no Brasil. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas, do Departamento de Ciências Administrativas e do Programa de Pós-Graduação em Administração**. Nº 28, dez-jul. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada. **Estudos avançados**. 7 (18). 1993. Disponível em: www.scielo.br. Acesso: 27 jun. 2013.

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, n.2, v.5, , p.37-48, maio/ago. 2002

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O nordeste começa em Minas. **Revista do Legislativo**. Nº 28 – abril/setembro de 2000. Disponível em: www.almg.gov.br. Acesso em: 18 jan. 2013.

POSCHMAN, Marcio. **Economia global e a nova divisão internacional do trabalho**. Disponível em: www.decon.edu.uy. Acesso em: 17 jun. 2013.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de, et al. **A região Mineira do Nordeste**. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Rio de Janeiro. 2006.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RIBEIRO, Luiz. **A seca corre pelo vale do Jequitinhonha e Mucuri**. 2012. Disponível em: www.em.com.br. Acesso em: 13 jan. 2012.

RICCI, Fábio. O Desenvolvimento Regional e a Dinâmica do Movimento do Capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional - G&DR**, número 2, v.1, , p.3-15, mai/ago. 2005. Disponível em: www.rbgdr.net. Acesso em: 12 jul. 2012.

RODRIGUES, Luciene. CARDOSO. Antônio Dimas. Pobreza, desigualdade de renda, mobilidade social no Brasil e os seus determinantes: 1981 a 2007. **Cabo Verde- Redes e Desenvolvimento Regional**. 2009. Disponível em: www.apdr.pt. Acesso em: 16 nov. 2013.

SADER, Emir. Estado e política em Marx: para uma crítica da filosofia política. São Paulo: Cortez, 1998.

SADER, Emir. A Construção da Hegemonia Pós-Neoliberal. In: SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. Disponível em: www.flacso.org.br. Acesso: 01 agos. 2013.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SILVA, Ricardo dos Santos. **Desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais.** Anais do 35º encontro anual da Anpocs. Caxambu: anpocs. 2011.

SARTORI, Giovanni. **Comparación Y Método Comparado.** 1994. Disponível em: www.scribd.com. Acesso em: 07 set. 2012.

SCALON, Celi. **Ensaio de Estratificação.** Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2009.

STEWART JR. Donald. **O que é liberalismo.** Rio de Janeiro: 5. ed. rev. aum., 1995. Disponível em: www.libertarianismo.org. Acesso: 02 Agos. 2013.

SADER, Emir. Estado e democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo II, que estado para que democracia?.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SANTOS, Theotônio dos. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

SINGER. Paul. **Divisão internacional do trabalho e as empresas multinacionais.** 1976. Disponível em: www.cebrap.org.br. Acesso em: 18 jun. 2013.

SINGER. Paul. Desenvolvimento capitalista e Desenvolvimento Solidário. **Estudos Avançados.** 2004. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 06 jun. 2013.

SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Vale do Jequitinhonha – Desenvolvimento e Sustentabilidade Belo Horizonte**: UFMG-PROEX, 2011.

SOUZA, Andreza Gomes de. CLEPS Jr. João. **O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira no Triângulo Mineiro e seus impactos sobre a mão-de-obra e a produção de alimentos**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009, pp. 1-16.

VILLARREAL, René. Economia Mista e Jurisdição do Estado: para uma teoria da intervenção do Estado na Economia. **Revista Brasileira de Economia**, n. 4. Vol. 4, Outubro-dezembro. 1984.

Von Mises, Ludwig. **Liberalismo – Segundo a Tradição Clássica** / Ludwig von Mises. -- São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010. Disponível em: www.mises.gov.br. Acesso em: 27 jun. de 2013.

YACCOUB, Hilaine. A chamada “Nova Classe Média”. **Cultura Material, Inclusão e Distinção Social. Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 197-231, jul./dez, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 02 dez. 2013.